

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO
Exercício 2015**

**Brasília
2016**

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício 2015

Relatório de Gestão do exercício 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU Nº 63/2010, alterada pela IN TCU nº 72/2013, da Resolução TCU nº 234/2010, alterada pela Resolução TCU nº 244/2011, da DN TCU nº 146/2015, da DN TCU nº 147/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 522/2015.

Brasília
2016

Presidente da República

Dilma Vana Roussef

Vice-Presidente da República

Michel Temer

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

Celso Pansera

Secretário Executivo

Emília Maria Silva Ribeiro Curi

Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Armando Zeferino Milioni

Eronildo Braga Bezerra

Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, Substituto

Jorge Mário Campagnolo

Sumário

Item	Assunto	Amparo Legal	Página
2	Apresentação	Seção 2, do Anexo II da DN TCU n.º 146, de 2015	8
3	Visão Geral da SETEC	Seção 3, do Anexo II da DN TCU n.º 146, de 2015	9 a 27
4	Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional	Seção 4, do Anexo II da DN TCU n.º 146, de 2015	28 a 119
5	Governança	Seção 5, do Anexo II da DN TCU n.º 146, de 2015	120
6	Relacionamento com a Sociedade	Seção 6, do Anexo II da DN TCU n.º 146, de 2015	121
7	Desempenho Financeiro e Informações Contábeis	Seção 7, do Anexo II da DN TCU n.º 146, de 2015	122 a 142
8	Áreas Especiais da Gestão	Seção 8, do Anexo II da DN TCU n.º 146, de 2015	143 a 148
9	Conformidade da Gestão e Demandas de Órgãos de Controle	Seção 9, do Anexo II da DN TCU n.º 146, de 2015	149
10	Declaração de Integridade	Seção 20, do Anexo II da DN TCU n.º 146, de 2015	151 a 153

Lista de Siglas e Abreviações

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
ANPEI – Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras
BASA - Banco da Amazônia S/A
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)
BRICS – Grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAT – Comitê de Auxílio Técnico
CEF – Caixa Econômica Federal
CETEM – Centro de Tecnologia Mineral
CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CGU – Controladoria Geral da União
CI-CP – Comissão Interministerial de Compras Públicas
CIA-PAC – Comissão Interministerial de Aquisições do PAC
CIMATEC - Campus Integrado de Manufatura e Tecnologia do SENAI
CIN – Comitê Interministerial de Nanotecnologia
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CT&I – Ciência, Tecnologia e Inovação
CT-ENERG – Fundo Setorial de Energia
CT-INOVAR-AUTO – Fundo Setorial Inovar-Auto
CT-MINERAL – Fundo Setorial de Recursos Minerais
DKTI – Iniciativa Alemã para Clima e Tecnologia
EMBRAPII – Empresa Brasileira de Pesquisas e Inovação Industrial
ENCTI 2012-2105 - Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015
EPP – Empresas de Pequeno Porte
FIEP-PR – Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FORMP&D – Formulário sobre as Atividades de Pesquisa Tecnológica e Desenvolvimento de Inovação Tecnológica
GTA-PI – Grupo de Trabalho de Assessoramento em Propriedade Intelectual
GIPI – Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBN – Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia
ICT – Instituições de Ciência e Tecnologia
IEL – Instituto Euvaldo Lodi
II – Imposto de Importação
INCT – Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia
INOVAR-AUTO - Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotivos
INT – Instituto Nacional de Tecnologia
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IPT – Instituto de Pesquisa Tecnológica
LFE – Litografia por Feixe Eletrônico
MBC – Movimento Brasil Competitivo
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
ME – Microempresas

Listas de Siglas e Abreviações

MEI – Mobilização Empresarial pela Inovação
MEC – Ministério da Educação
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MF – Ministério da Fazenda
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE – Ministério das Relações Exteriores
NAGIs – Núcleos de Apoio à Gestão da Inovação
NANoREG – Projeto de regulação da nanotecnologia
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
NEmp – Núcleo de Empreendedorismo do Inatel
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMS – Organização Mundial da Saúde
OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PD&I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PNI – Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos
PO – Plano Orçamentário
PPB – Processo Produtivo Básico
PRÓ-INOVA – Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação
RDC – Regime Diferenciado de Contratações
RECyT – Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia
RNC – Rede Nacional de Combustão
SBRT – Sistema Brasileiro de Respostas Técnicas
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC – Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
SETI-PR – Secretaria de Ciência e Tecnologia do Paraná
SIBRATEC – Sistema Brasileiro de Tecnologia
SisNANO – Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias
SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças
TED – Termo de Execução Descentralizada
TCU – Tribunal de Contas da União
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNASUL – União das Nações Sul-Americanas
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
UNESP – Universidade Estadual de São Paulo
UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá

Lista de Figuras, Quadros e Tabelas

Figura 1 – Estrutura Regimental (Decreto nº 5.886, 06/09/2006)

Figura 2 – Mapa Estratégico da ENCTI

Quadro 3.1 Identificação da SETEC

Quadro 3.6 - Informações sobre subunidades estratégicas da SETEC

Quadro 3.7 – Processos/Subprocessos/Atividades Finalísticas da SETEC

Quadro 3.7.1 - Processos/Subprocessos/Atividades de Apoio da SETEC

Quadro 4.3.2.1 – Ação 20V6 – Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao

Processo Produtivo

Quadro 4.3.2.2 – PO 0005 Apoio à consolidação do Sistema Brasileiro de Tecnologia – SIBRATEC – AÇÃO 20V6

Quadro 4.3.2.3 – PO 0008 Fomento a Projetos e Redes de Pesquisa e Desenvolvimento em

Nanotecnologia – AÇÃO 20V6

Quadro 4.3.2.4 – PO 0009 Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energias do Futuro –

AÇÃO 20V6

Quadro 4.3.2.5 – PO 000B Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biocombustíveis –

AÇÃO 20V6

Quadro 4.3.2.6 – PO 000C Fomento a Projetos de Capacitação Tecnológica e de Inovação das

Empresas – AÇÃO 20V6

Quadro 4.3.2.7 – PO 000D Fomento às incubadoras de empresas e parques tecnológicos –

AÇÃO 20V6

Quadro 4.3.2.8 – PO Emendas Parlamentares – AÇÃO 20V6

Quadro 4.3.2.9 – PO 000E Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Minerais –

AÇÃO 20V6

Quadro 4.3.2.10 – PO 000F – Fomento à Inovação Tecnológica nas Cadeias Produtivas –

AÇÃO 20V6

Quadro 4.3.4.1 – Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 4.3.4.1 – Despesas por Grupo e Elementos de Despesas

Quadro 4.3.6.1 – Restos a Pagar SETEC – Exercícios Anteriores

Quadro 4.3.7.1 – Instrumentos Celebrados e Montantes Transferidos

Quadro 4.3.7.2 – Resumo das Prestações de Contas sobre Transferências

Quadro 4.3.7.3 – Contas Prestadas em 2015

Quadro 4.3.7.4 – Perfil dos Atrasos na Análise das Contas Prestadas por Recebedores de Recursos

Quadro 4.5.1.1 – Renúncia Tributária – Lei do Bem

Quadro 4.5.1.2 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Quadro 4.5.1.3 – Valores Renunciados por Tributos e Gasto Tributário – 2013-2014

Quadro 4.5.1.4 – Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Quadro 4.5.1.5 – Empresas Beneficiadas pela Renúncia
Quadro 4.5.1.6 – Beneficiários de Contrapartida da Renúncia
Quadro 4.5.2.1 – Renúncia Tributária – Incentivos Regionais
Quadro 4.5.3.1 – Renúncia Tributária – Inovar-Auto
Quadro 4.14.1 – Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
Quadro 4.14.2 – Investimentos das Empresas em P&D em Relação ao PIB
Quadro 4.14.3 – Resultados dos Investimentos das Empresas em P&D 2006-2014
Quadro 8.1.1.2.1 – Estrutura de Pessoal da SETEC
Quadro 8.1.1.2.2 – Distribuição da Lotação Efetiva da SETEC
Quadro 8.1.1.2.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da
SETEC

Lista de Figuras e Tabelas

Quadro 8.1.2.1 – Despesa de Pessoal da SETEC
Quadro 20.3.1 – Integridade e Completude do Atendimento dos Requisitos da Lei nº 8.730/1993 quanto à Entrega das Declarações de Bens e Rendas.

A Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – SETEC apresenta seu Relatório de Gestão referente ao exercício 2015, onde descreve as ações empreendidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e de Inovação voltadas para intensificar o fomento à inovação e ao desenvolvimento tecnológico nas empresas.

O escopo do documento não contempla os seguintes itens: Itens 3.8, 3.9 e 3.10 da Seção 3; Subsubitens 4.3.7.1, 4.3.7.2, 4.3.7.3, 4.3.7.4, 4.3.7.6, 4.3.7.7 e 4.3.7.8, do subitem 4.3.7, do item 4.3 da Seção 4; Subitens 4.4.1 a 4.4.19, itens 4.5, 4.6, 4.7, 4.9, 4.10, 4.11, 4.12; subsubitens 4.13.1, 4.13.3, 4.13.4 do subitem 4.13; subsubitens 4.14.1 a 4.14.5 do subitem 4.14; itens 4.15, 4.16 e 4.18 a 4.51 da Seção 4; Subitens 6.2, 6.5, 6.6, 6.8 e 6.9 do item 6; Subitens 7.2, 7.8 a 7.21 do item 7; Subsubitens 8.1.1.1 e 8.1.1.2 do subitem 8.11, subitens 8.1.3, 8.1.4, 8.1.6 a 8.1.0 e 8.1.12; subitens 8.2 a 8.6 do item 8; itens 10 a 19 e subitens 20.1, 20.2 e 20.4 do item 20.

A realização do conjunto de atividades no período 2012-2015 só foi possível com a permanente dedicação do corpo de funcionários lotados na SETEC.

3. VISÃO GERAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO

A *Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – SETEC* é um órgão específico do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI que gerencia programas e ações no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e de Inovação visando intensificar o fomento à inovação e ao desenvolvimento tecnológico nas empresas. A SETEC é uma unidade gestora executora e sim uma Unidade Gestora Responsável – UGR.

3.1 IDENTIFICAÇÃO

Poder e Órgão de Vinculação	
Poder: Executivo	
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	Código SIORG: 075234
Identificação da Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa: Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	
Denominação Abreviada: SETEC	
Código SIORG: 075234	Código LOA: 24101
Código SIAFI: 240115 – SETEC	
Situação: ativa	
Natureza Jurídica: Órgão público da administração direta	CNPJ: 01.263.896/0029-65
Principal Atividade: Administração Pública em Geral	
Código CNAE: 7511-6/00	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2033-7800 (061) 2033-7765
Endereço Eletrônico: setec@mcti.gov.br	
Página na Internet: http://www.mcti.gov.br	
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 3º andar, sala 387, CEP 70067-900 – Brasília - DF	
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada	
Decreto nº 5.886, de 06.09.2006	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
Regimento Interno Portaria MCT nº 757, 03.10.2006, Unidade Gestora Portaria MCTI nº 1059, de 14/10/2013	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Nenhum	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
240115	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	

3.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

A *Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – SETEC*, conforme o art. 17 do Decreto nº 5.886, de 06.09.2006, é responsável pela Política Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, compreendendo, em especial, as ações e os programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da empresa brasileira, a promoção dos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) e a capacitação de recursos humanos para a inovação do setor produtivo.

A SETEC atua em três pilares: (i) Regulação; (ii) Serviços; e (iii) Tecnologias Setoriais.

No pilar da **Regulação** acompanha diretamente as iniciativas de aperfeiçoamento do marco legal da inovação, por meio da Comissão Técnica Interministerial do Marco Legal, criada pela Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF/MEC/MPOG nº 934/2008, que analisa os procedimentos operacionais de diversas medidas de aperfeiçoamento apresentadas por entidades científicas e tecnológicas e do setor privado para as Leis de Inovação, do Bem, das Licitações, do Poder de Compra, dentre outras.

Também compõe as Comissões Governamentais que tratam do tema 'Compras Públicas', especialmente da CI-CP (Comissão Interministerial de Compras Públicas) e da CIA-PAC (Comissão Interministerial de Aquisições do PAC), por meio da participação nos Grupos Técnicos de Apoio aos trabalhos de tais Comissões.

No pilar de **Serviços** a SETEC coordena as atividades que visam intensificar as ações de fomento à inovação e de apoio tecnológico nas empresas. Neste sentido, existem:

1 – A política de incentivos fiscais e de financiamentos para o desenvolvimento tecnológico e inovação.

A Secretaria coordena e supervisiona os incentivos fiscais referentes ao Capítulo III da Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005), Inovar-Auto (Lei nº 12.715, de 2012) e Desenvolvimento Regional (Decreto nº 7.389/2010).

A Lei do Bem, especificamente o Capítulo III, concede incentivos visando estimular as empresas a desenvolverem internamente atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica quer na concepção de novos produtos e/ou na agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo.

Os incentivos fiscais para o desenvolvimento regional são concedidos às empresas automotivas situadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que, para mantê-los, realizam em contrapartida, investimentos em pesquisa, desenvolvimento, inovação tecnológica, inclusive na área de engenharia automotiva nestas regiões.

O Inovar-Auto apoia o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a segurança, a proteção ao meio ambiente, a eficiência energética e a qualidade dos automóveis, caminhões, ônibus e autopeças.

A SETEC preside o Comitê Gestor do Fundo Setorial INOVAR-AUTO (CT-INOVAR-AUTO) que gerencia os recursos que as empresas habilitadas que não investiram o valor mínimo necessário do seu faturamento em pesquisa e desenvolvimento, depositam no Fundo para aplicação em projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação e de capacitação de recursos humanos exclusivamente no âmbito da indústria automotiva nacional.

Participa também do Grupo de Trabalho Processo Produtivo Básico (PPB) que analisa e concede os incentivos fiscais da Lei nº 8.387/1991 às empresas sediadas na Zona Franca de Manaus. As empresas que se enquadram no PPB gozam de benefício fiscal concedido pelo Governo Federal na forma de redução de 88% da alíquota do Imposto de Importação (II) e isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

2 – A política de propriedade intelectual e de transferência de tecnologia para a promoção da ciência e tecnologia.

A SETEC executa por intermédio do Grupo de Trabalho de Assessoramento em Propriedade Intelectual (GTA-PI), instância de assessoramento interno do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, que estuda, subsidia, identifica e propõe instrumentos institucionais e legais, bem como mecanismos operacionais de aperfeiçoamento das ações de propriedade intelectual para o desenvolvimento tecnológico das empresas, e acompanha e avalia os resultados decorrentes da aplicação de instrumentos institucionais e legais de propriedade intelectual nos setores produtivos e no meio acadêmico.

No âmbito da Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004), o Artigo 17 delega à SETEC a responsabilidade por receber das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT), anualmente, no primeiro trimestre de cada ano, as informações sobre política de propriedade intelectual, criações desenvolvidas, proteções requeridas e concedidas e contratos firmados de licenciamento ou transferência de tecnologia, e providenciar a publicação de relatório com dados consolidados relevantes para compreender o papel das ICT no processo de inovação. Ainda, apoia os Núcleos de Inovação Tecnológica – NIT criados com a finalidade de promover a gestão de políticas de inovação, o fortalecimento de atividades de proteção da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia nas Instituições Científicas e Tecnológicas.

A SETEC exerce ainda representação no Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual – GIPI, coordenado pelo MDIC e do Conselho Nacional de Combate à Pirataria, coordenado pelo Ministério da Justiça.

3 – O fomento à inovação e ao desenvolvimento tecnológico nas empresas.

Esta atividade é realizada por meio do Programa SIBRATEC – Sistema Brasileiro de Tecnologia (Decreto nº 6.259/2007) com suas redes temáticas “Centro de Inovação”, “Serviços Tecnológicos” e “Extensão Tecnológica”, cuja finalidade é proporcionar condições para o aumento da taxa de inovação das empresas brasileiras. Para esta finalidade, às Redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos executam atividades de metrologia, normalização e avaliação da conformidade, essencial para atender as necessidades das empresas, frequentemente associadas à superação de exigências e barreiras técnicas para acesso a mercados, assim como para atender demandas estratégicas do País. Neste sentido, a SETEC, além de apoiar estas Redes, participa dos Comitês do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – SINMETRO.

Este fomento também é realizado pelo SibratecShop, redes de laboratórios abertos à sociedade para apoiar na transformação de ideias em protótipos, e pela Plataforma iTEC, que visa o desenvolvimento da inovação aberta com transferência de tecnologia entre as instituições de pesquisa e os setores empresariais, com a geração de novos negócios.

Recentemente, a SETEC incorporou em suas atividades a coordenação e articulação com entidades de governo (institutos de pesquisa, universidades, agências, etc.) e do setor privado as ações de Manufatura Avançada visando a concepção de uma Estratégia Nacional. A Manufatura Avançada é considerada a nova revolução industrial que está alterando a competição empresarial global por meio de sistemas avançados de manufatura.

4 – A capacitação de recursos humanos para a inovação do setor produtivo.

A SETEC desenvolve atividades de estímulo à realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) nas empresas, disponibilizando instrumentos específicos que tratam da capacitação de empresários e gerentes para a inovação e a inserção de pesquisadores nas empresas.

O Programa RHAE-Pesquisador na Empresa apoia a transferência do conhecimento acadêmico para o meio empresarial, responde às demandas do setor privado por inovação e incentiva a formação de pesquisadores (mestres e doutores) com foco na inovação e sua incorporação nas empresas.

5 – O apoio ao desenvolvimento e a consolidação de ambientes inovadores.

A Secretaria planeja, articula, coordena e avalia ações destinadas a promover o desenvolvimento e a consolidação de pólos, parques e incubadoras de empresas. Por intermédio do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (PNI), criado pela Portaria MCT nº 139/2009, estimula a instalação e a consolidação, nas várias unidades da Federação, de incubadoras de empresas e parques tecnológicos, fomentando sinergias entre as empresas e as instituições científicas e tecnológicas, públicas e privadas.

6 – As ações voltadas para o empreendedorismo tecnológico em micro e pequenas empresas.

A promoção à assistência especializada ao processo de inovação é realizada pelas Redes Estaduais de Extensão Tecnológica do SIBRATEC que se destinam a solucionar pequenos gargalos na gestão tecnológica, projeto, desenvolvimento, produção e serviços das micro, pequenas e médias empresas.

Existe também o Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas - SBRT, que é uma rede de cooperação para disseminação e fornecimento de informação tecnológica, via *Web*, aos empreendedores e micro e pequenas empresas. O SBRT congrega diversas entidades especializadas e conta com o apoio do Sistema CNI e do SEBRAE, além da interveniência técnica do IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. A Resposta Técnica (RT), produto do SBRT, apresenta soluções para dúvidas e problemas empresariais por meio da busca, recuperação, análise e tratamento das informações disponíveis em fontes especializadas (documentos, bases de dados e especialistas). O SBRT ajuda na consolidação de empreendimentos de pequeno porte e se presta ao combate da informalidade.

No âmbito da Lei Complementar nº 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, o Artigo 65, § 3º, determina que os órgãos e entidades da administração pública federal repassem à SETEC, no primeiro trimestre de cada ano, informações relativas aos valores alocados e a respectiva relação percentual em relação ao total dos recursos aplicados às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP). A partir das informações a Secretaria identifica o montante de recursos aplicados em atividades de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) destinadas às ME e EPP, e verifica o cumprimento do § 2º que estabelece que essas instituições tem por meta a aplicação mínima de 20% (vinte por cento) dos recursos destinados à inovação para o desenvolvimento de tal atividade nas ME e EPP. O resultado é a publicação de relatório pela Secretaria com dados consolidados relevantes para subsidiar a formulação de políticas de desenvolvimento industrial e de CT&I de apoio às ME e EPP.

7 – Sensibilização e mobilização da difusão da inovação no País.

Por meio do PRO-INOVA - Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação, a SETEC atua no estímulo ao desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação no País, disseminando as informações sobre as vantagens de investir em atividades inovativas, mobilizando e apoiando as empresas na identificação e utilização dos instrumentos e programas mais adequados às suas necessidades. Apoiava ainda o Programa NAGI - Núcleos de Apoio à Gestão de Inovação que tem por objetivo alavancar a gestão da inovação nas empresas brasileiras e a Plataforma iTec, que visa o desenvolvimento da inovação aberta baseada em desafios com transferência de tecnologia entre as instituições de pesquisa e desenvolvimento públicas e privadas e os setores empresariais, com a geração de novos negócios. O propósito é reunir empresas arrojadas e parceiros com conhecimento de fronteira para aumentar a robustez dos desafios e soluções gerando um impacto sustentável e aumentando a competitividade das empresas e do País. Uma das ações do Programa é a Plataforma iTec, uma plataforma aberta de negócios tecnológicos que promove o encontro de empresas que buscam ajuda em seus projetos e organizações que têm as soluções para esses desafios. Os solucionadores são empresas startup, incubadas, pequenas e médias empresas, ICTs (Universidades e Institutos de Pesquisa) públicos ou privados, entre outros.

O terceiro pilar é o de *Tecnologias Setoriais*, voltado para a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, a infraestrutura laboratorial técnico-científica e a formação e capacitação de recursos humanos em diferentes setores da economia, em especial os de nanotecnologia, energia, bioenergia, biocombustíveis e recursos minerais com vistas à sua competitividade sistêmica.

Na área de nanotecnologia coordena a Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN), programa de política pública composto de várias ações estratégicas para que a nanotecnologia torne a indústria brasileira mais inovadora, mais forte e mais competitiva, de modo a aumentar a competitividade da economia nacional.

A SETEC preside o Comitê Interministerial de Nanotecnologia (CIN) e o Comitê Consultivo de Nanotecnologia, instâncias de articulação com as entidades do governo, do meio acadêmico e do setor privado.

Coordena também o Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO), formado por 26 laboratórios multiusuários direcionados à pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) em nanociências e nanotecnologias, que disponibiliza acesso aberto à pesquisadores e empresas à infraestrutura laboratorial brasileira.

Atua ainda na regulação do setor integrando o Brasil ao projeto NANoREG.

Nas áreas de Energia e de Recursos Minerais atua por meio do desenvolvimento de conhecimento, de tecnologias e de recursos humanos, inclusive promovendo a harmonização e a integração com outras políticas setoriais como a econômica, energética, mineral, industrial e ambiental. Os principais programas e ações estão ligados às seguintes temáticas: Etanol, Biodiesel, Biocombustíveis Aeronáuticos, Biorrefinarias, Bioprodutos, Biogás, Carvão Vegetal, Energia Eólica, Energias Marinhas, Energia Hidrelétrica, Energia Solar Fotovoltaica, Energia Heliotérmica, Smart Grids, Eficiência Energética, Hidrogênio, Petróleo e Gás, Carvão Mineral, Minerais Estratégico (incluindo Terras Raras) e Agrominerais. Preside os Comitês Gestores dos Fundos Setoriais de Energia (CT-ENERG) e de Recursos Minerais (CT-MINERAL).

A Secretaria acompanha o processo de integração econômica do País no âmbito dos foros multilaterais, bilaterais, regionais e subregionais, com vistas a fornecer subsídios técnicos em áreas de interesse.

No âmbito do MERCOSUL, o Secretário exerce a Coordenação Nacional da RECYT – Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia, a qual tem como objetivo definir e implementar ações de natureza comum na área de ciência, tecnologia e inovação nos países do bloco, e executa parcerias bilaterais e multilaterais nas áreas sob a sua responsabilidade. Uma das principais ações da RECYT, apoiadas financeiramente pela SETEC é o Prêmio MERCOSUL de Ciência e Tecnologia, que em 2015 lançou a 12ª edição, com o tema Inovação e Empreendedorismo. A coordenação nacional é exercida pelo Secretário

A SETEC ainda participa de diversas representações em escala governamental, estadual e com associações empresariais.

3.3 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SETEC

As normas e regulamentos que regem a SETEC são:

- 1 – Norma de criação – Decreto nº 5.886, de 06.09.2006
- 2 – Regimento Interno - Portaria MCT nº 757, 03.10.2006
- 3 – Unidade Gestora Portaria MCTI nº 1059, de 14/10/2013

3.4 BREVE HISTÓRICO DA SETEC

A origem da SETEC foi a Secretaria de Tecnologia Industrial (STI), extinta pelo Presidente da República Fernando Collor, em 1990. As atribuições da STI foram absorvidas pelo Departamento de Fomento da Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia da Presidência da República (Lei nº 8.028, de 12.04.1990). Em 1992, na gestão do Presidente da República Itamar Franco, o Departamento de Fomento foi transformado na Secretaria de Tecnologia (Lei nº 8.490, de 19.11.1992), que permaneceu com esta nomenclatura até 1995, quando na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso passou a ser denominada de Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico. Em 2000, o Decreto nº 3.568, de 17.08.2000, alterou a denominação para Secretaria de Política Tecnológica Empresarial. Em 2003, na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, a SETEC absorveu a SEPIN (Decreto nº 4.724, de 09.06.2003) e passou a ser designada como Secretaria de Política de Informática e Tecnologia. Em dezembro de 2004, as Secretarias foram separadas, passando a ser chamada de Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Decreto nº 5.314, de 17.12.2004), e permanecendo até o presente momento.

3.5 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

A SETEC atua na formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento tecnológico e a inovação, no gerenciamento das ações de fomento à inovação nas empresas e no apoio ao desenvolvimento tecnológico em diferentes setores da economia, em especial os de nanotecnologia, energia, bioenergia, biocombustíveis e recursos minerais.

A SETEC atua para melhorar a capacitação de recursos humanos, no aperfeiçoamento do marco regulatório da inovação, no incentivo à pesquisa tecnológica e ao desenvolvimento de inovação tecnológica, na mobilização e na difusão da inovação, no suporte às incubadoras de empresas e parques tecnológicos, na formação de redes de pesquisa, no estímulo à proteção da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia, na melhoria da infraestrutura laboratorial, na regulação e no aumento do conhecimento científico e tecnológico em diferentes setores da economia, em especial nos de nanotecnologia, energia e recursos minerais. Ainda, atua na cooperação tecnológica com as unidades de pesquisa do Ministério.

A Secretaria interage de forma ativa com ministérios setoriais, agências reguladoras e demais órgãos ligados às suas áreas de atuação; com agências e instituições de fomento a CT&I; com pesquisadores, instituições de ensino e pesquisa e centros de pesquisa; com empresas e com associações empresariais e de classe ligadas a setores selecionados da economia; e com agências implementadoras e de gestão de cooperação científica e técnica. Essa atuação ocorre em escala estadual, regional, nacional e internacional.

Todos os esforços são direcionados para a construção de um ambiente favorável à inovação e para o aumento do conhecimento científico e tecnológico em setores estratégicos da economia.

3.6 ORGANOGRAMA

A Secretaria possui uma estrutura formada pelo Gabinete do Secretário, Assessorias e quatro Coordenações-Gerais: Coordenação Geral de Inovação Tecnológica (CGIT), Coordenação Geral de Serviços Tecnológicos (CGST), Coordenação Geral de Tecnologias Setoriais (CGTS) e Coordenação de Micro e Nanotecnologias (CGNT) e um Serviço de Apoio Administrativo (Figura 1).

Em 2015 houve uma troca de Secretário. Saiu Armando Zeferino Milioni, nomeado pela Portaria nº 659, em 29.08.2014, e exonerado em 19.11.2015 pela Portaria nº 1.532, e entrou Eronildo Braga Bezerra, nomeado pela Portaria nº 1.687, em 15.12.2015.

A **Coordenação-Geral de Serviços Tecnológicos (CGST)** tem como titular Jorge Mário Campagnolo, nomeado pela Portaria MCTI nº 578, de 14.08.2012. As ações e programas são voltados para o desenvolvimento da infraestrutura de serviços tecnológicos, apoio a parques tecnológicos e incubadoras, capacitação de recursos humanos, conscientização e mobilização de ambiente favorável à inovação. A Coordenação-Geral possui três Coordenações: Coordenação de Capacitação Tecnológica (José Antônio Silvério, Portaria MCTI nº 741, de 22.09.2011), Coordenação de Tecnologia Industrial Básica (Cristina Akemi Shimoda, Portaria MCTI nº 28, de 15.05.2011) e Coordenação de Gestão Tecnológica (Eliana Cardoso Emediato Azambuja, Portaria MCTI nº 235, de 08.06.2001). Estão sob a responsabilidade da Coordenação Geral o SIBRATEC – Sistema Brasileiro de Tecnologia, o SibratecShop, a Plataforma iTec, o PRO-INOVA – Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação, o SBRT - Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas, o PNI – Programa de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos, a Capacitação de Recursos Humanos, os Processos Produtivos Básicos, incentivos concedidos às empresas da Zona Franca de Manaus (PPB) e o Grupo de Trabalho de Manufatura Avançada.

A **Coordenação-Geral de Inovação Tecnológica (CGIT)** tem como titular Carlos Alberto Lima Neri, nomeado pela Portaria MCTI nº 916, de 28/08/2014. É responsável pela articulação e a implementação de programas, projetos e ações para o desenvolvimento tecnológico e a incorporação de inovações tecnológicas em produtos, processos e serviços de empresas, e pelo aperfeiçoamento e avaliação de instrumentos de fomento ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, propriedade intelectual e transferência de tecnologia, apoio a micro, pequenas e médias empresas. A Coordenação-Geral possui três Coordenações: Coordenação de Propriedade Intelectual (Fernanda Vanessa Mascarenhas Magalhães, Portaria MCTI nº 739, de 22.09.2011), Coordenação de Cooperação Tecnológica (Antenor Cesar Vanderlei Correa, Portaria MCTI nº 894, de 04.12.2012) e Coordenação de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico (Aristeu Gomes Tininis, Portaria MCTI nº 1.084, de 13.10.2014). Estão sob a responsabilidade da CGIT as ações ligadas ao marco legal da inovação, política de propriedade intelectual para a promoção da ciência e tecnologia, os programas de incentivos fiscais e financiamentos para o desenvolvimento tecnológico, em especial os incentivos da Lei do Bem (Capítulo III da Lei nº 11.196/05), o Programa INOVAR-AUTO, os incentivos regionais, a cooperação tecnológica com institutos de pesquisa, a cooperação internacional e as ações voltadas para micro e pequenas empresas.

A **Coordenação-Geral de Tecnologias Setoriais (CGTS)** tem como titular Eduardo Soriano Lousada, nomeado pela Portaria MCTI nº 999, de 11.09.2014. É responsável por alavancar a competitividade sistêmica de setores da economia nacional ligados à Energia e aos Recursos Minerais por meio do desenvolvimento de conhecimento, de tecnologias e de recursos humanos, inclusive promovendo a harmonização e a integração com outras políticas setoriais como a econômica, energética, mineral, industrial e ambiental. A Coordenação-Geral possui três Coordenações: Coordenação de Programas Mobilizadores (Tássia de Melo Arraes, Portaria MCTI

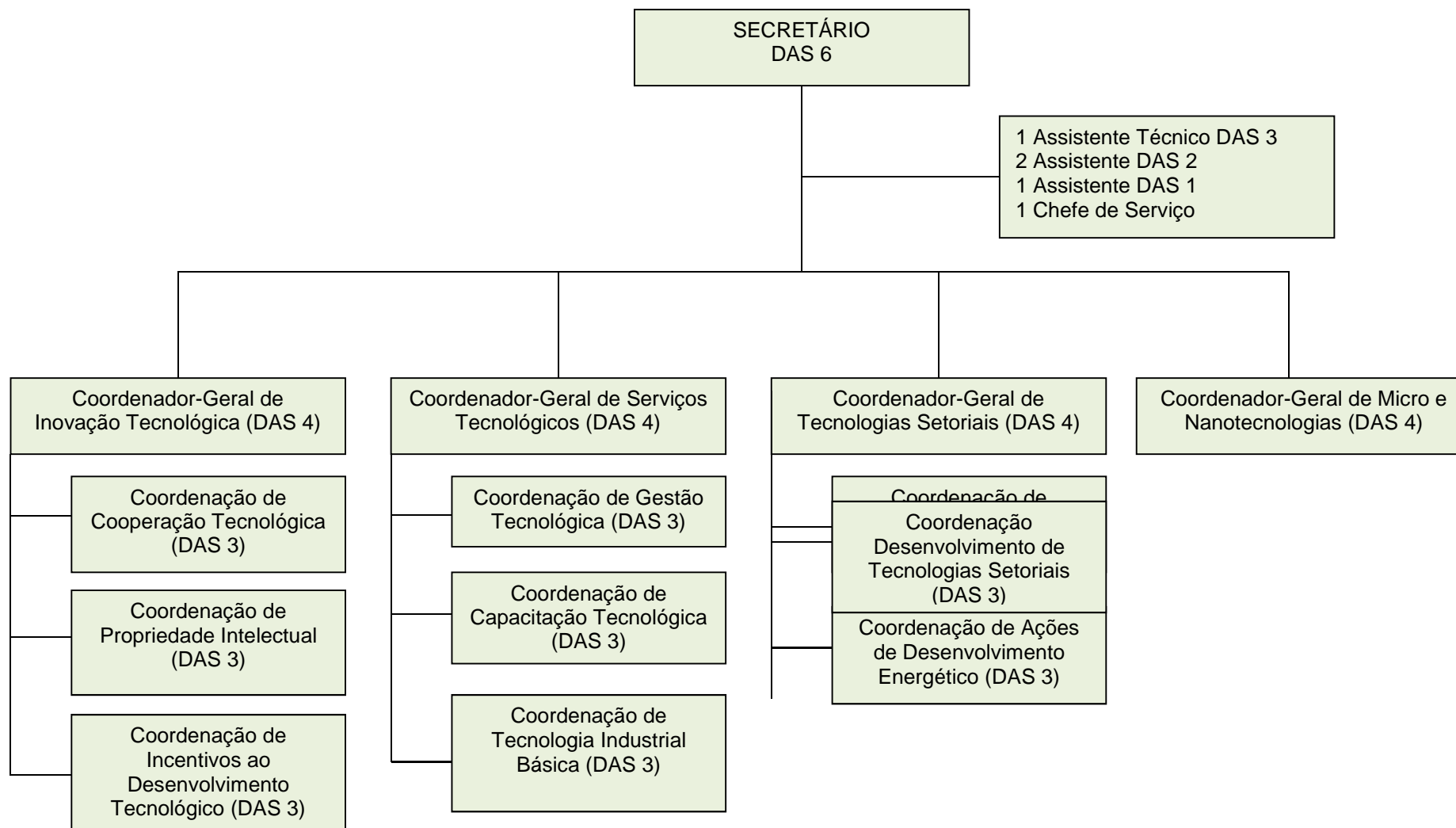
nº 317, de 10/04/2013), Coordenação de Desenvolvimento de Tecnologias Setoriais (Samira Sana Fernandes de Sousa, Portaria MCTI nº 1.069, de 08.10.2014), Coordenação de Ações de Desenvolvimento Energético (Rafael Silva Menezes, Portaria MCT nº 935, de 11.11.2010). Estão sob a responsabilidade da Coordenação-Geral as seguintes temáticas: Etanol, Biodiesel, Biocombustíveis Aeronáuticos, Biorrefinarias, Bioprodutos, Biogás, Carvão Vegetal, Energia Eólica, Energias Marinhas, Energia Hidrelétrica, Energia Solar Fotovoltaica, Energia Heliotérmica, Smart Grids, Eficiência Energética, Hidrogênio, Petróleo e Gás, Carvão Mineral, Minerais Estratégico (incluindo Terras Raras) e Agrominerais.

A **Coordenação-Geral de Micro e Nanotecnologias (CGNT)** tem como titular Flavio Orlando Plentz Filho, nomeado pela Portaria MCTI nº 541, de 24.07.2012, e exonerado pela Portaria nº 31, de 06.02.2015. Desde então, responde o Coordenador-Geral Substituto, Alfredo de Souza Mendes. A Coordenação é responsável por formular políticas e definir estratégias e procedimentos no âmbito da Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia, o Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias e a proposição de marco legal e regulatório à pesquisa, produção e comercialização de produtos nanotecnológicos.

QUADRO 3.6 – INFORMAÇÕES SOBRE SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS DA SETEC

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Gabinete	- propor, acompanhar e coordenar as ações e programas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.	Eronildo Braga Bezerra	Secretário	Desde de 15.12.2015
		Armando Zeferino Milioni	Secretário	29.08.2014 a 19.11.2015
Coordenação-Geral de Inovação Tecnológica	- coordenar e supervisionar os programas de incentivos fiscais; - coordenar a política de propriedade intelectual para a promoção da ciência e tecnologia; - ações voltadas para ME e EPP; - aperfeiçoamento do marco legal da inovação; - agenda internacional.	Carlos Alberto Lima Neri	Coordenador-Geral	Desde de 28.08.2014
Coordenação-Geral de Serviços Tecnológicos	- infraestrutura de serviços tecnológicos; - apoio a parques tecnológicos e a incubadoras de empresas; - capacitação de recursos humanos; - mobilização e sensibilização para a inovação	Jorge Mário Campagnolo	Coordenador-Geral	Desde de 14.08.2012
Coordenação-Geral de Tecnologias Setoriais	- P,D&I em setores estratégicos, em especial de energia e recursos minerais.	Eduardo Soriano Lousada	Coordenador-Geral	Desde de 11.09.2014
Coordenação-Geral de Micro e Nanotecnologias	- P,D&I em nanotecnologia; - SisNANO; - regulação	Flávio Orlando Plentz Filho	Coordenador-Geral	24.07.2012 a 06.02.2015
		Alfredo de Souza Mendes	Coordenador-Geral	Interino desde 06.02.2015

Figura I - ESTRUTURA REGIMENTAL DA SETEC (Decreto nº 5.886, de 06/09/2006)



3.7 MACROPROCESSOS

Os macroprocessos da Secretaria são divididos em finalísticos: gestão de políticas públicas, gestão de programas e ações e gestão de incentivos à inovação tecnológica, e de suporte ao gerenciamento administrativo: Gestão Estratégica, Gestão Orçamentária e Financeira e Gestão de Projetos e Convênios.

Os principais produtos e serviços finalísticos são: formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento tecnológico e a inovação; aperfeiçoamento do arcabouço legal da ciência, tecnologia e inovação; mobilização e difusão da inovação nas empresas; gestão de atividades de proteção da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia; condução e execução de incentivos fiscais à pesquisa tecnológica e ao desenvolvimento de inovação tecnológica; condução e execução de programa de incubação de empresas e de parques tecnológicos; condução e execução de programas voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico em diferentes setores da economia, em especial os de nanotecnologia, energia, incluindo as energias renováveis e os biocombustíveis, e recursos minerais; prestação de serviços de respostas técnicas às micro, pequenas e médias empresas, e pessoas físicas; estudos e prospecção de cenários tecnológicos e sua disseminação para os setores acadêmicos e produtivos e a sociedade; suporte à capacitação de recursos humanos nas empresas; suporte a redes de pesquisa de centro de inovação, serviços tecnológicos e extensão tecnológica; condução e execução de atividades de ciência, tecnologia e inovação no âmbito das cooperações bilaterais e multilaterais nas áreas de interesse da Secretaria.

Os produtos e serviços de gerenciamento administrativo são: gerenciamento da SETEC, gerenciamento de documentos, gerenciamento orçamentário, financeiro e contábil, assessoramento interno para assuntos internacionais e assuntos legislativos, elaboração de Plano Estratégico do Ministério, elaboração do Plano Plurianual, participação em colegiados e fóruns nacionais e internacionais, celebração de convênios, acordos de cooperação e termos de execução descentralizada, visitas técnicas, acompanhamento e avaliação de convênios, acordos de cooperação e termos de execução descentralizada, bem como elaboração de prestação de contas técnicas e financeiras.

Visão Geral da SETEC

Quadro 3.7 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA SETEC

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Políticas Públicas	Gestão da Política de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	Conduzir e executar instrumentos e mecanismos de fomento ao desenvolvimento tecnológico e à inovação das empresas.	Empresas, Associações Empresariais e de Classes, Pesquisadores, Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT), Instituições Científicas, Tecnológicas (ICTs), Entidades Públicas Federais, Estaduais e Municipais, Agências Reguladoras e Organismos Internacionais.	GABINETE, CGST, CGIT, CGTS e CGNT
		Conduzir e executar programas de desenvolvimento tecnológico e inovação em setores da economia prioritários e de interesse nacional.		
		Identificar, propor e implementar aperfeiçoamentos na legislação de ciência, tecnologia e inovação.		
		Conduzir e executar ações de propriedade intelectual e de transferência de tecnologia.		
		Conduzir e executar a aplicação dos incentivos fiscais às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I).		
		Conduzir e executar ações destinadas à capacitação de recursos humanos voltados para a inovação do setor produtivo.		
		Conduzir e executar ações voltadas para a consolidação de ambientes inovadores (polos, parques e incubadoras de empresas).		
		Conduzir e executar ações voltadas para o empreendedorismo tecnológico em micro e pequenas empresas.		
		Conduzir e executar ações de difusão da inovação no País.		
		Conduzir e executar ações de cooperação internacional em temas de responsabilidade da Secretaria.		
		Conduzir e executar estudos destinados à formulação de políticas públicas para o desenvolvimento tecnológico das empresas.		
		Identificar, propor e implementar ações, programas, instrumentos e mecanismos de apoio voltados para o desenvolvimento tecnológico das empresas e em setores da economia de interesse nacional.		
Interagir com órgãos e entidades, públicos e privados, visando a identificação de ações e programas de desenvolvimento tecnológico.				

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis	
Gestão de Políticas Públicas	Gestão da Política de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	Promover ações destinadas à cooperação tecnológica com os institutos de pesquisa do MCTI e outras instituições de P,D&I;	Empresas, Associações Empresariais e de Classes, Instituições Científicas, Tecnológicas (ICTs), Entidades Públicas Federais, Estaduais e Municipais, agências Reguladoras e Organismos Internacionais.	GABINETE, CGST, CGIT, CGTS e CGNT	
		Promover a articulação nacional e internacional como elemento de suporte à formulação e à avaliação de políticas de desenvolvimento tecnológico e de inovação			
Gestão de Incentivos à Inovação Tecnológica	Coordenar, acompanhar e avaliar a aplicação dos incentivos fiscais às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) – Cap. III da Lei nº 11.196/2005 – Lei do Bem	Recebimento, processamento e análise das informações enviadas pelas empresas.	Empresas	CGIT	
		Elaboração de parecer			
		Envio de parecer às empresas			
		Recebimento de pedido de reconsideração formulado pelas empresas .			
		Análise do pedido de reconsideração.			
		Envio de parecer sobre o pedido de reconsideração às empresas.			
		Elaboração de relatório anual de utilização dos incentivos fiscais.			
		Envio do relatório anual à Receita Federal do Brasil.			
	Coordenar, acompanhar e avaliar a aplicação dos incentivos à inovação tecnológica e adensamento da cadeia produtiva de veículos automotores – INOVAR-AUTO	Recebimento, processamento e análise das informações enviadas pelas empresas.		Empresas	CGIT
		Visitas técnicas às empresas.			
		Elaboração de parecer técnico.			
		Elaboração de relatório anual de utilização dos incentivos fiscais.			
	Coordenar, acompanhar e avaliar a aplicação dos incentivos para o desenvolvimento regional no âmbito do Decreto nº 7.389/2010, que alterou as Leis nº 9.440/1997 e 9.826/1999.	Recebimento, processamento e análise das informações enviadas pelas empresas.		Empresas	CGIT
		Visitas técnicas às empresas.			
		Elaboração de parecer técnico.			
		Elaboração de relatório anual de utilização dos incentivos fiscais.			
Participar, propor, acompanhar e avaliar a aplicação dos incentivos concedidos pela Lei nº 8.387/1991 – Processo Produtivo Básico.	Participação no GT-PPB.	Empresas	CGST		
	Recebimento dos pleitos das empresas.				
	Análise das informações.				
	Elaboração de parecer técnico.				
	Elaboração de Portaria Interministerial junto com o MDIC.				

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Programas e Ações	Coordenar a política de propriedade intelectual e de transferência de tecnologia para a promoção da ciência e tecnologia.	Conduzir e executar ações de propriedade intelectual como instrumento de política de desenvolvimento tecnológico e de inovação.	Instituições Científicas, Tecnológicas (ICTs), Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e Órgãos do governo ligados às suas áreas de atuação.	CGIT
		Identificar e propor instrumentos institucionais e legais, bem como mecanismos operacionais para o aperfeiçoamento das ações de propriedade intelectual nos setores produtivos e no meio acadêmico.		
		Acompanhar e avaliar os resultados decorrentes da aplicação de instrumentos institucionais e legais de propriedade intelectual nos setores produtivos e no meio acadêmico.		
		Apoiar a transferência do conhecimento científico e tecnológico para a indústria por meio dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) das ICT's.		
		Coordenação do Grupo de Trabalho de Assessoramento em Propriedade Intelectual – GTA-PI.		
		Participação no GIPI - Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual.		
		Participação no Conselho Nacional de Combate à Pirataria.		
		Acompanhar as ações de propriedade intelectual no âmbito do Organismo Internacional de Propriedade Intelectual – OMPI.		
		Acompanhar as ações de propriedade intelectual no âmbito dos acordos de cooperações bilaterais e multilaterais.		
	Planejar, propor, coordenar e acompanhar o aperfeiçoamento do marco legal da inovação	Propor ações de aperfeiçoamento dos instrumentos de fomento à inovação.	Empresas, Associações Empresariais, Instituições Científicas, Tecnológicas (ICTs), Entidades Públicas Federais, Estaduais e Municipais.	CGIT
		Propor ações de desburocratização dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação.		
		Coordenar a Comissão Técnica Interministerial do Marco Legal.		
		Receber propostas de aperfeiçoamento do marco legal da inovação no âmbito da Comissão Técnica Interministerial do Marco Legal de entidades científicas e tecnológicas e do setor privado		
		Realizar reuniões da Comissão Técnica Interministerial do Marco Legal para analisar as propostas recebidas.		
Elaborar relatório das decisões da Comissão Técnica Interministerial do Marco Legal.				

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Programas e Ações	Planejar, propor, coordenar e acompanhar o aperfeiçoamento do marco legal da inovação	<p>Implementar as decisões da Comissão Técnica Interministerial do Marco Legal</p> <p>Propor ações de estímulo ao desenvolvimento tecnológico mediante o uso do poder de compra.</p> <p>Assessorar a participação dos representantes do MCTI nas reuniões da CI-CP - Comissão Interministerial de Compras Públicas.</p> <p>Representar o MCTI nas reuniões do Grupo de Técnico da CI-CP.</p> <p>Representar o MCTI nas reuniões do Grupo de Técnico da CIA-PAC (Comissão Interministerial de Aquisições do PAC).</p>	Empresas, Associações Empresariais, Instituições Científicas, Tecnológicas (ICTs), Entidades Públicas Federais, Estaduais e Municipais.	CGIT
	Planejar, propor, implementar, coordenar, acompanhar e avaliar os instrumentos e mecanismos de apoio voltados ao desenvolvimento tecnológico e à inovação nas empresas	<p>Planejar, articular, coordenar e avaliar a execução de programas, projetos e ações relativas às atividades de tecnologia industrial básica, compreendendo: metrologia científica, industrial e legal, normalização, regulamentação técnica e avaliação da conformidade.</p> <p>Propor a criação de novos instrumentos/mecanismos de apoio ao desenvolvimento tecnológico das empresas.</p> <p>Propor ações de aperfeiçoamento dos instrumentos/mecanismos de apoio ao desenvolvimento tecnológico das empresas.</p> <p>Conduzir e executar o Programa Sistema Brasileiro de Tecnologia – SIBRATEC.</p> <p>Proposição de redes de serviços tecnológicos; extensão tecnológica e de centros de inovação no âmbito do SIBRATEC.</p> <p>Organizar, Coordenar e realizar as Reuniões do Comitê Gestor e dos Comitês Técnicos do SIBRATEC.</p> <p>Propor ações de estímulo à criação de novas redes do SIBRATEC.</p> <p>Promover a integração entre os centros geradores de conhecimento e os diversos setores empresariais.</p> <p>Conduzir e executar o Sibratecshop.</p> <p>Conduzir e executar a Plataforma iTec.</p> <p>Conduzir e coordenar o Grupo de Trabalho Manufatura Avançada.</p>	Empresas, Associações Empresariais, Instituições Científicas, Tecnológicas (ICTs), Entidades Públicas Federais, Estaduais e Municipais.	CGST

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Programas e Ações	Propor, coordenar, supervisionar e acompanhar o desenvolvimento e a consolidação de ambientes inovadores.	Conduzir e executar o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos – PNI.	Governos Estaduais e Municipais, Universidades, Micro, Pequenas e Grandes Empresas.	CGST
		Promover ações destinadas ao surgimento e à consolidação de polos, parques e incubadoras de empresas.		
		Promover ações de estímulo a empresas nascentes de bases tecnológicas.		
	Planejar, articular, coordenar e avaliar a execução de projetos e ações destinados à capacitação de recursos humanos.	Conduzir e executar o Programa RHAPE Pesquisador na Empresa.	Pesquisadores e Empresas.	CGST
		Promover ações destinadas à inserção de pesquisadores nas empresas.		
		Promover a capacitação de entidades técnicas para a prestação de serviços especializados de consultoria e treinamento em tecnologias de gestão com vistas ao atendimento das necessidades das empresas brasileira.		
		Articular com entidades de governo e do setor privado com vistas ao dimensionamento de necessidades e à compatibilização de ações voltadas para a capacitação tecnológica.		
	Propor, articular, coordenar e supervisionar ações voltadas para o empreendedorismo tecnológico em micro e pequenas empresas	Promover o desenvolvimento tecnológico das micro e pequenas empresas.	Micro e Pequenas Empresas.	CGIT e CGST
		Promover a integração entre os centros geradores de conhecimento e os diversos setores empresariais.		
		Apoiar as ações do Sistema Brasileiro de Respostas Técnicas – SBRT.		
		Conduzir e executar as ações da Rede de Extensão Tecnológico do SIBRATEC.		
	Planejar, propor, implementar, coordenar, acompanhar e avaliar programas, projetos e ações de desenvolvimento tecnológico em diferentes setores da economia, considerados prioritários e de interesse nacional.	Conduzir e executar programas, projetos e ações em setores da economia considerados prioritários e de interesse nacional, em especial em Energia, Recursos Minerais, Bioenergia e Nanotecnologia.	Empresas, Associações Empresariais e de Classe, Pesquisadores, Instituições Científicas, Tecnológicas (ICTs), Entidades Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Agências Reguladoras e Organismos Internacionais.	CGTS e CGNT
Propor estudos visando o aumento do conhecimento nos setores da economia considerados prioritários e de interesse nacional, em especial Energia, Recursos Minerais, Bioenergia e Nanotecnologia.		CGTS e CGNT		
Promover ações visando o aumento da infraestrutura de apoio à P,D&I em setores da economia considerados prioritários e de interesse nacional, em especial Energia, Recursos Minerais, Bioenergia e Nanotecnologia.		CGTS e CGNT		

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão de Programas e Ações		Articular com instituições de ciência e tecnologia, entidades empresariais e governos ações destinadas à formulação de políticas de desenvolvimento tecnológico e inovação em setores da economia considerados prioritários e de interesse nacional, em especial Energia, Recursos Minerais, Bioenergia e Nanotecnologia.		CGTS e CGNT
	Planejar, propor, implementar, coordenar, acompanhar e avaliar programas, projetos e ações de desenvolvimento tecnológico em diferentes setores da economia, considerados prioritários e de interesse nacional.	Conduzir e executar programas, projetos e ações em bioenergia, biocombustíveis e biorefinarias.	Empresas, Associações Empresariais e de Classe, Pesquisadores, Instituições Científicas, Tecnológicas (ICTs), Entidades Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Agências Reguladoras e Organismos Internacionais.	CGTS
		Conduzir e executar programas, projetos e ações em energia, energias alternativas e eficiência energética.		
		Conduzir e executar programas, projetos e ações de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico nas cadeias produtivas de minerais não metálicos e estratégicos		
		Conduzir e executar programas, projetos e ações no âmbito da Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia.		
		Organizar, coordenar e realizar reuniões do Comitê Consultivo de Nanotecnologia e do Comitê Interministerial de Nanotecnologia.		
		Conduzir e executar o SisNANO.		
		Acompanhar e avaliar os laboratórios do SisNANO..		
		Conduzir e executar as ações no âmbito do marco regulatório da nanotecnologia		
	Planejar, articular, coordenar e avaliar a execução de ações destinadas à difusão da inovação no País.	Conduzir e executar o Programa Pró-Inova.	Empresas, Associações Empresariais, Instituições Científicas, Tecnológicas (ICTs), Entidades Públicas Federais, Estaduais e Municipais.	CGST
Promover o desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação no País.				
Articular com entidades empresariais a promoção da inovação nas empresas.				

Fonte: SETEC

Visão Geral da SETEC

Quadro 3.7.1 – MACROPROCESSOS DE APOIO DA SETEC

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão Estratégica	Gerenciamento das atividades administrativas	Gerenciamento da Unidade.	Gabinete do Ministro, Secretaria Executiva ministérios setoriais, e demais órgãos ligados às suas áreas de atuação	GABINETE CGIT, CGST, CGTS e CGNT
		Gerenciamento de documentos.		
		Relacionamento com a sociedade.		
		Comunicação junto à mídia em conjunto com a ASCOM/MCTI.		
		Assessoramento internacional nos temas relacionados com a Secretaria.		
		Acompanhar projetos de lei e instrumentos legais cujos temas estão sob a responsabilidade da Secretaria.		
		Participar e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual do MCTI.		
		Participar e acompanhar a elaboração, implantação e implementação do Plano Estratégico do MCTI.		
		Representação em colegiados e fóruns nacionais e internacionais.		
Gestão Orçamentária e Financeira	Gerenciamento das atividades orçamentárias e financeiras	Gerenciamento da Unidade Gestora.	SETEC	GABINETE CGIT, CGST, CGTS e CGNT
		Elaborar e acompanhar o plano orçamentário anual da Secretaria.		
		Elaborar a programação orçamentária e financeira da Secretaria.		
		Realizar a gestão financeira e contábil da Secretaria		
Gestão de Projetos e Convênios	Gerenciamento de Projetos e Convênios	Analisar e execução orçamentária e financeira	Empresas, Associações Empresariais, Instituições Científicas, Tecnológicas (ICTs), Entidades Públicas Federais, Estaduais e Municipais.	GABINETE CGIT, CGST, CGTS e CGNT
		Instrução e celebração de convênios		
		Instrução e celebração de acordos de cooperação técnica		
		Instrução e celebração de Termos de Execução Descentralizada		
		Análise e Acompanhamento		
		Visitas técnicas		
Prestação de contas				

Fonte: SETEC

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

4.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL DA SETEC

A SETEC executou seus programas e ações com base nas diretrizes e metas definidas na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015 (ENCTI), que estabeleceu diretrizes para consolidar um Sistema Nacional de CT&I capaz de conjugar esforços em todos os âmbitos – federal, estadual, municipal, público e privado – e promover o aperfeiçoamento do marco legal e a integração dos diferentes instrumentos de apoio a C,T&I existentes no País.

A atuação da SETEC ficou centrada no eixo de sustentação “Promoção da Inovação nas Empresas”, que tem como objetivo ampliar a participação empresarial nos esforços tecnológicos do País, com vistas ao aumento da competitividade nos mercados nacional e internacional, por meio das seguintes estratégias:

- Priorização do fortalecimento da parceria com o SEBRAE, com vistas a fomentar a P&D+I nas micro e pequenas empresas, as quais possuem grande potencial e necessitam de novos incentivos fiscais, financiamento e apoio, além de extensão tecnológica;
- Aperfeiçoamento do Marco Regulatório de Fomento e Incentivo a Inovação, ampliando o alcance dessas políticas e reforçando a integração entre os diferentes instrumentos de apoio à inovação;
- Ampliação do uso do poder de compra governamental como poderoso mecanismo de fortalecimento da demanda pelos produtos das empresas inovadoras, com a consequente aceleração de investimento em tecnologia;
- Atração de Centros de P&D de empresas transnacionais e revisão do marco regulatório do Investimento Direto Estrangeiro, para vincular o investimento à internalização de centros de P&D ao aumento do conteúdo local nos segmentos de media e alta tecnologia e para favorecer a associação com empresas brasileiras;
- Ampliação da participação em risco na fase pré-competitiva;
- Ampliação dos atuais mecanismos de fomento de fundos de investimento de capital empreendedor;
- Apoio a iniciativas de sensibilização, conscientização e mobilização de empresários para a inovação;
- Fortalecimento de programas e novas ações voltadas à inserção de pesquisadores e pós-graduados nas empresas;
- Fortalecimento do programa RHAE (Pesquisador na Empresa) com vistas à inserção de recursos humanos qualificados nas atividades de P&D nas empresas de pequeno e médio porte;
- Incentivo à formação de pesquisadores (mestres e doutores) com foco na inovação e sua incorporação nas empresas;
- Valorização da inovação e da extensão tecnológica nas avaliações acadêmicas;
- Fortalecimento das Entidades Tecnológicas Setoriais (ETS) e estímulo à cooperação entre elas;
- Consolidação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) para a gestão da política de inovação nas instituições científicas e tecnológicas;
- Estímulo à proteção da propriedade intelectual e transferência de tecnologia, incluindo o fortalecimento do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI);

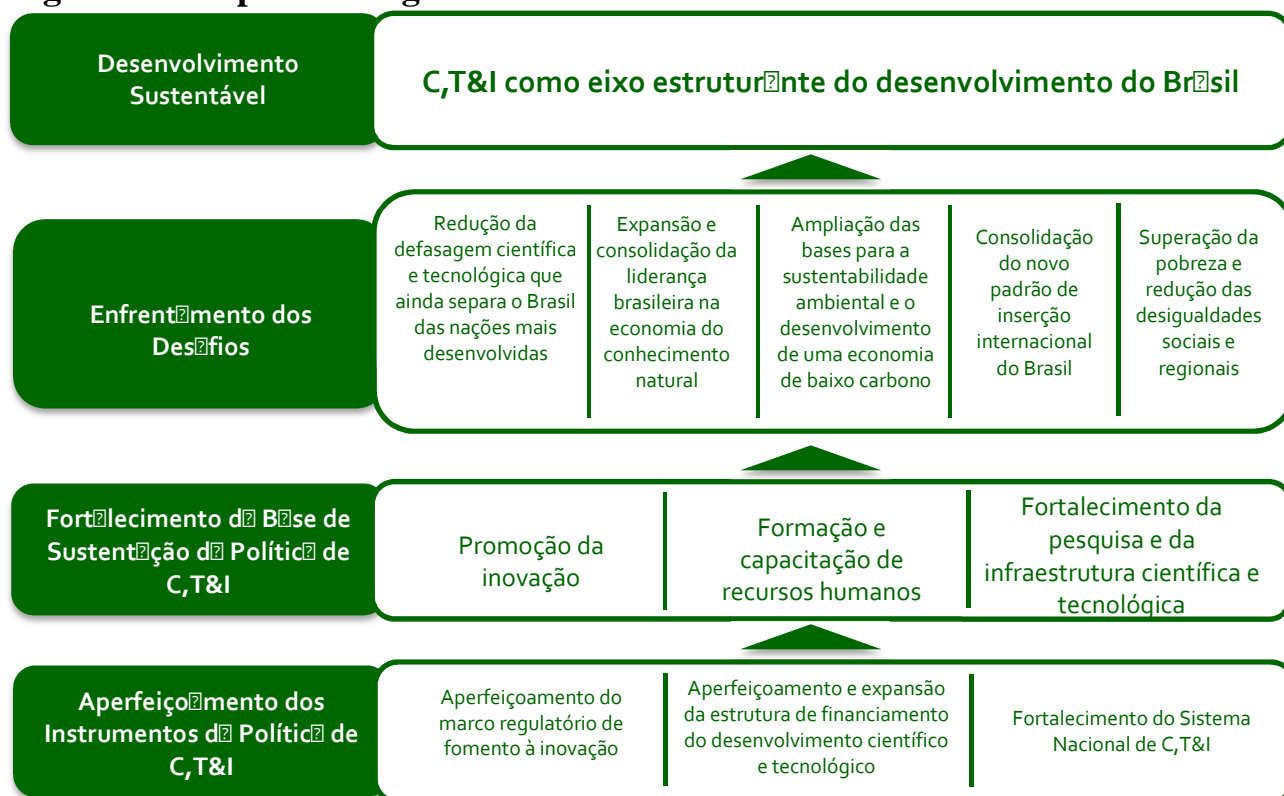
Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

- Consolidação das Redes de Centros de Inovação, de Serviços Tecnológicos e de Extensão Tecnológica do SIBRATEC para apoio aos esforços de inovação das empresas;
- Ampliação da articulação entre universidades, centros de pesquisa e empresas no desenvolvimento de tecnologias inovadoras, com ênfase na fase final do desenvolvimento de produtos, principalmente por meio da criação de instituição estratégica orientada para a inovação industrial – Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), em parceria com a CNI;
- Fortalecimento do PNI (Programa Nacional de Apoio as Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos) com vistas a estimular o surgimento de empresas inovadoras.

A SETEC ficou responsável também pela coordenação dos Programas Prioritários nas áreas de nanotecnologia e energia renovável, definidos como setores portadores do futuro, no entendimento de que estes setores envolviam as cadeias mais importantes para impulsionar a economia brasileira, e dos Programas Complementares de energia elétrica, carvão mineral e minerais estratégicos.

Para alcançar os objetivos definidos na ENCTI as atividades foram alocadas no Plano Plurianual 2012-2015.

Figura 2 – Mapa Estratégico da ENCTI



Em 2015, foi formado um grupo de trabalho no âmbito do MCTI para elaborar uma nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, período 2016-2019. A proposta passará por consulta pública e deverá ser apresentada até o 1º semestre de 2016. Estava previsto também iniciar os trabalhos de planejamento estratégico do Ministério.

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

No âmbito do Plano Plurianual 2012-2015, a SETEC coordenou o Objetivo 485 – Consolidar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC) – Iniciativa 01M6 – Estruturação, implementação e fortalecimento das redes temáticas de centros de inovação e de serviços tecnológicos.

A SETEC executou ainda atividades no âmbito dos objetivos 494 – Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial (Iniciativa 01OL – Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em energia e biocombustíveis), e 495 - Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação (Iniciativas 01P6 – Aperfeiçoamento do marco regulatório de incentivo à inovação e à P&D, 01P9 – Apoio à inovação nas empresas e 01PK – Fomento à criação e consolidação de empresas inovadoras intensivas em conhecimento, em especial nas incubadoras de empresas e parques tecnológicos).

Em 2015, foi elaborado o Plano Plurianual para o período 2016-2019. A Secretaria atuará no âmbito do Objetivo 1056 - Promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas e nas cadeias produtivas, cujas metas são:

- ✓ Estimular 1.250 empresas, a cada ano, a realizarem atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação via incentivos fiscais.
- ✓ Fomentar 1,5 milhão de atendimentos de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em empresas.
- ✓ Aumentar de 950 para 1.250 o número de empresas instaladas em parques tecnológicos.
- ✓ Apoiar 300 projetos que promovam o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas cadeias produtivas.
- ✓ Lançar 12 editais do Programa Inova Empresa II, com articulação entre ministérios e agências, e foco nas prioridades estratégicas definidas pelo Governo Federal. Esta meta é de responsabilidade da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.
- ✓ Apoiar, via recursos de crédito ou de participação acionária, 1.000 micro e pequenas empresas de base tecnológica. Esta meta é de responsabilidade da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.
- ✓ Aumentar de 2.650 para 3.100 as empresas atendidas em incubadoras de empresas.

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

4.1.1 PROGRAMA DE TRABALHO E ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO

A SETEC concentra esforços na execução da Política Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação. Para tanto, o Programa de Trabalho prioriza a capacitação de recursos humanos, o aperfeiçoamento do marco regulatório da inovação, o incentivo à pesquisa tecnológica e ao desenvolvimento de inovação tecnológica, a mobilização e a difusão da inovação, o suporte às incubadoras de empresas e parques tecnológicos, a formação de redes de pesquisa, o estímulo à proteção da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia, a melhoria da infraestrutura laboratorial e o aumento do conhecimento científico e tecnológico. Contempla ainda iniciativas de cooperação com as Unidades de Pesquisa do MCTI e com instituições de P,D&I nacionais e internacionais, e ainda realiza estudos setoriais para identificar gargalos científicos e tecnológicos de setores considerados estratégicos para o País.

Os recursos para implementar o Programa de Trabalho são oriundos do Plano Plurianual (PPA), incluindo os provenientes dos Fundos Setoriais. Com recursos do PPA são apoiados projetos para complementar as ações definidas na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), projetos para estimular áreas não contempladas, de modo a iniciar ações pontuais em temas ainda não estruturados, e projetos de pequeno porte, e com recursos do FNDCT são apoiados projetos no âmbito dos Fundos Setoriais, incluindo as ações verticais e transversais.

As ações são executadas no âmbito dos programas estratégicos e mobilizadores que contam com Comitês Consultivos e Gestores formados por especialistas com conhecimento e competências relevantes na área, por representantes de instituições do governo, do setor empresarial, da academia e por entidades de âmbito nacional ou regional. Ao longo do ano são realizadas reuniões para definir metas e investimentos, aprimorar as diretrizes e a estratégia de implementação, promover novas alianças e interação com programas afins.

Além das reuniões desses Comitês, internamente, a Secretaria realiza reuniões de seus dirigentes (Secretário e Coordenadores-Gerais) para tratar da agenda de trabalho, e com todo o corpo técnico para disseminar informações sobre o andamento das atividades executadas.

A Secretaria exerce participação direta em diversas representações nacionais e internacionais (câmaras técnicas, grupos de trabalho, fóruns, comissões e conselhos), atuando como representante do Ministério em parceria com órgãos e instituições do Governo e entidades parceiras do setor público e privado, e estimula a formação e o fortalecimento de parcerias entre empresas, institutos tecnológicos, universidades e agentes financiadores visando a geração de inovações tecnológicas de produtos e processos produtivos e capacidade gerencial das empresas brasileiras. Essa atuação ocorre em escala estadual, regional, nacional e internacional.

Em 2015, embora houvesse um contexto econômico adverso, a Secretaria conseguiu priorizar iniciativas importantes, tais como a parceria como Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) com a implantação do projeto piloto de laboratórios abertos SibratecShop, e com a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI) para a promoção da Plataforma iTec – Desafios e Soluções Tecnológicas; a regulação da nanotecnologia; a análise dos projetos de P&D no âmbito dos incentivos fiscais; a manutenção do SBRT; a continuidade das atividades dos laboratórios do SisNANO; três iniciativas de parques tecnológicos; a estruturação de três novas Redes SIBRATEC; a elaboração de estudo para propor ações no tema Manufatura Avançada; além de apoiar eventos nas áreas temáticas da Secretaria.

A principal dificuldade da Secretaria na execução de seu Programa de Trabalho continua sendo o valor orçamentário, que não atende a demanda crescente de apoio a iniciativas inovadoras.

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

Outra dificuldade foi a saída de servidores Analista de C&T, carreira de Nível Superior, para desempenhar atividades de apoio administrativo na Subsecretaria de Planejamento e Administração do Ministério (SPOA) mediante o recebimento da Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE). Como não existe na SETEC gratificações equivalentes à GSISTE, o desempenho das atividades fica prejudicado com a saída dos servidores.

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

4.1.2 OBJETIVOS DO EXERCÍCIO 2015

A Secretaria executou suas atividades de acordo com a ENCTI 2012-2015, eixo de sustentação “Promoção da Inovação nas Empresas”, que tem como objetivo ampliar a participação empresarial nos esforços tecnológicos do País, com vistas ao aumento da competitividade nos mercados nacional e internacional.

No âmbito do Plano Plurianual 2012-2015 a Secretaria foi responsável pelo Objetivo 485 - Consolidar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC) – Iniciativa 01M6 – Estruturação, implementação e fortalecimento das redes temáticas de centros de inovação e de serviços tecnológicos, e executou atividades no âmbito dos Objetivos:

- 400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do País a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade, Iniciativa 0177 – Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos. Neste objetivo está inserida a Ação 20V6 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo.
- 493 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais, Iniciativa 01O5 – Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação em nanotecnologia.
- 494 – Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial – Iniciativa 01OL – Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em energia e biocombustíveis.
- 495 - Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação, Iniciativas 01P6 – Aperfeiçoamento do marco regulatório de incentivo à inovação e à P&D, 01P9 – Apoio à inovação nas empresas e 01PK – Fomento à criação e consolidação de empresas inovadoras intensivas em conhecimento, em especial nas incubadoras de empresas e parques tecnológicos.

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

4.1.3 ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A Secretaria ainda não dispõe de um Planejamento Estratégico, embora já tenha feito tentativa de realizá-lo em 2013 em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Contudo, a SETEC tem realizado esforços no sentido de executar suas atribuições legais com base na definição de um Programa de Trabalho Anual visando a consecução dos seus objetivos.

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

4.1.4 VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA SETEC COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANO

O Programa de Trabalho desenvolvido pela SETEC está alinhado com suas competências institucionais - a capacitação de recursos humanos, o aperfeiçoamento do marco regulatório da inovação, o incentivo à pesquisa tecnológica e ao desenvolvimento de inovação tecnológica, a mobilização e a difusão da inovação, o suporte às incubadoras de empresas e parques tecnológicos, a formação de redes de pesquisa, o estímulo à proteção da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia, a melhoria da infraestrutura laboratorial, o aumento do conhecimento científico e tecnológico, o empreendedorismo tecnológico, a cooperação com as Unidades de Pesquisa do MCTI e com instituições de P,D&I nacionais e internacionais.

Está alinhado também com as diretrizes da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015 (ENCTI), eixo de sustentação “Promoção da Inovação nas Empresas”.

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

4.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS

As ações da SETEC são monitoradas no âmbito do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), que capta as informações sobre o Monitoramento dos Objetivos, Metas, Iniciativas e Financiamentos Extra-orçamentários relativas aos Programas do PPA.

Outra forma é a realização de visitas técnicas para verificar a execução dos projetos apoiados pela Secretaria. Além disso, são solicitados relatórios parciais e finais de cumprimento do objeto aos responsáveis pela execução dos projetos.

Por último, a SETEC elabora Prestação de Contas Anual (Relatório de Gestão) em cumprimento ao art 70 da Constituição Federal, disposição normativas do Tribunal de Contas da União (TCU) e orientações da Controladoria Geral da União (CGU).

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

4.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

4.3.1 OBJETIVOS NO PPA

As ações e programas executados pela SETEC foram inseridos no Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação, que tem como objetivos, dentre outros, o fortalecimento da capacidade científica e tecnológica nas diversas áreas da produção, o desenvolvimento tecnológico do setor empresarial brasileiro, o apoio a projetos nas áreas de biotecnologia, nanotecnologia, energias do futuro, fármacos e medicamentos e biocombustíveis, o apoio a projetos de capacitação tecnológica e de inovação nas empresas, o apoio a projetos de implantação, operação e melhoria da infraestrutura de parques e incubadoras de empresas de base tecnológica.

A SETEC é responsável pela Ação 20V6 – Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo, inserida na Iniciativa 0177 – Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos, do Objetivo 400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do País a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.

Com os recursos da Ação 20V6 a SETEC executa seus programas temáticos: PNI – Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos, SIBRATEC – Sistema Brasileiro de Tecnologia, PRO-INOVA – Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação e SisNANO – Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias, atua no suporte a capacitação de recursos humanos, à propriedade intelectual e transferência de tecnologia, a projeto de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de energia e recursos minerais e na análise dos projetos apresentados pelas empresas beneficiárias dos incentivos concedidos pelo Capítulo III da Lei do Bem, pelo Inovar-Auto e pelos Incentivos Regionais.

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

4.3.2 EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES DA LOA

A SETEC não é uma unidade gestora executora e sim uma Unidade Gestora Responsável – UGR. A Secretaria recebe anualmente o limite monetário da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) para detalhamento das despesas com custeio e capital.

A SETEC no Plano Plurianual 2012-2015, Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação, foi responsável pela Ação 20V6 – Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo que tem por finalidade: (i) fomento às ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação; (ii) formação e capacitação de recursos humanos; (iii) capacitação laboratorial; (iv) realização de estudos e de projetos demonstrativos e incentivos à inserção tecnológica nas áreas de biotecnologia, biocombustíveis, recursos minerais, energias renováveis, nanotecnologia, transporte e logística; (v) apoio a projetos, eventos, cursos, seminários e exposições para capacitação tecnológica e de inovação das empresas; (vi) apoio ao desenvolvimento tecnológico do setor empresarial brasileiro dando suporte à articulação e consolidação das redes Sibratec; (vii) fomento a projetos de implantação, operação, gestão e/ou melhoria da infraestrutura de incubadoras de empresas e parques tecnológicos.

A Ação está inserida na Iniciativa 0177 – Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos, do Objetivo 400, contribuindo para o alcance da meta 2 – Firmar com entidades estaduais 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período de 2012-2015.

Em 2015, foi solicitada a criação de um novo Plano Orçamentário na Ação 20V6 - PO 000F Fomento à inovação Tecnológica nas Cadeias Produtivas para apoiar a promoção de ações e projetos que aprimorassem a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas destinadas ao fomento da inovação tecnológica nas diversas cadeias produtivas, particularmente naqueles que envolvessem benefícios fiscais à pesquisa tecnológica e desenvolvimento da inovação tecnológica, temas relacionados à gestão da propriedade intelectual como instrumento de política tecnológica e à cooperação tecnológica entre os setores governamental, empresarial e científico-tecnológico visando a geração de inovações para incremento da competitividade das empresas.

A Ação 20V6 passou a ter oito Planos Orçamentários:

- PO 0005 – Apoio à consolidação do Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC);
- PO 0008 – Fomento a Projetos e Redes de Pesquisa e Desenvolvimento em Nanotecnologia;
- PO 0009 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energias do Futuro;
- PO 000B - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biocombustíveis;
- PO 000C - Fomento a Projetos de Capacitação Tecnológica e de Inovação das Empresas;
- PO 000D - Fomento a Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos;
- PO 000E - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Minerais.
- PO 000F – Fomento à Inovação Tecnológica nas Cadeias Produtivas

As emendas parlamentares alocadas na Ação 20V6 foram:

- ✓ PO 0032 - Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo no Estado do Espírito Santo;
- ✓ PO 0033 – Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo no Estado do Rio de Janeiro;
- ✓ PO 0042 – Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

- Produtivo no Estado de Santa Catarina;
- ✓ PO 0053 – Fomento a pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo no Distrito Federal;
 - ✓ PO 1651 – Fomento a pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo no Município de Jaboatão dos Guararapes - Pernambuco;
 - ✓ PO 3211 – Fomento a pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo no Município de Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo;
 - ✓ PO 3914 - Fomento a pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo no Município de São João da Boa Vista, São Paulo;
 - ✓ PO 3947 - Fomento a pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo no Município de Sorocaba, São Paulo;
 - ✓ PO 7004 – Fomento a pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo Parque Tecnológico - no Estado do Rio de Janeiro;
 - ✓ PO 7034 – Fomento a pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo Implantação do Centro de Tecnologia do Sal do Rio Grande do Norte (CTSAL) - UERN - No Município de Mossoró – Rio Grande do Norte;
 - ✓ PO 7036 – Fomento a pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - No Município de Santo Ângelo – Rio Grande do Sul;
 - ✓ PO 7038 – Fomento a pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo Parque Tecnológico de São José dos Campos - No Município de São José dos Campos – SP.
 - ✓ PO 7040 - Fomento a pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo no Estado do Rio Grande do Sul
 - ✓ PO 7042 - Fomento a pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo no Estado de Santa Catarina.

Os recursos oriundos da Lei Orçamentária, após o contingenciamento, foram utilizados para apoiar projetos inseridos nos objetivos da ENCTI, projetos para estimular áreas não contempladas, mas consideradas importantes para iniciar novas atividades em temas ainda não estruturados, e projetos de pequeno porte.

Os recursos provenientes de emendas parlamentares foram alocados com objetivos definidos e executados por meio de convênios com os beneficiários de acordo com os critérios estabelecidos pela Portaria Interministerial nº 507/2011 e a Portaria SETEC/MCT nº 4 de 18.05.2012. Ao longo do ano só foram liberados recursos para a execução de duas emendas - Fomento a pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - No Município de Santo Ângelo – Rio Grande do Sul, e Fomento a pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo no Município de Jaboatão dos Guararapes - Pernambuco.

Não houve recursos dos Fundos Setoriais para aporte em novas ações.

Em 2015, a Lei Orçamentária destinou à Ação 20V6 um orçamento de R\$ 16.034.118,00 (dezesseis milhões, trinta e quatro mil, cento e dezoito reais). Foram apresentadas emendas parlamentares no valor de R\$ 43.874.600,00 (quarenta e três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, seiscentos reais). Estes recursos sofreram contingenciamento, ficando disponível apenas R\$ 10.609.367,53 (dez milhões, seiscentos e nove mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e três centavos) para execução. Das 14 emendas apresentadas somente 2 foram liberadas no valor total de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

Dos R\$ 10.609.367,53 (dez milhões, seiscentos e nove mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e três centavos), a SETEC executou R\$ 9.547.380,15 (nove milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, trezentos e oitenta reais e quinze centavos) por meio de 46 termos de cooperação, executando 90% dos recursos empenhados. Ainda, empenhou os R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) das duas emendas liberadas: (i) PO 1651 – Fomento a pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo no Município de Jaboatão dos Guararapes – Pernambuco, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e (ii) PO 7036 – Fomento a pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - No Município de Santo Ângelo – Rio Grande do Sul.

O contingenciamento de R\$ 5.424.750,47 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta reais e quarenta e sete centavos) impactou de forma negativa no alcance dos objetivos e metas previstos, interrompendo ações de fomento que ficaram vinculadas à liberação dos recursos.

QUADRO 4.3.2.1 - AÇÃO 20V6 – FOMENTO A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO VOLTADOS À INOVAÇÃO E AO PROCESSO PRODUTIVO

R\$1,00

Identificação da Ação						
Código	20V6		Tipo:			
Título	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo					
Objetivo	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do País a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade Código: 400					
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		Código:		2021 Tipo:	
Unidade Orçamentária	240115					
Ação Prioritária	() SIM () NÃO Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outros					
Lei Orçamentária do Exercício – 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
74.908.718,00	73.339.014,00	10.609.367,53	3.703.161,01	3.367.557,53	335.603,00	6.106.206,93
Execução Física						
Descrição da Meta		Unidade de Medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Ampliar de 3.500 para 10 mil o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq		Projeto apoiado	37	0	62	
Firmar com entidades estaduais 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período de 2012-2015		Convênios	22	0	5	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de Medida	Realizada	
16.094.942,08	9.868.587,16	784.011,25	Ampliar de 3.500 para 10 mil o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq	Projeto apoiado	24	

Fonte: UG/SETEC/MCTI

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

Os resultados obtidos com recursos da Ação 20V6 estão listados a seguir, por Plano Orçamentário.

PO 0005 – Apoio à consolidação do Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC)

O PO 0005 tem por objetivo a estruturação, implementação e fortalecimento das redetemáticas de centros de inovação e de serviços tecnológicos e das redes estaduais de extensão tecnológica do Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC) visando o alcance de melhores índices de inovação por parte das empresas nos segmentos considerados estratégicos pelas políticas públicas. Está vinculado também ao objetivo 0485 - Consolidar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC).

QUADRO 4.3.2.2 – 20V6/PO 0005

R\$ 1,00

Identificação da Ação							
Código	0005		Tipo: PO				
Descrição	Apoio à consolidação do Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC)						
Iniciativa	01M6 e 0177						
Objetivos	Apoio à consolidação do Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC) – apoiar o desenvolvimento tecnológico do setor empresarial brasileiro dando suporte à articulação e consolidação das redes SIBRATEC (Centros de Inovação, Serviços Tecnológicos e Extensão Tecnológica), facilitando o alcance de melhores índices de inovação por parte das empresas nos segmentos considerados estratégicos pelas políticas públicas.						Código: 0485
	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do País a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.						Código: 0400
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		Código: 2021		Tipo:		
Unidade Orçamentária	240115						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2015							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.572.2021.20V6.0005	1.300.000,00	1.253.850,00	790.566,00	140.148,81	76.609,66	63.539,15	650.417,19
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramada	Realizado	
--	Apoio à consolidação do Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC)		Projeto apoiado	3	0	5	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	1.279.148,24	553.380,00	0,00	Apoio à consolidação do Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC)	Projeto apoiado	1	

Fonte: CGST/SETEC/MCTI

Em 2015, foram apoiados os seguintes projetos:

- (i) Consolidação de Serviço Brasileiro de Resposta Técnica – SBRT - Ações contínuas para ampliar a visibilidade, capacidade de atendimento, acesso e uso do SBRT, além de auxiliar a prospecção das Redes de Extensão Tecnológica do Sistema Brasileiro de Tecnologia - SIBRATEC.

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

O Processo nº 01200.003097/2015-11 descentralizou R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Esse serviço é disponibilizado, principalmente, para potenciais empreendedores, micro-empresendedores individuais, micro e pequenas empresas de todas as regiões do País.

(ii) Oficina de Sensibilização da Extensão Tecnológica do SIBRATEC - teve como objetivo divulgar os resultados das Redes de Extensão Tecnológica do SIBRATEC-ET para as MPE e sensibilizar autoridades para a importância da extensão tecnológica. Descentralizado o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por meio do Processo nº 01200.004857/2015-08. As Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica de 08 (oito) Estados – SE, PE, AL, GO, SP, RJ, MG e SC – realizaram, em 2015, atendimentos para solucionar gargalos tecnológicos em micro, pequena e médias empresas.

(iii) Operacionalização do projeto piloto da Rede SibrateShop de laboratórios abertos – teve como finalidade estimular atividades em rede dos laboratórios abertos visando a troca de experiências e o aumento da atração de investimentos externos aos projetos apoiados pelos laboratórios abertos. O Processo nº 01200.004901/2015-71 descentralizou R\$ 90.566,00 (noventa mil, quinhentos e sessenta e seis reais) para possibilitar a disseminação de boas práticas dos 11 laboratórios abertos do SibrateShop, localizados em 10 Unidades da Federação – AM, PE, PB, BA, MS, MG, SP, RJ, PR, RS – de forma a melhor atender os empreendedores de base tecnológica da região.

(iv) 2º Congresso Internacional Resag 2015 – Gestão da Água e Monitoramento Ambiental – realizado em Aracaju, Sergipe, com o objetivo de avançar nas discussões sobre o novo modelo do componente “Serviços Tecnológicos” do SIBRATEC e sobre a Gestão e Governança de Redes Tecnológicas. O Processo nº 01200.004889/2015-03 descentralizou R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para apoiar o evento, que possibilitou gerar propostas para o aperfeiçoamento das políticas públicas em relação ao fomento de redes provedoras de serviços tecnológicos, além de disseminar o conhecimento para a comunidade científica e tecnológica local.

(v) Seminários Nacionais da Manufatura Avançada no Brasil – realizado nas cidades de Brasília, São Paulo, Recife e Porto Alegre com o objetivo de avançar nas discussões para formulação da política pública na área. O Processo nº 01200.005255/2015-60 descentralizou R\$145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), sendo R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) provenientes deste PO, para apoiar o evento. Os resultados esperados com os Seminários foi a identificação de demandas de manufatura avançada por serviços tecnológicos, difusão tecnológica e de desenvolvimento tecnológico, que poderão se tornar demandas das Redes SIBRATEC.

Devido ao contingenciamento de recursos, só foi possível apoiar 5 (cinco) projetos dos que estavam programados. A dotação disponível para empenho no PO ficou limitada a R\$ 790.566,00 (setecentos e noventa mil, quinhentos e sessenta e seis reais), bem abaixo do previsto de R\$ 1.253.850,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e três mil, oitocentos e cinquenta reais).

PO 0008 – Fomento a Projetos e Redes de Pesquisa e Desenvolvimento em Nanotecnologia

O PO 0008 tem como objetivo apoiar projetos de pesquisa e desenvolvimento em nanotecnologia, de fortalecimento de laboratórios voltados ao estímulo, à integração e à capacitação de recursos humanos em nível nacional e internacional, desenvolvimento de protótipos semi-industriais de produtos nanotecnológicos e atividades preparatórias (eventos) para definição de projetos de P&D em nanotecnologia.

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

O PO contribui também para o alcance do Objetivo 493 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais, que tem como objetivo promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais, Iniciativa 01O5 – Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação em nanotecnologia.

QUADRO 4.3.2.3 – 20V6/PO 0008

R\$ 1,00

Identificação da Ação							
Código	0008		Tipo: PO				
Descrição	Fomento a Projetos e Redes de Pesquisa e Desenvolvimento em Nanotecnologia						
Iniciativa	0177 e 01O5						
Objetivos	Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais, Iniciativa 01O5 – Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação em nanotecnologia						Código: 0493
	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do País a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.						Código: 0400
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		Código: 2021		Tipo:		
Unidade Orçamentária	240115						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.572.2021.20V6.0008	6.000.000,00	5.787.000,00	3.423.824,53	1.420.967,36	1.355.350,53	65.616,83	2.002.857,17
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramada	Realizado	
	Apoiar projetos de P&D em nanotecnologia, de fortalecimento de laboratórios, voltados ao estímulo, à integração e à capacitação de recursos humanos em nível nacional e internacional, desenvolvimento de protótipos semi-industriais de produtos nanotecnológicos e atividades preparatórias (eventos) para definição de projetos de P&D em nanotecnologia		Projeto apoiado	12	0	24	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	3.801.250,00	2.131.850,00	0,00	Apoiar projetos de P&D em nanotecnologia, de fortalecimento de laboratórios, voltados ao estímulo, à integração e à capacitação de recursos humanos em nível nacional e internacional, desenvolvimento de protótipos semi-industriais de produtos nanotecnológicos e atividades preparatórias (eventos) para definição de projetos de P&D em nanotecnologia	Projeto apoiado	10	

Fonte: CGNT/SETEC/MCTI

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

Em 2015, as ações da Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN) tiveram como foco principal o apoio ao Programa NANoREG, ao SisNANO - Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias e às atividades em cooperação internacional.

O Programa NANoREG é voltado para dar respostas científicas às questões regulatórias associadas à nanotecnologia. É uma iniciativa articulada internacionalmente. Foram investidos cerca de R\$ 1,65 milhões.

Para o SisNANO foram destinados aproximadamente R\$ 2,0 milhões, por meio de bolsas. A equipe técnica da CGNT/SETEC iniciou as visitas técnicas aos 26 laboratórios visando o acompanhamento e a avaliação. Além disso, foram selecionados 26 pré-projetos no âmbito da Redes Centros de Inovação e Serviços Tecnológicos em Nanotecnologia do SIBRATEC.

Por último, foram apoiados eventos no âmbito das cooperações internacionais Brasil-Estados Unidos - Workshop de lançamento do Consórcio para Inovação em Nanotecnologia, Energia e Materiais (CINEMA), Brasil-Canadá - IV Workshop Brasil-Canadá em Nanotecnologias, Brasil-Países Baixos - diálogos de cooperação com a Holanda e Brasil-Argentina, com a retomada das atividades do Centro Brasil-Argentina em nanotecnologia.

Com recursos do PO foram apoiados os seguintes projetos:

(i) Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE. Apoio à realização do WORKSHOP de lançamento do Consórcio para Inovação em Nanotecnologia, Energia e Materiais (CINEMA), que tem como objetivo a promoção da interação entre grupos de pesquisadores brasileiros e estadunidenses em projetos de pesquisa que envolvam o desenvolvimento de materiais, dispositivos e processos nanotecnológicos aplicados às energias renováveis. Descentralizado por meio do Processo nº 01200.000638/2015-41 R\$ 100.000,00 (cem mil reais). O Workshop contou com a participação dos laboratórios do SisNANO, de estudantes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pesquisadores do CETENE, da UFPE e de pesquisadores estadunidenses que trabalham em centros de excelência na pesquisa de nanotecnologia para energia.

(ii) Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE. Apoio à complementação de bolsas para o Consórcio para a Inovação em Nanotecnologia, Energia e Materiais - CINEMA. Por meio do Processo nº 01200.002948/2015- 09 foi descentralizado R\$ 89.600,00 (oitenta e nove mil e seiscentos reais) para complementar as bolsas dos alunos do Consórcio.

(iii) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Crédito aos laboratórios brasileiros envolvidos em pacotes de trabalho do projeto NANOREG. Por meio do Processo nº 01200.002705/2015-62 foi descentralizado R\$ 1.566.156,67 (um milhão, quinhentos e sessenta e seis mil, cento e cinquenta e seis reais e sessenta e sete centavos) para financiar um conjunto de ações visando estabelecer uma base sólida de pesquisa regulatória voltada para a nanotecnologia. Em especial, para dar suporte às atividades sob a responsabilidade do Brasil no projeto NANoREG, do Programa Quadro 7, e de projetos do programa Horizon 2020, ambos da Comissão Europeia, por intermédio de financiamento aos laboratórios brasileiros envolvidos no projeto NANoREG: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), que faz a coordenação científica do NANoREG no Brasil; Laboratório Multiusuário de Nanotecnologia (LMNano) do Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (CETENE); Laboratório de Produção e Controle de Medicamentos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Laboratório NanoBioss da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Instituto de Biologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Instituto de Oceanografia da Universidade do Rio Grande; e Laboratório de Instrumentação da EMBRAPA.

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

(iv) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Apoio complementar para pagamento de bolsas dos laboratórios do SisNANO. Descentralizado R\$ R\$ 1.337.289,83 (um milhão, trezentos e trinta e sete mil, duzentos e oitenta e nove reais e oitenta e três centavos) por meio do Processo nº 01200.4600/2015-48 para apoiar a continuidade das atividades de 20 projetos do SisNANO.

(v) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Apoio complementar para pagamento de bolsas de laboratórios do SisNANO. Foram descentralizados R\$ 331.184,17 (trezentos e trinta e um mil, cento e oitenta e quatro reais, dezessete centavos) por meio do Processo nº 01200.004600/2015-48, Termo aditivo ao Processo nº 01200.004600/2015-48, para garantir a manutenção das atividades do Laboratório Estratégico de Nanometrologia do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

PO 0009 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energias do Futuro

O PO 0009 tem por finalidade fomentar a realização de estudos e projetos demonstrativos, promoção da pesquisa e desenvolvimento, e incentivo à inserção tecnológica, com vistas ao domínio de tecnologias, tais como: produção e uso do hidrogênio; energia solar térmica e solar fotovoltaica; biodigestão; gaseificação; novos combustíveis; energia eólica de pequeno e médio portes; produção de partes, peças e sistemas para aerogeradores de pequeno, médio e grande portes; aproveitamentos hidrelétricos de pequeno porte, incluindo retrofit, pequenas quedas, usinas a fio d'água e barragens móveis entre outras tecnologias emergentes; energias e biomassas marinhas; geração termelétrica, siderurgia e carboquímica a partir de tecnologias limpas da cadeia produtiva do carvão; pesquisa e projetos demonstrativos de materiais avançados tais como silício, lítio, membranas, fibras de carbono, materiais compósitos para uso em sistemas energéticos.

Apoia também o desenvolvimento de fontes alternativas e rotas tecnológicas na área de energia para cadeias produtivas de base mineral, o fomento a elaboração de estudos prospectivos e setoriais com a finalidade de identificar necessidades de investimentos e de gargalos tecnológicos para subsidiar a formulação de políticas públicas na área de energias do futuro, e eventos (congressos, seminários, workshops), cursos de curta duração e publicações com a finalidade de disseminar novas tecnologias na área de energias do futuro.

As atividades executada no PO 0009 contribuíram também para o alcance do Objetivo 0494, que tem por objetivo promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, complexo econômico-industrial da saúde, agropecuária, transporte, petróleo e gás e aeroespacial, Iniciativa 01OL - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em energia e biocombustíveis.

Com os recursos disponibilizados no PO foram apoiados os seguintes projetos:

(i) UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá. Apoio Institucional ao Centro Internacional de Referência em Pequenas Centrais Hidrelétricas (Small Hydropower Centre – Pro SHP) para promover pesquisas e parcerias internacionais, prospecção de fundos internacionais de fomento e exportações de bens e serviços relacionados à energia renovável. Por intermédio do Processo nº 01200.004574/2015-58 foi descentralizou R\$ 185.909,00 (cento e oitenta e cinco mil, novecentos e nove reais).

(ii) IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Plano de transferência tecnológica e de sustentabilidade das plataformas online Energia Heliotérmica e Energia Brasil-Reino Unido. Teve por objetivo transferir as plataformas online de informações para entidades que continuem as ações de disseminação do conhecimento, troca de informações e

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

experiências sobre a temática de energia e, mais especificamente, energia solar heliotérmica. Por intermédio do Processo nº 01200.004565/2015-67. Foi descentralizado R\$ 199.496,00 (cento e noventa e nove mil e quatrocentos e noventa e seis reais). O valor total do Projeto foi de R\$ 242.000,00 (duzentos e quarenta e dois mil reais), sendo R\$ 42.504,00 (quarenta e dois mil, quinhentos e quatro reais) do PO 000B.

(iii) UFS – Universidade Federal de Sergipe. Otimização de um Sistema de Gaseificação para Geração de Gases a Partir de Resíduos Orgânicos para promover o desenvolvimento, inovação e consolidação de tecnologias para geração limpa de energia a partir da gaseificação de resíduos orgânicos. Foram descentralizados R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) por meio do Processo nº 01200.005123/2015-38.

QUADRO 4.3.2.4 – 20V6/PO 0009

R\$ 1,00

Identificação da Ação							
Código	000B Tipo: PO						
Descrição	Pesquisa, desenvolvimento e Inovação em Energias do Futuro						
Iniciativa	0177 e 01OL						
Objetivos	Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.						Código: 0494
	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do País a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.						Código: 0400
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		Código: 2021		Tipo:		
Unidade Orçamentária	240115						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.572.2021.20V6.000B	1.000.000,00	964.500,00	588.068,88	326.347,88	236.347,88	90.000,00	261.721,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
	Fomento a ações de P,D&I, capacitação e formação de recursos humanos, capacitação laboratorial; realização de estudos e projetos demonstrativos; e incentivo à inserção tecnológica em energias do futuro.		Projeto apoiado	4	0	6	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	206.000,00	104.000,00	0,00	Fomento a ações de P,D&I, capacitação e formação de recursos humanos, capacitação laboratorial; realização de estudos e projetos demonstrativos; e incentivo à inserção tecnológica em energias do futuro.		Projeto apoiado	1

Fonte: CGTS/SETEC/MCTI

(iv) UFC – Universidade Federal do Ceará. Apoio para capacitação no Laboratório de Redes Elétricas Inteligentes e Energias Renováveis para promover encontros com especialistas do Brasil e do exterior para divulgar as ações que estão sendo desenvolvidas por meio do laboratório da UFC, nas temáticas voltadas para as áreas de energias renováveis e alternativas. Foi descentralizado por

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

meio do Processo nº 01200.004871/2015-01 R\$ 40.504,00 (quarenta mil e quinhentos e quatro reais). O valor total do Projeto foi de R\$ 48.109,85 (quarenta e oito mil, cento e nove reais, oitenta e cinco centavos) e contou com 7.605,85 (sete mil, seiscentos e cinco reais, oitenta e cinco centavos) do PO 000E.

(v) UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Fortalecimento e ampliação das ações do LCA/UFSC na produção de biomassa e bioprodutos a partir de microalgas: melhoria da infraestrutura de PD&I e apoio ao projeto da Rede Microalgas para a produção de biodiesel. Teve como objetivo apoiar o fortalecimento e a ampliação das ações do laboratório da UFSC por meio da melhoria da infraestrutura de PD&I. Por meio do Processo nº 01200.004541/2015-16 foi descentralizado R\$ 42.504,00 (quarenta e dois mil e quinhentos e quatro reais). O valor total do Projeto foi de R\$ 473.468,26 (quatrocentos e setenta e três mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e vinte e seis centavos), sendo R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) do PO 000B e R\$ 30.964,26 (trinta mil, novecentos e sessenta e quatro reais e vinte e seis centavos) do PO 000E.

(vi) UFBA – Universidade Federal da Bahia. PROFNIT – Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação visando a capacitação de profissionais para atuarem no âmbito das competências da Lei de Inovação e sua regulamentação, dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT's) e das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT's). O Processo nº 01200.004765/2015-10 descentralizou R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), de um de R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais). O projeto recebeu ainda R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) do PO 000F e R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) do PO 000C.

PO 000B - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biocombustíveis

O PO 000B tem por finalidade apoiar projetos de pesquisa técnico-científica, inovação e desenvolvimento de tecnologias, produtos e processos e capacitação de recursos humanos em áreas ligadas aos biocombustíveis (tais como biodiesel e etanol). Fomenta ainda a elaboração de estudos prospectivos e setoriais com a finalidade de identificar necessidades de investimentos e de gargalos tecnológicos para subsidiar a formulação de políticas públicas na área de biocombustíveis, e organização de eventos (congressos, seminários, workshops) que envolvam o tema.

O PO contribui também para o alcance da Iniciativa 01OL - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em energia e biocombustíveis do Objetivo 494.

Os projetos apoiados com os recursos deste PO foram:

(i) CDT – Centro de Apoio ao desenvolvimento Tecnológico e Inovação. Consolidação da Rede de Estudos e Projetos sobre parâmetros físico-químicos para reação de transesterificação de óleos e gorduras para apoiar a estruturação da rede de estudos e projetos na temática de biodiesel com o fim de fortalecer o desenvolvimento de pesquisas e atividades que servirão de insumo para a cadeia de produção e uso de biodiesel. Por meio do Processo nº 01200.004711/2015-54 foram descentralizados R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

(ii) UFS – Universidade Federal de Sergipe. III Workshop de Energias Alternativas: Tecnologias Sustentáveis para o Nordeste Brasileiro, que teve como objetivo promover o encontro da comunidade técnico-científica nos temas relacionados às energias alternativas, discutindo ações para consolidar e difundir as tecnologias apropriadas e adaptáveis ao nordeste brasileiro. Por meio do Processo nº 01200.002872/2015-11 foi descentralizado o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

(ii) UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III Simpósio Brasileiro do Potencial Energético das Microalgas. Teve como objetivo estimular a renovação de conhecimentos,

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

troca de experiências e estabelecimento de novas parcerias científicas visando o aprimoramento de um combustível renovável a partir da microalga. Recursos descentralizados por meio do Processo nº 01200.002745/2015-12 no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

(iv) UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Fortalecimento e ampliação das ações do LCA/UFSC na produção de biomassa e bioprodutos a partir de microalgas: melhoria da infraestrutura de PD&I e apoio ao projeto da Rede Microalgas par a produção de biodiesel para apoiar o fortalecimento e ampliação das ações do laboratório da UFSC por meio da melhoria da infraestrutura de PD&I. Por meio do Processo nº 01200.004541/2015-16 foi descentralizado valor R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). O valor total do Projeto foi de R\$ 473.468,26, sendo R\$ 42.504,00 (quarenta e dois mil e quinhentos e quatro reais) do PO 0009 e 30.964,26 (trinta mil, novecentos e sessenta e quatro reais e vinte e seis centavos) do PO 000E.

QUADRO 4.3.2.5 – 20V6/PO 000B

R\$ 1,00

Identificação da Ação							
Código	000B		Tipo: PO				
Descrição	Pesquisa, desenvolvimento e Inovação em Biocombustíveis						
Iniciativa	0177 e 01OL						
Objetivos	Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.						Código: 0494
	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do País a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.						Código: 0400
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		Código: 2021		Tipo:		
Unidade Orçamentária	240115						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.572.2021.20V6.000B	1.700.000,00	1.639.650,00	962.563,74	194.704,00	194.704,00	0,00	767.859,74
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
	Fomento a ações de P,D&I, formação e capacitação de recursos humanos, capacitação laboratorial em biocombustíveis.		Projeto apoiado	4	0	5	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	378.301,48	100.759,80	0,00	Fomento a ações de P,D&I, formação e capacitação de recursos humanos, capacitação laboratorial em biocombustíveis.	Projeto apoiado	1	

Fonte: CGTS/SETEC/MCTI

(v) IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Plano de transferência tecnológica e de sustentabilidade das plataformas online Energia Heliotérmica e Energia Brasil-Reino Unido. Teve por objetivo transferir as plataformas online de informações para continuidade das ações de disseminação do conhecimento, troca de informações e experiências sobre a temática de energia. Foram descentralizados R\$ 42.504,00 (quarenta e dois mil, quinhentos

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

e quatro reais) por meio do Processo nº 01200.004565/2015-67. O valor total do Projeto foi de R\$ 242.000,00 (duzentos e quarenta e dois mil reais), sendo R\$ 199.496,00 (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e seis reais) do PO 0009.

PO 000C - Fomento a Projetos de Capacitação Tecnológica e de Inovação das Empresas

O PO 000C tem por finalidade promover a ampliação da capacitação tecnológica e de inovação nas empresas, visando a melhoria da qualidade e da competitividade dos bens e serviços produzidos no País. Fomenta projetos, eventos e cursos que contribuam para a disseminação e difusão do conhecimento favorecendo o esforço de mobilização para a inovação no País.

As atividades executadas também contribuem para o alcance do Objetivo 0495, que tem por finalidade estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação, Iniciativa 01P9 - Apoio à inovação nas empresas.

Em 2015, foram apoiados os seguintes projetos:

1. Apoio ao Prêmio MERCOSUL de Ciência e Tecnologia – Reconhecer e premiar os melhores trabalhos de estudantes, jovens pesquisadores e equipes de pesquisa que apresentem potencial contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico dos países membros e associados do MERCOSUL. O Processo nº 01200.002070/2015-01 descentralizou para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq o valor de R\$85.000,00 (oitenta e cinco mil reais). Esse projeto contribuiu para o processo de integração regional entre os países membros e associados ao MERCOSUL.

2. Apoio à realização do “6º Encontro Técnico do RHAPE Pesquisador na Empresa” - O Encontro Técnico visa à realização de atividade de avaliação e acompanhamento de projetos contemplados no Edital 54/2013. O Processo nº 01200.003951/2015-31 descentralizou para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). O projeto incentivou o relacionamento entre empresas que fazem P&D e capacitar os participantes em assuntos relativos à inovação no País.

3. Apoio à realização da “15ª Conferência ANPEI de Inovação Tecnológica – Inovação e Competitividade Globais: Construindo Pontes com o Futuro”, realizada no Estado de Pernambuco, para promover a inovação tecnológica como fator estratégico para a competitividade das empresas. O Processo nº 01200.001844/2015-79 descentralizou para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq o valor de R\$253.000,00 (duzentos e cinquenta e três mil reais). O projeto permitiu a interação de gestores de P&D de empresas nacionais e globais, bem como empresas de bases tecnológicas, startups e profissionais de órgãos governamentais na área de C&T e de institutos de pesquisas públicos e privados.

4. Apoio financeiro ao “Estudo de Acompanhamento e Monitoramento da Inovação Aberta do Programa iTec – Manutenção da Plataforma iTec”, com o objetivo de estruturar o modelo de gestão do Programa iTec e criar mecanismos e indicadores para o acompanhamento e monitoramento que permitam a sustentabilidade do programa. O Processo nº 01200.001822/2015-17 descentralizou para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq o valor de R\$ 380.000,00 (trezentos e oitenta mil reais) para fomentar e promover o desenvolvimento de negócios e produtos lastreados em novas tecnologias e estimular a inovação no Brasil.

5. Apoio às “Ações de Ativação do Programa iTec” – com o objetivo de realizar ações que visem a ativação dos atores do Sistema Nacional de Inovação para uso contínuo e constante da Plataforma iTec, contribuindo para criar a cultura da inovação aberta por desafios. O Processo nº

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

01200.3818/2015-85 descentralizou para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, o valor de R\$340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais). O projeto visa atender empresas startups, micro, pequenas, médias e grandes, incubadoras de empresas, parques tecnológicos, empreendedores, investidores, consultoria de apoio à inovação e instituições científicas e tecnológicas (ICT), universidades e institutos de pesquisas públicas e privadas, além de entidades governamentais no Brasil.

QUADRO 4.3.2.6 – 20V6/PO 000C

R\$ 1,00

Identificação da Ação							
Código	000C			Tipo: PO			
Descrição	Fomento a Projetos de Capacitação Tecnológica e de Inovação das Empresas						
Iniciativa	0177 e 01P9						
Objetivo	Fomentar projetos de capacitação tecnológica e de inovação nas empresas visando a melhoria da qualidade e da competitividade dos bens e serviços produzidos no País.					Código: 0495	
	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do País a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.					Código: 0400	
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação			Código: 2021		Tipo:	
Unidade Orçamentária	240115						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.572.2021.20V6.000C	1.800.000,00	1.736.100,00	1.174.937,15	781.771,46	773.271,46	8.500,00	393.165,69
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
	Fomentar projetos de capacitação tecnológica e de inovação nas empresas.			Projeto apoiado	4	0	8
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	462.397,48	243.310,00	81.061,25	Fomentar projetos de capacitação tecnológica e de inovação nas empresas		Projeto apoiado	3

Fonte: CGST/SETEC/MCTI

6. Apoio financeiro ao “XI Workshop sobre Gestão e Reuso de Água na Indústria” promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, realizado em Florianópolis - SC. Tendo como objetivo apresentar experiências de grandes e médias empresas na área de gestão e tratamento de água/efluentes para fins de reuso, além de apresentar a legislação sobre o tema. O Processo nº 01200.4371/2015-61 descentralizou o valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais). Esse projeto reuniu técnicos de órgãos governamentais, indústria e pesquisadores da área para trocar experiências e criar um fórum de discussão sobre o assunto em todo o País.

7. Apoio financeiro ao projeto “Seminários Nacionais da Manufatura Avançada no Brasil”, nas cidades de Brasília, São Paulo, Recife e Porto Alegre, com o objetivo de avançar nas discussões para formulação da política pública na área. O Processo nº 01200.005255/2015-60 descentralizou para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq o valor de

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

R\$145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais), sendo R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) provenientes deste PO, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) do PO 0005, e R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) da Secretaria de Política de Informática – SEPIN/MCTI –, e irá traçar perspectivas diferentes e complementares sobre o tema para o Brasil com a participação de órgãos do governo, indústria e comunidade acadêmica.

8. Apoio financeiro ao “PROFNIT – Mestrado Profissional Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação” com o objetivo da implantação inicial do PROFINIT compreendendo atividades básicas. O Processo nº 01200.004765/2015-10 descentralizou R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). O valor total do projeto foi de R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais), que contou com recursos ainda do PO 000F no valor de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) e do PO 0009 no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) do PO.

PO 000D - Fomento a Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos

O PO 000D tem por finalidade fortalecer e consolidar projetos de implantação, operação e melhoria da infraestrutura de parques e incubadoras de empresas de bases tecnológicas, com vistas a oferecer ambiente adequado para o nascimento e fortalecimento de empresas inovadoras cujos produtos, processos e serviços sejam fundamentados em tecnologias advindas de pesquisas e desenvolvimento.

As atividades executadas também contribuíram para o alcance do Objetivo 0495, que tem por finalidade estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação, Iniciativa: 01PK - Fomento à criação e consolidação de empresas inovadoras intensivas em conhecimento, em especial nas incubadoras de empresas e parques tecnológicos.

Os recursos do PO apoiaram os seguintes projetos:

1. Elaboração do Projeto Arquitetônico e de Engenharia do Parque Tecnológico do Ceará, que visa auxiliar o Estado do Ceará na implantação do seu primeiro parque tecnológico. O processo nº 01200.004959/2015-15 empenhou o valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais). Esse serviço é disponibilizado principalmente para a elaboração dos projetos arquitetônicos e de engenharia necessários à implantação do parque tecnológico. O objetivo do projeto é propor a organização físico territorial para o conjunto da área do Parque Tecnológico do Estado do Ceará e a partir dessas informações elaborar os projetos básicos das edificações que irão compor o Núcleo Central da primeira fase da implantação do Parque Tecnológico no Estado do Ceará.

2. Publicação do Livro Parques e Incubadoras para o Desenvolvimento do Brasil, que visa a publicação do estudo realizado pelo MCTI/SETEC, em conjunto com a Fundação CERTI e a Universidade Federal de Santa Catarina, com apoio da Embaixada Britânica no Brasil por meio do Prosperity Fund, intitulado “Parques Tecnológicos para o Desenvolvimento do Brasil”. O Processo 01200.003722/2015-17 descentralizou o valor de R\$ 78.800,00 (setenta e oito mil e oitocentos reais) ao CNPq para apoio ao pesquisador responsável pelo projeto. Como resultado, espera-se potencializar a divulgação do conhecimento gerado pelas pesquisas durante a execução do projeto; condensar o conhecimento gerado numa linguagem apropriada para agentes de governo e gestores de parques tecnológicos e de incubadoras de empresas; construir uma referência de políticas públicas voltadas para ambientes de inovação; e analisar a evolução dos parques tecnológicos e das incubadoras de empresas no Brasil.

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

QUADRO 4.3.2.7 – 20V6/PO 000D

R\$ 1,00

Identificação da Ação							
Código	000D		Tipo: PO				
Descrição	Fomento a Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos						
Iniciativa	0177 e 01PK						
Objetivo	Fomentar projetos de capacitação tecnológica e de inovação nas empresas visando a melhoria da qualidade e da competitividade dos bens e serviços produzidos no País						Código: 0495
	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do País a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.						Código: 0400
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		Código: 2021		Tipo:		
Unidade Orçamentária	240115						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.572.2021.20V6.000D	3.234.118,00	3.118.814,00	1.923.180,00	101.470,00	0,00	101.470,00	1.821.710,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
	Apoiar projetos voltados para as incubadoras de empresas e parques tecnológicos		Projeto apoiado	5	0	6	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2012	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	1.701.786,71	687.843,31	702.950,00	Apoiar projetos voltados para as incubadoras de empresas e parques tecnológicos		3	

Fonte: CGST/SETEC/MCTI

3. Realização da 25ª Conferência ANPROTEC de Empreendedorismo e Ambientes de Inovação. O Processo nº 01200.004523/2015-26 descentralizou o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ao CNPq para apoio ao evento, que é realizado anualmente, desde 1987, por intermédio da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores – ANPROTEC, com o apoio do SEBRAE, MCTI, FINEP e CNPq. É um evento nacional para a divulgação dos programas e políticas públicas voltadas para a inovação e o empreendedorismo das micro e pequenas empresas bem como possibilitar a troca de experiências entre os gestores de parques e incubadoras e os gestores das empresas incubadas.

4. Elaboração dos projetos executivos para implantação da 1ª fase do Parque Tecnológico do Rio Grande do Norte, por meio de Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito Orçamentário firmado entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI/SETEC e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Processo nº 01200.004957/2015-26. Foram descentralizados R\$ 524.280,00 (quinhentos e vinte e quatro mil, duzentos e oitenta reais). O objetivo do projeto é elaborar os projetos básicos das edificações que irão compor a primeira fase da implantação do Parque Tecnológico no Estado do Rio Grande do Norte.

5. Implantação da 1ª fase do Parque Tecnológico Tocantins e do seu Centro de Inovação, por meio de Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito Orçamentário firmado entre o

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI/SETEC e a Universidade Federal de Tocantins. O Processo nº 01200.005382/2015-69 descentralizou o valor de R\$ 523.000,00 (quinhentos e vinte e três mil reais). O objetivo do projeto é elaborar os projetos básicos das edificações que irão compor a primeira fase da implantação do Parque Tecnológico no Estado do Tocantins.

6. Reunião do Comitê de Auxílio Técnico do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos - CAT/PNI. O Processo nº 01200.005423/2015-17 descentralizou o valor de R\$ 97.600,00 (noventa e sete mil e seiscentos reais) ao CNPq. A reunião teve como objetivo realizar diagnóstico opinativo sobre os projetos executivos de engenharia e arquitetura dos convênios que envolvem a construção de obras civis, no âmbito do PNI, em conformidade com a Portaria 44 de 23 de novembro de 2015, que instituiu o Comitê de Auxílio Técnico do PNI.

Em 2015, somente duas emendas tiveram seus recursos liberados para execução: (i) Fomento a pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo no Município de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, Processo nº 01200.005168/2015-11, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), e (ii) Fomento a pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, no Município de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, Processo nº 01200.003047/2015-26, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

QUADRO 4.3.2.8 – EMENDAS PARLAMENTARES – AÇÃO 20V6

R\$ 1,00

Identificação da Ação/Subtítulo							
Código	PO 1651 e PO 7036					Tipo: PO	
Título	Fomento às incubadoras de empresas e parques tecnológicos						
Iniciativa	01PK						
Objetivo	Fomentar projetos voltados para a implantação, operação, gestão e melhoria da infraestrutura de incubadoras de empresas e parques tecnológicos no Município de Jaboatão dos Guararapes, PE, e no Município de Santo Ângelo, RS.					Código: 0495	
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação			Código: 2021		Tipo:	
Unidade Orçamentária	240101/00001						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscrito 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processado
19.572.2021.20V6.1651	500.000,00	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
19.572.2021.20V6.7036	300.000,00	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Execução Física							
Descrição da Meta			Unidade de Medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Apoiar projetos voltados para as incubadoras de empresas e parques tecnológicos			Projeto apoiado	22	0	2	
Restos a Pagar Não Processados – Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta			Unidade de Medida	Realizada
9.949.994,05	5.699.994,05	0,00	Apoiar projetos voltados para as incubadoras de empresas e parques tecnológicos			Projeto apoiado	4

Fonte: CGST/SETEC/MCTI.

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

PO 000E - Pesquisa, desenvolvimento e Inovação em Recursos Minerais

O PO 000E apoia projetos de pesquisa técnico-científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, produtos e processos, formação e capacitação de recursos humanos, criação e consolidação de redes de pesquisa e infraestrutura laboratorial nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral, visando contribuir para a agregação de valor e adensamento do conhecimento em todas as etapas da cadeia produtiva mineral.

Fomenta a realização de estudos e incentivo à inserção tecnológica nas linhas e temas de: i) geologia, mineração e transformação mineral; ii) recursos minerais do mar, iii) minerais estratégicos (ex. terras raras, lítio, silício e agrominerais); iv) cadeias produtivas de minerais não-metálicos; de estudos prospectivos setoriais com a finalidade de identificar necessidades de investimentos e de gargalos tecnológicos para subsidiar a formulação de políticas públicas na área de recursos minerais; e apoia eventos (congresso, simpósios, seminários e workshops), cursos de curta duração e publicações com a finalidade de disseminar o conhecimento científico e tecnológico na área de recursos minerais.

Contribui também para o objetivo 494, Iniciativa 01OM - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em minerais estratégicos, nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral.

Os projetos apoiados foram:

(i) Complementação da capacidade de processamento de amostras geológicas do CRTI - Centro Regional para o Desenvolvimento Tecnológico e Inovação para adequar a infraestrutura analítica a fim de permitir o atendimento a aplicações acadêmicas e tecnológicas em áreas como petróleo, mineração e transformação mineral, agronegócios, farmacêutica, metal-mecânica e automobilística, construção civil, entre outras. O Processo nº 01200.002502/2015-76 descentralizou R\$ 149.842,89 (cento e quarenta e nove mil, oitocentos e quarenta e dois reais, oitenta e nove centavos).

(ii) IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Estudos para sustentabilidade e transferência de tecnologia no âmbito da Rede Brasileira de Informação de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral (RedeAPLmineral) para dar continuidade ao sistema de informação desenvolvido e que representa atualmente um dos principais instrumentos de informação voltados ao setor mineral, em especial às micro e pequenas empresas do setor. O Processo nº 01200.004566/2015-10 descentralizou R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

(iii) CETEM – Centro de Tecnologia Mineral. Realização do 24º World Mining Congress, que teve como objetivo apoiar, técnica e cientificamente, a cooperação para o progresso nacional e internacional nas áreas de mineração, o desenvolvimento de recursos minerais naturais e o intercâmbio de informações sobre a temática entre diversos países. O Processo nº 01200.004762/2015-86 descentralizou R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

(iv) MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Apoio à realização dos pré-eventos XII Seminário Nacional de APL de Base Mineral e IX Encontro da RedeAPLmineral. O objeto foi apoiar a reunião e mobilização dos segmentos produtivos e das principais instituições governamentais e não governamentais, na construção de um espaço de debates sobre a temática com o fim de buscar soluções sobre políticas públicas diferenciadas que aumentem a competitividade dos empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais de base mineral. O Processo nº 01200.004742/2015-13 descentralizou R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

QUADRO 4.3.2.9 – 20V6/PO 000E

R\$ 1,00

Identificação da Ação							
Código	000E		Tipo: PO				
Descrição	Pesquisa, desenvolvimento e Inovação em Recursos Minerais						
Iniciativa	0177 e 010M						
Objetivos	Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.						Código: 0494
	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do País a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.						Código: 0400
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		Código: 2021		Tipo:		
Unidade Orçamentária	240115						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.572.2021.20V6.000E	1.000.000,00	964.500,00	417.750,14	249.974,00	249.974,00	0,00	167.776,14
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
19.572.2021.20V6.000E	Fomento a ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação; capacitação e formação de recursos humanos; capacitação laboratorial; realização de estudos e projetos demonstrativos; e incentivo à inserção tecnológica em recursos minerais.			Projeto apoiado	2	0	6
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
	162.200,00	43.000,00	0,00	Fomento a ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação; capacitação e formação de recursos humanos; capacitação laboratorial; realização de estudos e projetos demonstrativos; e incentivo à inserção tecnológica em recursos minerais.		Projeto apoiado	1

Fonte: CGTS/SETEC/MCTI

(v) UFC – Universidade Federal do Ceará. Apoio para capacitação no Laboratório de Redes Elétricas Inteligentes e Energias Renováveis visando promover encontros com especialistas do Brasil e do exterior para divulgar as ações que estão sendo desenvolvidas por meio do laboratório da UFC, nas temáticas voltadas para as áreas de energias renováveis e alternativas. O Processo nº 01200.004871/2015-01 descentralizou R\$ 7.605,85 (sete mil, seiscentos e cinco reais, oitenta e cinco centavos). O valor total do Projeto é de R\$ 48.109,85, e contou com recursos do PO 0009 no valor de R\$ 40.504,00 (quarenta mil e quinhentos e quatro reais).

(vi) UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Fortalecimento e ampliação das ações do LCA/UFSC na produção de biomassa e bioprodutos a partir de microalgas: melhoria da infraestrutura de PD&I e apoio ao projeto da Rede Microalgas para a produção de biodiesel para

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

apoiar o fortalecimento e ampliação das ações do laboratório da UFSC por meio da melhoria da infraestrutura de PD&I. O Processo nº 01200.004541/2015-16 descentralizou R\$ 30.964,26 (trinta mil, novecentos e sessenta e quatro reais e vinte e seis centavos). O valor total do projeto foi de R\$ 473.468,26 (quatrocentos e setenta e três mil, quatrocentos e sessenta e oito reais, vinte e seis centavos) e contou com R\$ 42.504,00 (quarenta e dois mil e quinhentos e quatro reais) do PO 0009 e R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) do PO 000B.

PO 000F – Fomento à Inovação Tecnológica nas Cadeias Produtivas

O PO 000F foi criado em 2015 para apoiar a promoção de ações e projetos que aprimorassem a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas destinadas ao fomento da inovação tecnológica nas diversas cadeias produtivas, particularmente naqueles que envolvessem benefícios fiscais à pesquisa tecnológica e desenvolvimento da inovação tecnológica, temas relacionados à gestão da propriedade intelectual como instrumento de política tecnológica e à cooperação tecnológica entre os setores governamental, empresarial e científico-tecnológico visando a geração de inovações para incremento da competitividade das empresas.

Fomenta projetos, estudos voltados para a formulação e avaliação de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento tecnológico e a inovação no País, diagnósticos opinativos quanto aos programas de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica realizados por empresas que beneficiárias de incentivos fiscais à inovação tecnológica e ações que visem a adoção de melhores práticas e estímulos a conscientização, mobilização, difusão e transferência de inovações tecnológicas.

Com recursos deste PO foram realizados os seguintes projetos:

(i) Realização da Reunião do Comitê de Auxílio Técnico do Setor de Química – CAT-QUÍMICA, com o objetivo de gerar diagnósticos opinativos sobre os projetos de P&D das empresas do Setor de Química que optaram por participar dos incentivos fiscais do Capítulo III da Lei nº 11.196, de 2005 (Lei do Bem), no Ano-Base 2014. O Processo nº 01200.004132/2015-10 descentralizou para o CNPq R\$ 58.025,00 (cinquenta e oito mil e vinte e cinco reais) para apoiar a SETEC na realização da reunião.

(ii) Realização de reunião do Comitê de Auxílio Técnico do Setor Metalúrgico – CAT-METALURGIA com o objetivo de gerar diagnósticos opinativos sobre os projetos de P&D das empresas do Setor Metalúrgico que optaram por participar dos incentivos fiscais do Capítulo III da Lei nº 11.196, de 2005 (Lei do Bem), no Ano-Base 2014. O Processo nº 01200.004128/2015-10 descentralizou para o CNPq R\$ 37.025,00 (trinta e sete mil e vinte e cinco reais) para apoiar a SETEC na realização da reunião.

(iii) Realização de reunião do Comitê de Auxílio Técnico dos Setores de Agroindústria e Alimentos – CAT-AGROINDÚSTRIA E ALIMENTOS com o objetivo de gerar diagnósticos opinativos sobre os projetos de P&D das empresas dos Setores de Agroindústria e de Alimentos que optaram por participar dos incentivos fiscais do Capítulo III da Lei nº 11.196, de 2005 (Lei do Bem), no Ano-Base 2014. O Processo nº 01200.004127/2015-07 descentralizou R\$ 67.492,50 (sessenta e sete mil, quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos) para apoiar a SETEC na realização da reunião.

(iv) Realização de reunião do Comitê de Auxílio Técnico do Setor Farmacêutico – CAT-FARMACÊUTICO com o objetivo de gerar diagnósticos opinativos sobre os projetos de P&D das empresas do Setor Metalúrgico que optaram por participar dos incentivos fiscais do Capítulo III da Lei nº 11.196, de 2005 (Lei do Bem), no Ano-Base 2014. O Processo nº 01200.004120/2015-87

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

descentralizou para o CNPq R\$ 34.512,50 (trinta e quatro mil, quinhentos e doze reais e cinquenta centavos) para apoiar a SETEC na realização da reunião.

QUADRO 4.3.2.10 – 20V6/PO 000F

R\$ 1,00

Identificação da Ação							
Código	000F		Tipo: PO				
Descrição	Fomento à Inovação Tecnológica nas Cadeias Produtivas						
Iniciativa	0177						
	Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do País a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.						Código: 0400
Programa	Ciência, Tecnologia e Inovação		Código: 2021		Tipo:		
Unidade Orçamentária	240115						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária Anual – 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2015	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.572.2021.20V6.000F	0,00	569.704,00	528.477,50	487.477,50	481.300,00	6.477,50	40.700,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado	Realizado		
19.572.2021.20V6.000F	Fomenta projetos, estudos voltados para formulação e avaliação de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento tecnológico e a inovação no País, diagnósticos opinativos quanto aos programas de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica realizados por empresas beneficiárias de incentivos fiscais à inovação tecnológica e ações que visem a adoção de melhores práticas e estímulos a conscientização, mobilização, difusão e transferência de inovações tecnológicas.	Projeto apoiado	5	0	9		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
	0,00	0,00	0,00	Fomenta projetos, estudos voltados para formulação e avaliação de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento tecnológico e a inovação no País, diagnósticos opinativos quanto aos programas de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica realizados por empresas beneficiárias de incentivos fiscais à inovação tecnológica e ações que visem a adoção de melhores práticas e estímulos a conscientização, mobilização, difusão e transferência de inovações tecnológicas.	Projeto apoiado	0	

Fonte: CGIT/SETEC/MCTI

(v) Realização de reunião do Comitê de Auxílio Técnico dos Setores Mecânica e Transporte – CAT-MECANICA E TRANSPORTE com o objetivo de gerar diagnósticos opinativos sobre os

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

projetos de P&D das empresas dos Setores Mecânica e Transporte que optaram por participar dos incentivos fiscais do Capítulo III da Lei nº 11.196, de 2005 (Lei do Bem), no Ano-Base 2014. O Processo nº 01200.004129/2015-98 descentralizou para o CNPq R\$ 45.112,50 (quarenta e cinco mil, cento e doze reais e cinquenta centavos) para apoiar a SETEC na realização da reunião.

(vi) Realização de reunião do Comitê de Auxílio Técnico do Setor Eletroeletrônico – CAT-ELETROELETRÔNICO com o objetivo de gerar diagnósticos opinativos sobre os projetos de P&D das empresas do Setor Eletroeletrônico que optaram por participar dos incentivos fiscais do Capítulo III da Lei nº 11.196, de 2005 (Lei do Bem), no Ano-Base 2014. O Processo nº 01200.004124/2015-65 descentralizou para o CNPq R\$ 32.810,00 (trinta e dois mil, oitocentos e dez reais) para apoiar a SETEC na realização da reunião.

(vii) Realização de reunião do Comitê de Auxílio Técnico do Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação – CAT-TIC com o objetivo de gerar diagnósticos opinativos sobre os projetos de P&D das empresas do Setor de Tecnologia da Informação e Comunicação que optaram por participar dos incentivos fiscais do Capítulo III da Lei nº 11.196, de 2005 (Lei do Bem), no Ano-Base 2014. O Processo nº 01200.004131/2015-67 descentralizou para o CNPq R\$ 100.937,50 (cem mil, novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) para apoiar a SETEC na realização da reunião.

(viii) Realização de reunião do Comitê de Auxílio Técnico Setores Transversais – CAT-TRANSVERSAL com o objetivo de gerar diagnósticos opinativos sobre os projetos de P&D das empresas dos demais setores que optaram por participar dos incentivos fiscais do Capítulo III da Lei nº 11.196, de 2005 (Lei do Bem), no Ano-Base 2014. O Processo nº 01200.004130/2015-12 descentralizou para o CNPq R\$ 89.662,50 (oitenta e nove mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) para apoiar a SETEC na realização da reunião.

(ix) Apoio financeiro ao “PROFINIT – Mestrado Profissional Intelectual e Transferência de tecnologia para Inovação” com o objetivo da implantação inicial do PROFINIT compreendendo atividades básicas. O Processo nº 01200.004765/2015-10 descentralizou R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais). O valor total do projeto foi de R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais), que contou com recursos do PO 000C no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e do PO 0009 no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

4.3.3 FATORES INTERVENIENTES NO DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Os decretos de contingenciamento restringiram as execuções das ações na SETEC, principalmente em 2015, impactando negativamente no alcance dos objetivos e metas previstos. O contingenciamento interrompeu ações de fomento, que ficaram vinculadas à liberação dos recursos.

Outro fator foram os recursos humanos insuficientes (quantitativamente e qualitativamente). A Secretaria perdeu servidores de nível superior para outras unidades do ministério em decorrência da concessão de gratificações que não estão disponíveis nas Secretarias fins. Este fator impactou muito nas atividades desempenhadas pela SETEC, principalmente nas áreas de incentivos fiscais e no acompanhamento e avaliação dos convênios dos parques tecnológicos.

4.3.4 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

QUADRO 4.3.4.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2015	2014	2015	2014
1.Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	186.654,36	-	126.825,88	-
Concurso				
Consulta				
Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2.Contratações Diretas				
Dispensa	533.000,00		533.000,00	
Inelegibilidade	40.000,00		40.000,00	
3.Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4.Pagamento de Pessoal				
Pagamento de Folha	-	-	-	-
Diárias	121.892,04	155.259,18	121.892,04	155.259,18
5.Outros	2.943.506,65		2.667.731,65	
Total				

Fonte: UG/SETEC/MCTI

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

QUADRO 4.3.4.2 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESAS

R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupo de Despesas	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Pessoal e Encargos Sociais	5.622.772,24	6.183.539,41	5.622.772,24	6.183.539,41	-	-	5.622.772,24	6.183.539,41
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	9.098.476,15	25.284.118,00	2.969.642,46	10.813.125,32	6.128.833,69	15.676.421,08	2.694.038,98	3.138.574,52
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupo de Despesas	Empenhada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos	1.510.891,79	38.343.733,00	733.518,55	6.716.392,13	777.373,24	5.027.636,11	663.518,55	6.716.392,13
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: UG/SETEC/MCTI

4.3.5 – OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS SEM RESPECTIVO CRÉDITO AUTORIZADO NO ORÇAMENTO

Não houve obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento da SETEC.

4.3.6 – RESTOS A PAGAR DE 2015 E EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO 4.3.6.1 – RESTOS A PAGAR SETEC - EXERCÍCIOS ANTERIORES

R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01.01.2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo em 31.12.2015
2015	335.603,48	0,00	-	335.603,00
2014	8.695.000,80	8.695.000,80	-	0,00
2013	1.480.474,38	1.480.474,38	-	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01.01.2015	Pagamento	Cancelamento	Saldo em 31.12.2015
2015	6.106.206,93	3.783.091,17	0,00	3.123.115,76
2014	10.587.927,47	7.336.703,05	702.950,00	2.548.274,42
2013	5.362.050,49	2.539.784,11	81.061,25	2.741.205,13

Fonte: UG/SETEC/MCTI

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

4.3.7 – EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COM TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

QUADRO 4.3.7.1 – INSTRUMENTOS CELEBRADOS E MONTANTES TRANSFERIDOS

R\$ 1,00

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE						
Nome	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – SETEC/MCTI					
UG/Gestão	240115					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes repassados em 2015		
	2015	2014	2013	2015	2014	2013
Convênio	3	6	5	800.000,00	6.250.000,00	0,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	46	43	37	9.547.380,15	17.090.462,74	17.467.959,00
TOTAL	49	49	42	10.347.380,15	23.340.462,74	17.467.959,00

Fonte: UG/SETEC/MCTI

QUADRO 4.3.7.2 – RESUMO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS

R\$ 1,00

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE					
Nome	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – SETEC/MCTI				
UG/Gestão	240115				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados		Instrumentos		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contrato de Repasse
2015	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	-
		Montante Repassado			-
	Contas Não Prestadas	Quantidade	0	1	-
		Montante Repassado	0	100.000,00	-
2014	Contas Prestadas	Quantidade	3	16	-
		Montante Repassado	1.200.000,00	1.294.900,00	-
	Contas Não Prestadas	Quantidade	0	9	-
		Montante Repassado	0	2.052.610,34	-
2013	Contas Prestadas	Quantidade	0	6	-
		Montante Repassado	0	1.100.000,00	-
	Contas Não Prestadas	Quantidade	2	6	-
		Montante Repassado	1.300.000,00	10.601.458,86	-

Fonte: UG/SETEC/MCTI

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

QUADRO 4.3.7.3 – CONTAS PRESTADAS EM 2015

R\$ 1,00

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE				
Nome	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – SETEC/MCTI			
UG/Gestão	240115			
Contas apresentadas à SETEC em 2015		Instrumentos		
		Convênio	Termo de Cooperação	Contrato de Repasse
Contas Analisadas	Quantidade aprovada	0	11	-
	Quantidade reprovada	-	-	-
	Quantidade de TCE Instaurada	-	-	-
	Montante Repassado	0,00	1.241.800,00	
Contas Não Analisadas	Quantidade	-	-	
	Montante Repassado	-	-	

Fonte: UG/SETEC/MCTI

QUADRO 4.3.7.4 PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS

R\$ 1,00

UNIDADE CONCEDENTE OU CONTRATANTE					
Nome	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – SETEC/MCTI				
UG/Gestão	240115				
Instrumentos de Transferências	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					-
Termo de Cooperação					16
Contrato de Repasse					-

4.3.7.5 – INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DE PESSOAL PARA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

A estrutura de pessoal da SETEC para análise de prestação de contas é formada pelos servidores de nível superior, analistas de ciência e tecnologia e tecnologistas, lotados nas Coordenações-Gerais. O número total de servidores é 22. A SETEC se utiliza de relatórios parciais e finais e de visitas técnicas para acompanhar a execução dos projetos.

4.3.8 – INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DAS RECEITAS

As receitas da SETEC são orçamentárias – Fonte 100 e emendas parlamentares. Os recursos são disponibilizados na Ação 20V6 – Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo, inserida na Iniciativa 0177 – Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos, do Objetivo 400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do País a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade, do Programa 2021 – Ciência, Tecnologia e Inovação do Plano Plurianual - PPA.

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

Os recursos da Fonte 100 são distribuídos em 8 Planos Operacionais.

- PO 0005 – Apoio à consolidação do Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC);
- PO 0008 – Fomento a Projetos e Redes de Pesquisa e Desenvolvimento em Nanotecnologia;
- PO 0009 - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Energias do Futuro;
- PO 000B - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biocombustíveis;
- PO 000C - Fomento a Projetos de Capacitação Tecnológica e de Inovação das Empresas;
- PO 000D - Fomento a Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos;
- PO 000E - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Recursos Minerais.
- PO 000F – Fomento à Inovação Tecnológica nas Cadeias Produtivas

Em 2015, as receitas iniciais da SETEC foram R\$ 16.034.118,00 (dezesseis milhões, trinta e quatro mil, cento e dezoito reais) da Fonte 100 e R\$ 43.874.600,00 (quarenta e três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, seiscentos reais) de emendas parlamentares. Estes recursos sofreram contingenciamento, ficando disponível para empenho R\$ 10.609.367,53 (dez milhões, seiscentos e nove mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e três centavos) na Fonte 100 e liberadas apenas 2 emendas de um total de 14, no valor total de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). O contingenciamento de R\$ 5.424.750,47 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta reais e quarenta e sete centavos) impactou de forma negativa o desempenho da SETEC.

4.3.9 - INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS

A SETEC descentralizou R\$ 9.547.380,15 (nove milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, trezentos e oitenta reais e quinze centavos) para 46 termos de cooperação, executando 90% dos recursos empenhados. Empenhou ainda R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para duas emendas liberadas: (i) PO 1651 – Fomento a pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo no Município de Jaboatão dos Guararapes – Pernambuco, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e (ii) PO 7036 – Fomento a pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - No Município de Santo Ângelo – Rio Grande do Sul.

4.3.10 – SUPRIMENTO DE FUNDOS, CONTAS BANCÁRIAS TIPO B E CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

A SETEC possui cartão de pagamento do Governo Federal para aquisição de passagens.

4.4 – DESEMPENHO OPERACIONAL

A SETEC foi responsável pelo Objetivo 485 - Consolidar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC). Até 2012 foram criadas, estruturadas e organizadas a maioria das Redes SIBRATEC no âmbito dos componentes: Centros de Inovação, Serviços Tecnológicos e Extensão Tecnológica. Em 2013 e 2014 as Redes se consolidaram, totalizando 54 Redes implantadas.

O Objetivo 485 tinha como metas para o período 2012-2015:

(i) Realizar 150.000 serviços anuais de ensaios ou calibração pelas redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos – foram realizados mais de 4 (quatro) milhões de serviços anuais pelos 288

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

laboratórios das redes, beneficiando mais de 178 mil empresas, atendendo plenamente a meta. As experiências anteriores dos laboratórios contribuíram para a obtenção de rápidos e expressivos resultados nas Redes SIBRATEC.

(ii) Realizar 1.500 atendimentos anuais de extensão tecnológica em micro, pequenas e médias empresas pelas redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica – foram realizados mais de 3.700 atendimento para 2.900 micro, pequenas e médias empresas. Das 22 Redes implantadas entre 2008 e 2013, 12 concluíram seus projetos e não foram continuadas. Atualmente, há apenas 10 Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica implantadas – AM, RO, PE, SE, TO, GO, SP, RJ, PR e SC.

(iii) Ter em curso 80 projetos de desenvolvimento tecnológico em cooperação entre as redes SIBRATEC de Centros de Inovação a Empresas – foram contratados apenas 33 projetos, no valor total de R\$ 63,8 milhões. Em janeiro de 2015, a formalização da interrupção temporária das ações de fomento, condicionada à disponibilidade de novos recursos, possibilitou a contratação de apenas dois projetos cooperativos entre instituições das Redes e empresas. As empresas beneficiadas foram as micro e pequenas (90%) e médias (10%), confirmando que esse componente proporciona o alcance do financiamento da inovação às MPME.

No período de 2012 a 2015, 20 Redes finalizaram seus projetos e o SIBRATEC passou a ter 18 Redes de Serviços Tecnológicos, 6 Redes de Centros de Inovação e 10 Redes de Extensão Tecnológica. Estas redes sofreram descontinuidade devido ao contingenciamento orçamentário e à dificuldade de desembolso para as redes de alto desempenho, que são as de São Paulo e Santa Catarina. Outra dificuldade foi a interrupção temporária das ações de fomento, que ficaram condicionada à disponibilização de novos recursos, prejudicando a contratação de projetos no âmbito da Rede Centro de Inovação. Todavia, o desempenho das ações foi satisfatório porque conseguiram consolidar o SIBRATEC como um arranjo tecnológico de integração de Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) com empresas, proporcionando condições para ampliar os atuais índices de inovação e de competitividade, principalmente das micro, pequenas e médias empresas (MPME). Em razão dos resultados das avaliações independentes e estudos sobre o SIBRATEC, realizados respectivamente por consultores da UNESCO e pelo CGEE em 2014, a experiência adquirida ao longo dos sete anos de sua existência e a introdução de iniciativas públicas e privadas com objetivos comuns ao Programa, ficou evidente a necessidade de recomposição das Redes para melhor eficiência. Também contribui para esta necessidade de reformulação as recentes mudanças no ambiente legal científico e tecnológico. Neste sentido, percebe-se que o Programa deve se manter orientado para: Fortalecer as ICT que sejam incipientes na prestação de serviços às empresas; consolidar as ICT com histórico de sucesso no atendimento a empresas; direcionar esforços para apoiar segmentos tecnológicos e de mercado cujo país possa ser competitivo; disponibilizar instrumentos de parceria tecnológica ICT-empresa que favoreçam principalmente as micro, pequenas e médias empresas industriais; reforçar a integração das ações de extensão tecnológica, serviços tecnológicos e de inovação tecnológica; favorecer a composição de políticas tecnológica e industrial federal, estadual e municipal que compartilhem com objetivos comuns; partilhar esforços com iniciativas públicas e privadas de apoio às empresas; e adotar os instrumentos para apoio, fortalecimento ou consolidação do trabalho em redes, o qual tem se mostrado eficiente tanto na prestação de serviços às empresas quanto na racionalização de recursos.

A Ação 20V6 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação e ao Processo Produtivo está inserida no Objetivo 400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do País a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade, Iniciativa 0177 – Fomento a projetos de

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos.

No período de 2012-2015 a SETEC aportou cerca de R\$ 11 milhões em 53 projetos de fomento à pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação nos setores de energia, biocombustíveis e recursos minerais. Mais de 20 instituições foram beneficiadas.

Na área de energia, foram 18 projetos, aproximadamente R\$ 2,8 milhões, contemplando ações destinadas ao estabelecimento da Rede Nacional de Combustão, formação de recursos humanos em tecnologias de energias renováveis, disseminação das ações relacionadas às Redes Elétricas Inteligentes, mais conhecidas como *smart grids*, disseminação de informações e lançamento das bases para a inserção de novas tecnologias na composição da matriz energética nacional, como a energia heliotérmica (ou energia solar concentrada) e processos de gaseificação de recursos orgânicos.

Na temática que envolve pesquisa, desenvolvimento e inovação em biocombustíveis, foram apoiados 22 projetos, com aporte de recursos de cerca de R\$ 6,5 milhões, destinados para consolidar atividades que estavam em andamento no âmbito da política do governo de incentivos aos biocombustíveis, apoiar pesquisas e fortalecer a infraestrutura laboratorial de instituições científicas e tecnológicas no País, e apoiar a divulgação científica e tecnológica na área. Estas iniciativas ocorreram por intermédio do fomento a projetos de P,D&I no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, pela gestão e divulgação dos resultados da Rede Brasileira de Tecnologia em Biodiesel, pelo apoio à capacitação laboratorial de ICTs para a realização de pesquisas voltadas para explorar o potencial energético das microalgas visando a produção e uso de biocombustíveis e bioprodutos de alto valor agregado, e pelo suporte a eventos de divulgação científica e tecnológica que contou com a presença de estudantes, pesquisadores, técnicos e gestores envolvidos com as cadeias produtivas de diferentes biocombustíveis.

Na área de recursos minerais foram apoiados 13 projetos com aporte de recursos de cerca de R\$ 1,5 milhão. As ações levaram em consideração temas que contribuíssem para o desenvolvimento do setor mineral brasileiro. Foram apoiados projetos na área de minerais estratégicos em função de sua aplicação em produtos de alta tecnologia ou devido à dependência externa do País, tais como metalurgia de elementos terras raras, obtenção de vitrocerâmico a partir de minerais de lítio, tecnologias de beneficiamento e uso limpo e carvão mineral brasileiro e estudo de rotas alternativas para obtenção de potássio a partir de resíduos da extração de rochas ornamentais para aplicação em solos agrícolas. Foram aportados ainda recursos para capacitação de infraestrutura de laboratórios multiusuários e para apoiar eventos de disseminação de informações e de divulgação científica.

Os resultados obtidos permitiram evidenciar que houve uma formação de massa crítica nos setores de energia, biocombustíveis e recursos minerais, a infraestrutura laboratorial de P,D&I foi ampliada e melhorada, iniciou-se discussão de novas tecnológicas pouco utilizadas (energia heliotérmica e gaseificação de recursos orgânicos) ou mesmo pouco conhecidas no Brasil, criando um ambiente para a sua utilização no Brasil.

As ações realizadas nas áreas de energia, biocombustíveis e recursos minerais contribuíram também para o Objetivo 494 – Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial – Iniciativa 01OL – Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em energia e biocombustíveis.

No âmbito dos ambientes inovadores – parques tecnológicos e incubadoras de empresas – em 2015 existiam 94 iniciativas de parques tecnológicos, sendo 28 em operação, 28 em implantação e

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

38 em estágio de projeto. Existiam também 384 incubadoras de empresas, vistas como *habitats de inovação*.

Dos 28 parques tecnológicos em operação, 4 estavam localizados na Região Nordeste, 11 na Região Sudeste e 13 na Região Sul. Existe uma concentração de parques nas regiões Sul e Sudeste, demonstrando a necessidade de novas ações dirigidas às regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

O Governo Federal aportou uma grande parcela de investimentos, realizados por meio de Chamadas Públicas (editais) e emendas parlamentares. Até 2015, os parques localizados na Região Nordeste receberam investimentos de R\$ 145.549.862,80 (cento e quarenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos); o da Região Norte R\$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil reais); os 11 da Região Sudeste tiveram investimentos de R\$ 68.878.189,85 (sessenta e oito milhões, oitocentos e setenta e oito mil, cento e oitenta e nove reais e oitenta e cinco centavos); os 13 na Região Sul receberam investimentos de R\$ 82.706.981,46 (oitenta e dois milhões, setecentos e seis mil, novecentos e oitenta e um reais e quarenta e seis centavos), totalizando R\$ 302.399.315,91 (trezentos e dois milhões, trezentos e noventa e nove mil, trezentos e quinze reais e noventa e um centavos).

Os parques tecnológicos têm uma participação socioeconômica importante, com reflexos positivos na economia local e regional, na geração de empregos e na atração de novas empresas inovadoras para as regiões onde estão inseridos, além dos benefícios científicos e tecnológicos. Em 2015, na Região Nordeste existiam 303 empresas instaladas nos parques em operação com 8.595 empregos gerados. Na Região Sudeste, 230 empresas com 6.083 empregos gerados. Na Região Sul, 373 empresas instalada, 15.174 empregos diretos.

No âmbito das incubadoras de empresas, foram aportados recursos da ordem de R\$ 14,5 milhões por meio de lançamento de chamadas públicas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, para implantação de novas incubadoras e melhoria da infraestrutura das incubadoras em operação.

A SETEC apoiou a realização de dois estudos – Estudo, Análise e Proposições sobre as Incubadoras de Empresas no Brasil, e Estudos de Projetos de Alta Complexidade Indicadores de Parques Tecnológicos, lançados, respectivamente em 2012 e 2014, e Parques e Incubadoras para o Desenvolvimento Brasil, a ser lançado em 2016.

Em 2014, foi firmado compromisso entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Instituto Politécnico do Porto (IPP) para promover cooperação de projetos conjuntos entre o Brasil e Portugal nas áreas de inovação tecnológica e empreendedorismo para o período de cinco anos, renovável automaticamente. O memorando de entendimento prevê também a realização de missões nos dois países; a sensibilização das diversas redes de parques tecnológicos e incubadoras em prol da internacionalização de empresas brasileiras em Portugal e portuguesas no Brasil; o levantamento conjunto de fontes de financiamentos para projetos de inovação e empreendedorismo; e a promoção da transferência de tecnologias nas diversas áreas de interesse comum. Também estão previstos o intercâmbio de informações e a organização de eventos bilaterais, bem como o desenvolvimento de uma plataforma de informática de uso aberto e livre para facilitar o relacionamento entre as entidades do Brasil e de Portugal. A implementação das atividades será acompanhada por uma Comissão Conjunta de Colaboração.

Foi firmado em 2015, Memorando de Entendimento com a China para incentivar, desenvolver e facilitar a cooperação entre brasileiros e chineses em campos de interesse comum dentro da ciência, tecnologia e inovação para fortalecer a área da inovação tecnológica e do empreendedorismo por meio da cooperação internacional, possibilitando a troca de informações,

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

conhecimentos, tecnologias e boas práticas na área de parques científicos e tecnológicos e de incubadoras de empresas.

Na temática ampliação da capacitação tecnológica e de inovação nas empresas, de 2012 a 2015, foram apoiados dezenas de eventos, entre os quais se destacam: (i) o Congresso Nacional de Inovação, organizado pela CNI a cada dois anos e que conta com a participação de cerca de 2.000 pessoas em cada edição; (ii) quatro Encontros Técnicos do RHAPE Pesquisador na Empresa para avaliação e acompanhamento de projetos contemplados nos Editais, em parceria com o CNPq; (iii) quatro edições da Conferência ANPEI de Inovação Tecnológica, um dos maiores eventos de promoção da inovação nas empresas realizados no Brasil, que visa promover a inovação tecnológica como fator estratégico para a competitividade das empresas. Mais de 5.000 pessoas de todo o país participaram das quatro conferências.

Ainda no período a SETEC apoiou o “Estudo de Acompanhamento e Monitoramento da Inovação Aberta do Programa iTec – Manutenção da Plataforma iTec”, com o objetivo de estruturar o modelo de gestão do Programa iTec e criar mecanismos e indicadores para o acompanhamento e monitoramento que permitam a sustentabilidade do programa. Foram também apoiadas as atividades de ativação do programa iTec para criar a cultura da inovação aberta por desafios. O projeto visa atender empresas startups, micro, pequenas, médias e grandes, incubadoras de empresas, parques tecnológicos, empreendedores, investidores, consultoria de apoio à inovação e instituições científicas e tecnológicas (ICT), universidades e institutos de pesquisas públicas e privadas, além de entidades governamentais no Brasil. Desde o seu lançamento em março de 2015, a Plataforma iTec está fomentando e promovendo o desenvolvimento de negócios e produtos lastreados em novas tecnologias e estimulando a inovação no Brasil.

Em 2015 iniciou ações para debater o modelo de governança da Manufatura Avançada no Brasil. Para tanto concedeu apoio financeiro ao projeto “Seminários Nacionais da Manufatura Avançada no Brasil”, que serão realizados nas cidades de Brasília, São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Florianópolis, Salvador e Porto Alegre, com o objetivo de avançar nas discussões para formulação da política pública na área. O objetivo é traçar perspectivas diferentes e complementares sobre o tema para o Brasil com a participação de órgãos do governo, indústria e comunidade acadêmica. Cerca de 500 pessoas participarão dos eventos que serão realizados ao longo de 2016.

No âmbito da cooperação multilateral com o MERCOSUL foram realizadas três edições do Prêmio MERCOSUL de Ciência e Tecnologia que envolveu cerca de 200 estudantes e pesquisadores dos dez países membros e associados do MERCOSUL.

No período de 2012-2015 vários procedimentos operacionais de diversas medidas de aperfeiçoamento da legislação de inovação, em especial, propostas apresentadas por entidades científicas e tecnológicas e do setor privado para as Leis de Inovação, do Bem, das Licitações, dentre outros, foram implementados pelo Governo Federal.

Em 2012, foi concluído o arcabouço legal e operacional para permitir a emissão de debêntures por empresas que tiverem aprovados projetos de investimentos considerados prioritários nas áreas de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, de acordo com a Lei nº 12.431/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.603/2011 e pela Portaria MCTI nº 868/2012.

Participou ainda da elaboração da Lei nº 12.863/2013 que alterou o artigo 6º da Lei nº 8.958/1994 que tratava das Fundações de Apoio que, com a anuência expressa das instituições apoiadas, poderão captar e receber diretamente os recursos financeiros necessários à formação e à execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, sem ingresso na Conta Única do Tesouro Nacional.

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

Desde 2013, a SETEC atuou diretamente na elaboração do novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, e na Proposta de Emenda à Constituição que alterou e adicionou dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação. Estas duas iniciativas foram concluídas em 2015.

As atividades de suporte aos ambientes inovadores, de aperfeiçoamento do marco legal, de difusão da inovação visando o aumento dos investimentos das empresas em pesquisa e desenvolvimento, contribuíram para o alcance do objetivo 495 - Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação, Iniciativas 01P6 – Aperfeiçoamento do marco regulatório de incentivo à inovação e à P&D, 01P9 – Apoio à inovação nas empresas e 01PK – Fomento à criação e consolidação de empresas inovadoras intensivas em conhecimento, em especial nas incubadoras de empresas e parques tecnológicos

A SETEC também atuou no âmbito do Objetivo 493 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais, Iniciativa 01O5 – Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação em nanotecnologia.

As ações implantadas no período do PPA 2012-2015 contribuíram para promover pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de nanotecnologia. A principal ação implementada em 2012 foi o lançamento do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNANO), que tem como objetivo universalizar o acesso à infraestrutura de pesquisa, desenvolvimento e inovação em nanotecnologia no Brasil. Destacou-se também o lançamento da Chamada Pública MCTI/CNPq 16/2012, no valor de R\$ 5,9 milhões, que apoiou 24 projetos inovadores para a produção, prototipagem e/ou escalonamento de nanomateriais, nanocompósitos e nanodispositivos. Ainda em 2012, o MCTI investiu mais de R\$ 500 mil reais nas 17 redes de pesquisa em nanotecnologia criadas em 2010 (Edital MCTI/CNPq nº 16/2010) e R\$ 94 mil para apoiar o evento do Arranjo Promotor de Inovação em Nanotecnologia do TECNÓPOLIS.

No primeiro semestre de 2013 foi lançada a Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN) com ações de fomento à nanotecnologia e de estímulo e indução de empresas em atividades de P,D&I; fortalecimento e aperfeiçoamento das colaborações internacionais em nanotecnologia; e qualificação de recursos humanos. Em 2013 também ocorreu a contratação dos 26 laboratórios que compõem o SisNANO.

Em 2014 o apoio ao SisNANO foi prioritário, destacando-se a implementação de bolsas com o intuito de assegurar os recursos humanos necessários para dar suporte técnico e científico aos usuários dos laboratórios. Foram também realizados investimentos voltados para manutenção e fortalecimento dos laboratórios que operam sistemas de Litografia por Feixe Eletrônico, técnica utilizada na fabricação de nanodispositivos. No âmbito do Programa Sibratec, e envolvendo o SisNANO, foi dado suporte à estruturação de uma Rede de Serviços Tecnológicos em Nanotecnologia e de duas Redes de Centros de Inovação: de nanodispositivos e nanossensores e de nanomateriais e nanocompósitos. Foram também realizados eventos com o objetivo de aproximar pesquisadores, empresas e para avaliação das ações do MCTI na área.

Em 2015, as ações da IBN tiveram como foco principal o apoio ao Programa NANoREG, ao SisNANO e às atividades em cooperação internacional. A participação do Brasil no Programa NANoREG, voltado para dar respostas científicas às questões regulatórias associadas à nanotecnologia, contou com investimentos do MCTI na ordem de R\$ 1,56 milhões. A participação do Brasil neste Projeto contribui de maneira significativa com o processo de regulação da nanotecnologia no País, de maneira referenciada e articulada internacionalmente. O apoio ao

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

SisNANO se deu principalmente por meio do aporte financeiro de aproximadamente R\$1,64 milhões com o objetivo de garantir os recursos humanos necessários para continuidade das atividades. Foram selecionados também 26 pré-projetos submetidos na primeira chamada das Redes de Centros de Inovação em Nanotecnologia do SIBRATEC, além de várias iniciativas em cooperação internacional.

O Objetivo 493 tem como uma das metas (019B): ampliar para 120 o número de empresas que realizam pesquisa e desenvolvimento em nanotecnologia em seus processos produtivos. No final de 2015 foram identificadas, pelo MCTI, 337 empresas brasileiras que investem em produtos e/ou processos nanotecnológicos, sendo que aproximadamente 219 delas desenvolviam atividades de P&D. Este resultado contabiliza empresas que participaram de Chamadas Públicas realizadas até 2015, assim como empresas identificadas por meio de contato direto e levantamentos realizados junto aos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs). Comparando-se com o resultado da PINTEC 2009-2011, publicado apenas em 2013 e que identificou 123 empresas que desenvolviam atividades de P&D em nanotecnologia, 96 novas empresas passaram a investir em P&D nos últimos quatro anos, o que sinaliza o processo de expansão da nanotecnologia no País. O número oficial de empresas que investem em P&D poderá ser confirmado quando forem divulgados os resultados da PINTEC 2014.

Considerando as dificuldades em relação ao aporte financeiro aquém da demanda e das necessidades para desenvolver a nanotecnologia no País, somado ao atraso na liberação dos recursos, durante o período 2012-2015, podemos afirmar que a meta de ampliar para 120 o número de empresas que realizam P&D em nanotecnologia em seus processos produtivos foi superada. O apoio aos laboratórios do SisNANO contribuiu para maior interação entre as empresas e a academia, estimulando assim o investimento das empresas em P,D&I em nanotecnologias nos seus produtos e processo produtivos.

4.13 RENÚNCIA DE RECEITAS

4.13.2.1 LEI DO BEM

Os incentivos do *Capítulo III da Lei do Bem* foram criados para incentivar as empresas a desenvolverem internamente inovações tecnológicas quer na concepção de novos produtos como no processo de fabricação e agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo. Com usufruto de forma automática, são:

a) Exclusão do lucro líquido e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, o valor correspondente de até 60% da soma dos dispêndios, classificados como despesas operacionais pela legislação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, realizados com P&D no Ano Base considerado;

b) Adição de até 20%, no caso de incremento do número de pesquisadores dedicados exclusivamente à pesquisa e desenvolvimento contratados no ano de referência;

c) Adição de até 20%, na soma dos dispêndios ou pagamentos vinculados à pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica objeto de patente concedida ou cultivar registrado.

Os incentivos supramencionados poderão chegar à dedução de 200% por ocasião do cálculo do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, ou seja, 100% das despesas com P&D da empresa + até 60% pelo incentivo concedido por parte do Governo Federal

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

pelo fato da empresa realizar P&D + 20% pelo aumento de contratação do número de pesquisadores exclusivos + 20% pela concessão de patente ou registro de cultivar) desde que todos os projetos de P&D relatados tenham, de fato, gerado patentes ou cultivares registrados. Tal possibilidade corresponde a uma renúncia fiscal de até 34% dos dispêndios de P&D, no País, próprios e/ou contratados (de forma complementar) junto à Micro e Pequena Empresa – MPE (Lei Complementar nº 123/2006), Consultores Independentes, Universidades e Instituições Científicas e Tecnológicas – ICT, desde que mantida a responsabilidade, o risco empresarial, a gestão e o controle da utilização dos resultados pela empresa beneficiária.

d) redução de 50% do IPI na compra de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos (nacionais ou importados) destinados ao uso exclusivo de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica;

e) Redução à zero da alíquota do IR incidente sobre as remessas ao exterior destinadas aos pagamentos de registro de manutenção de marcas, patentes e cultivares;

f) Depreciação Acelerada Integral, sem prejuízo da depreciação normal dos equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos no próprio período de aquisição, destinados à P&D para fins de IRPJ e CSLL;

g) Dedução do saldo não depreciado dos equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos destinados à P&D, no ano em que for concluída a sua utilização;

h) Amortização Acelerada (dedução) dos dispêndios relativos à aquisição de bens intangíveis destinados à P&D, no Ano Base;

i) Dedução do saldo não amortizado dos dispêndios relativos à aquisição de bens intangíveis destinados à P&D, no ano em que for concluída a sua utilização;

j) Exclusão, para efeito de apuração do IRPJ e da CSLL, de 50% a 250% dos dispêndios efetivados em projetos de pesquisa científica e tecnológica executada por ICT (Inc. I do §1º) do Art. 19-A da Lei nº 11.196/05), cuja operacionalização é executada sob a gestão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC.

QUADRO 4.13.2.1.1 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS – LEI DO BEM

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
IRPJ	Lei nº 11.196/2005 e Decreto 5.798/2006	Modificação de base de cálculo	Incentivo às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas brasileiras.	Dispêndio em atividades de P&D (capital/custeio). 100% das empresas.	Indeterminado	Não tem
CSLL	Lei nº 11.196/2005 e Decreto 5.798/2006	Modificação de base de cálculo			Indeterminado	Não tem
IPI	Lei nº 11.196/2005 e Decreto 5.798/2006	Redução de alíquota			Indeterminado	Não tem
IRRF	Lei nº 11.196/2005	Redução de alíquota			Indeterminado	Não tem

Fonte: SETEC

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

Do exposto, torna-se oportuno tecer as seguintes considerações:

- ✓ No caso das modalidades de incentivos dos itens “a”, “b”, “c” e “j”, as mesmas modificam a base de cálculo da CSLL e do IRPJ, enquanto que as demais são classificadas como benefícios diretos.
- ✓ Um dos pontos positivos da Lei do Bem é que com o aumento da base de dedutibilidade múltipla, incluindo a CSLL e o IRPJ (devido e adicional) a renúncia fiscal ou benefício real, no caso dos itens “a”, “b” e “c”, pode atingir até um terço dos dispêndios efetivamente realizados nas atividades de P&D das empresas.
- ✓ Relativo ao incentivo “redução a zero da alíquota do IR na fonte, incidente sobre as remessas ao exterior destinadas aos pagamentos de registro de manutenção de marcas, patentes e cultivares” (Inciso VI do Art. 3º do Decreto nº 5.798, de julho de 2006), apesar de se tratar de um ganho real, esta modalidade de incentivo não pode ser mensurado de forma absoluta.
- ✓ Vale comentar, também que os incentivos de depreciação (“f” e “g”) e amortização (“h” e “i”) referem-se, apenas a um deferimento concedido pelo governo, ou seja, trata-se de uma postergação dos tributos a pagar, pois a Lei obriga após o usufruto dos incentivos, a devolução dos valores dos benefícios nas DIPJ subsequentes.
- ✓ Por último, vale destacar que para utilização do incentivo 19-A (inclusão de novo incentivo à inovação tecnológica na Lei do Bem) a instituição Científica e Tecnológica – ICT deve submeter Carta Consulta ou Projeto diretamente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES do Ministério da Educação – MEC, órgão responsável pela gestão e operacionalização do referido incentivo.

Ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI cabe receber das empresas (pessoas jurídicas), até 31 de julho de cada ano subsequente ao ano efetivo do usufruto dos benefícios, as informações sobre seus programas de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, elaborar o “Relatório Anual da Utilização dos Incentivos Fiscais” e enviá-lo à Secretaria da Receita Federal. É possível que algumas empresas não tenham enviado informações ao MCTI, mas tenham usufruído dos incentivos fiscais.

Cabe à Secretaria da Receita Federal – RFB, na qualidade de órgão responsável pelas questões tributárias no Governo Federal, realizar as fiscalizações nas empresas “in loco”, por intermédio das Delegacias Estaduais da Secretaria da Receita Federal do Brasil, que verificam as procedências das informações prestadas pelas empresas por um período prescricional de cinco anos. É responsabilidade da pessoa jurídica (empresa) manter a documentação relativa à utilização dos incentivos, bem como de regularidade fiscal, à disposição da fiscalização.

Com base nas informações relativas ao Ano Base 2014, as empresas declararam investimentos de R\$ 9,26 bilhões em projetos de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, com renúncia fiscal em valores brutos da ordem de R\$ 1,92 bilhões.

Todos os valores informados no Ano Base 2014 se referem aos dados brutos tendo em vista que as análises encontra-se em fase de conclusão.

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

QUADRO 4.13.2.1.2 – VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA

R\$ bilhão

Gasto Tributário						
Valores	2014		2013		2012	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Renúncia	2,9	1,9	2,4	1,58	2,0	1,04
Contrapartida	18,8	9,3	16,1	6,73	14,2	5,34

Fonte: SETEC/MCTI

QUADRO 4.13.2.1.3 – VALORES RENUNCIADOS POR TRIBUTO E GASTO TRIBUTÁRIO 2013 - 2014

R\$ bilhão

Tributo Contribuição Gasto Tributário	2014			2013		
	Renúncia		Medidas de Compensação	Renúncia		Medidas de Compensação
	Projetado*	Realizado		Projetado*	Realizado	
IRPJ	-	4,8	-	-	4,0	-
CSLL	-	0,5	-	-	0,4	-
IPi	-	0,0	-	-	0,0	-
IRRF	-	1,4	-	-	1,2	-

Fonte: SETEC/MCTI

*A SETEC/MCTI não trabalha com a projeção da renúncia fiscal desmembrada como solicitado na tabela.

QUADRO 4.13.2.1.4 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS

Gasto Tributário						
Situação	2014		2013		2012	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
PC Não Apresentadas	-	-	-	-	-	-
PC Aguardando Análise	-	-	-	-	-	-
PC em Análise	2	4.027.239,48	-	-	-	-
PC não Aprovadas	223	93.907.789,95	181	462.947.622,46	222	504.896.339,25
PC Aprovadas	722	1.034.113.986,94	810	1.204.893.867,66	820	1.107.872.487,50
PC Aprovadas Parcialmente	259	791.354.019,35	167	480.287.704,64	-	-

Fonte: SETEC/MCTI

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

QUADRO 4.13.2.1.5 – EMPRESAS BENEFICIADAS PELA RENÚNCIA

R\$ bilhão

Gasto Tributário						
UF	2014		2013		2012	
	Quantidade	Renúncia	Quantidade	Renúncia	Quantidade	Renúncia
AC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AL	1	0,00	0	0,00	0	0,00
AM	20	0,08	12	0,08	11	0,04
AP	0	0,00	0	0,00	0	0,00
BA	15	0,03	14	0,02	15	0,01
CE	8	0,01	7	0,01	5	0,01
DF	8	0,03	5	0,02	3	0,00
ES	8	0,01	6	0,01	4	0,00
GO	10	0,00	7	0,00	7	0,00
MA	2	0,00	2	0,00	2	0,00
MG	77	0,20	77	0,16	58	0,08
MS	1	0,00	2	0,00	0	0,00
MT	3	0,00	2	0,00	2	0,00
PA	4	0,00	1	0,00	1	0,00
PB	1	0,00	3	0,00	2	0,00
PE	14	0,00	9	0,00	6	0,00
PI	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PR	93	0,10	76	0,08	49	0,05
RJ	103	0,18	76	0,12	67	0,10
RN	2	0,00	1	0,00	2	0,00
RO	1	0,00	0	0,00	0	0,00
RR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RS	190	0,12	156	0,12	147	0,10
SC	104	0,12	75	0,06	61	0,06
SE	0	0,00	1	0,00	2	0,00
SP	540	1,03	445	0,89	376	0,63
TO	1	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	1206	1,92	977	1,58	820	1,10

Fonte: SETEC/MCTI

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

QUADRO 4.13.2.1.6 – BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA

R\$ bilhão

Gasto Tributário						
UF	2014		2013		2012	
	Quantidade	Renúncia	Quantidade	Renúncia	Quantidade	Renúncia
AC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AM	0,38	0,08	0,30	0,08	0,16	0,04
AP	0,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BA	0,06	0,03	0,08	0,02	0,03	0,01
CE	0,12	0,01	0,05	0,01	0,05	0,01
DF	0,05	0,03	0,07	0,02	0,01	0,00
ES	0,03	0,01	0,04	0,01	0,02	0,00
GO	0,00	0,00	0,01	0,00	0,02	0,00
MA	0,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MG	0,00	0,20	0,64	0,16	0,36	0,08
MS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MT	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PA	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PB	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PE	0,00	0,00	0,02	0,00	0,01	0,00
PI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PR	0,44	0,10	0,41	0,08	0,22	0,05
RJ	1,34	0,18	0,51	0,12	1,38	0,10
RN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RS	0,54	0,12	0,50	0,12	0,44	0,10
SC	0,51	0,12	0,26	0,06	0,26	0,06
SE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00
SP	4,77	1,03	3,83	0,89	2,65	0,63
TO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9,26	1,92	6,74	1,58	5,62	1,10

Fonte: SETEC/MCTI

4.13.2.2 INCENTIVOS FISCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O Decreto nº 7.389, de 9 de dezembro de 2010, alterou as Leis nº 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que tratavam dos incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.

As empresas automotoras situadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste beneficiárias desses incentivos fiscais, para mantê-los, deveriam realizar, em contrapartida, investimentos em pesquisa, desenvolvimento, inovação tecnológica, inclusive na área de engenharia automotiva nestas regiões, correspondente a 10%, no mínimo, do valor do crédito presumido do IPI apurado, em conformidade com os §§ 4º dos artigos 11-A e 11-B da Lei nº 9.440/1997. Além disso, as empresas passaram a informar seus investimentos ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, conforme Portaria MCTI nº 963, de 16 de dezembro de 2011.

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

QUADRO 4.13.2.2.1 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS – INCENTIVOS REGIONAIS

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
IPI	Lei nº 9.440/1997 Lei nº 9.826/1999 Lei nº 12.218/2010 Lei nº 12.407/2011	Crédito presumido	Incentivo às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas brasileiras.	Investimento de 10% do Crédito Presumido em dispêndio em atividades de P,D&I na Região, inclusive na área de engenharia automotiva.	2015	Não tem.

Fonte: SETEC

Em 2015, as empresas não enviaram informações sobre os investimentos realizados uma vez que o prazo de envio dos relatório está previsto para abril de 2016.

4.13.2.3 PROGRAMA INOVAR-AUTO

O Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (INOVAR-AUTO) foi criado pela Lei nº 12.715/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.819/2012 e atos complementares, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a segurança, a proteção ao meio ambiente, a eficiência energética e a qualidade dos veículos e das autopeças. A gerência é conduzida pelos Ministérios da Fazenda (MF), Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDIC) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), sem ferir as atribuições legais de cada ministério. As questões fiscais são atribuições do MF, os investimentos em processos produtivos, importação e produção, do MDIC, e as atividades de pesquisa e desenvolvimento, do MCTI.

O Programa possibilita que as empresas automotivas habilitadas tenham direito a crédito presumido do IPI, com base nos dispêndios realizados no País em cada mês-calendário com pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação tecnológica, insumos estratégicos, ferramentaria, recolhimento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT na forma do regulamento, capacitação de fornecedores, e engenharia e tecnologia industrial básica, desde que cumpram com compromissos assinados com o governo brasileiro, bem como a quotas de importação de veículos restrita ao estabelecido na legislação.

Poderão habilitar-se ao INOVAR-AUTO as empresas que:

- Produzam, no País, os produtos classificados nos códigos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados, aprovada pelo [Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2012](#), relacionados no Anexo I;
- Não produzam, mas comercializem, no País, os produtos a que se refere o inciso I; ou
- Tenham projeto de investimento aprovado para instalação, no País, de fábrica dos produtos a que se refere o inciso I ou, em relação a empresas já instaladas, de novas plantas ou projetos industriais para produção de novos modelos desses produtos.

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

Para recebimento da arrecadação e aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento foi criado o Fundo Setorial CT-INOVAR-AUTO (Ato Declaratório Executivo da RFB/MF 02/2013), que ainda não iniciou suas atividades.

Foram publicadas, em 2014, a Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014 que alterou a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, o Decreto nº 8.294 de 12 de agosto de 2014 que alterou o decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, e a Portaria Interministerial MDIC/MCT Nº 318 de 23 de dezembro de 2014 que altera a Portaria MDIC/MCTI nº 772 de 12 de agosto de 2013. A portaria Interministerial instituiu a possibilidade das empresas retificarem os formulários enviados em 31 de julho com o objetivo de se adequarem às modificações implementadas no programa. Foi estipulada a data limite de 31 de março de 2015 para que as empresas fizessem a retificação.

QUADRO 4.13.2.3.1 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS – INOVAR-AUTO P&D

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
IMI	Lei nº 12.715/2012	Crédito presumido – 50% dos dispêndios, limitado ao valor correspondente a 2% da Receita Operacional Líquida.	Incentivo às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas automotivas.	Investimento mínimo de 0,15% em 2013 a 0,5% em 2017 crescentes em P&D ao longo do período para a empresa ser habilitada no programa	2017	Não tem

Fonte: SETEC

Em 2015, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) renovou a habilitação de 25 empresas no Programa INOVAR-AUTO, que poderão usufruir dos benefícios previstos no programa até o final de maio de 2016, quando deverão entregar seus relatórios.

4.13.2.4 – INFORMAÇÕES E RESULTADOS DA POLÍTICA DE RENÚNCIA DE RECEITAS PRATICADAS PELA SETEC/MCTI

Em anexo, no final do item.

4.14 – INDICADORES DE DESEMPENHO

Em 2011, por ocasião da elaboração da proposta do orçamento PPA 2012-2015, a SETEC incluiu indicadores voltados para as atividades de P&D nas empresas. Dos indicadores incluídos o que se relacionou com a Secretaria foi o referente ao “Dispêndio empresarial em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto”.

As fontes de dados utilizados em cada um dos indicadores são os próprios campos dos formulários preenchidos pelas empresas, cuja estrutura permite extrair os dados dos indicadores comentados anteriormente. A concepção da Lei do Bem além de ter desburocratizado o processo operacional atribuiu às empresas a responsabilidade de serem os únicos fiéis depositários das informações prestadas.

Apenas para alguns indicadores possuem metas estabelecidas, tais como: participação do nº de empresas/ano (estimado e realizado); Investimentos em P,D&I (realizado e estimado); Renúncia

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

Fiscal (estimado e realizado). Contudo, além destes indicadores a equipe técnica da COID/CGIT/SETEC (responsável pela operacionalização da Lei do Bem no MCTI) identificou outros indicadores estratégicos para a análise crítica sobre os resultados dos investimentos em P,D&I, cujos dados são extraídos dos formulários apresentados pelas empresas, tais como setores, regiões geográficas, formas de utilização de cada tipo de incentivo contido na Lei, nº de produtos e processos inovadores lançados no mercado; número de pedidos de patentes, e número de pesquisadores contratados..

A confiabilidade dos dados utilizados nos indicadores está amparada no § 1º, do Art. 14, do Decreto nº 5.798/2005 (Decreto que regulamentou a Lei do Bem) que prevê que toda a documentação relativa à utilização dos incentivos deverá mantida pela pessoa jurídica à disposição da fiscalização.

A SETEC vem promovendo inclusões anuais de novos aperfeiçoamentos no formulário (FORMP&D) tornando-o mais amigável às empresas e melhorando sensivelmente o entendimento sobre a aplicabilidade dos incentivos fiscais da referida Lei, dentre outras ações. Com isso, espera reduzir os desvios dos resultados dos indicadores em relação às metas.

Por intermédio da Lei do Bem, Capítulo III, o gasto do setor produtivo com P&D alcançou R\$ 9,25 bilhões em 2014, representando um investimento de 0,13% em relação ao PIB.

QUADRO 4.14.1 – INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS

R\$ bilhão

Gasto Tributário							
Ano	Metas				Renúncia/PIB %	Geração de Empregos*	
	Descrição	Indicador	Prev.	Real.		Diretos	Indiretos
2014	Renúncia Fiscal	R\$ bilhão	2,94	1,92	0,0004	-	-
2013	Renúncia Fiscal	R\$ bilhão	2,38	1,58	0,0003	-	-
2012	Renúncia Fiscal	R\$ bilhão	2,06	1,04	0,0002	-	-

Fonte: CGIT/SETEC/MCTI

*O Formpd não possui esse tipo de indicador.

QUADRO 4.14.2 – INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS EM P&D EM RELAÇÃO AO PIB 2006-2014

R\$ bilhão

Anos	Investimento (A)	PIB (B)	(%) (A/B)
2006	2,19 ⁽¹⁾	2.433,0 ⁽²⁾	0,09
2007	5,13 ⁽¹⁾	2.558,8 ⁽²⁾	0,20
2008	8,80 ⁽¹⁾	2.889,7 ⁽²⁾	0,30
2009	8,33 ⁽¹⁾	3.143,0 ⁽²⁾	0,27
2010	6,91	3.887,0 ⁽²⁾	0,17 ⁽¹⁾
2011	6,98	4,143 ⁽²⁾	0,16 ⁽¹⁾
2012	5,61	4.713 ⁽²⁾	0,12
2013	9,03	4.838 ⁽²⁾	0,18
2014	9,25	5.521,00 ⁽²⁾	0,13

Fonte: CGIT/SETEC/MCTI

¹ Valores revisados e corrigidos.

² Dados do IBGE.

Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional

**QUADRO 4.14.3 – RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS EM P&D
2006-2014**

Anos	Nº de Empresas		Nº de Projetos Avaliados (*)	Investimentos de P&D	Renúncia Fiscal	R\$ bilhão	
	Demanda	Recomendadas				Nº de Pesquisadores Contratados (**)	
						Mestres	Doutores
2006	130	130	-	2,19	0,23	-	-
2007	333	300	-	5,13	0,88	-	-
2008	552	460	-	8,8	1,58	-	-
2009	635	541	14.515	8,33	1,38	-	-
2010	875	639	16.824	7,10	1,70	2392	766
2011	962	767	19.309	6,84	1,40	2218	721
2012	1042	787	18.335	5,34	1,04	2215	768
2013	1158	977	16.990	6,73	1,58	3093	917
2014	1206	-	13.723	9,25	1,92	-	-

Fonte: CGIT/SETEC/MCTI

* O número de projetos avaliados somente foi contabilizado a partir de 2009.

** As informações sobre Pesquisadores Contratados (mestres e doutores) somente foram solicitadas às empresas após 2010. Os dados referentes ao ano base 2014 estão sendo levantados.

4.17 – INFORMAÇÕES SOBRE AS ATIVIDADES RELACIONADAS À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A SETEC apoia atividades relacionadas à pesquisa e desenvolvimento por intermédio dos incentivo às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas (Capítulo III da Lei do Bem, Inovar-Auto e Incentivos Regionais) e mediante fomento a projetos de pesquisa nas áreas de energia, bioenergia, recursos minerais, nanotecnologia, dentre outros setores.

(2015)

**Anexo Especial sobre Gestão de
Políticas de Renúncias de Receitas (AGRE)**

**Secretaria de
Desenvolvimento Tecnológico
e Inovação (MCTI)**

SecexDesenvolvimento – 1ª DT

Tribunal de Contas da União

Agosto de 2015

INTRODUÇÃO

As renúncias de receitas tributárias representam importante elemento indutor do desenvolvimento econômico, social e regional do país, mediante estímulos diretos e indiretos a, por exemplo, setores econômicos, bens e serviços determinados, categorias pessoais, profissionais e regiões geográficas.

Também denominados gastos tributários, representam despesas indiretas que, em princípio, poderiam ser substituídas por uma despesa pública direta, alocada a uma função orçamentária própria. Porém, ao invés de coletar a receita pelo sistema tributário para somente após empregar o recurso como despesa por meio do ciclo orçamentário (dotação, empenho, liquidação e pagamento), o Governo opta pela desoneração direta do setor e/ou grupo que seria beneficiado pelo gasto público, tornando a política governamental mais simples e objetiva.

As renúncias se inserem no sistema tributário por meio de anistias, remissões, subsídios, créditos presumidos, concessões de isenção em caráter não geral, alterações de alíquota ou modificações de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado. Esse é o conceito legal-orçamentário previsto no art. 14, § 1º, da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

Para os fins deste documento, deve-se compreender as políticas de renúncia de receitas como qualquer programa ou política pública estabelecida em lei cujo financiamento advinha de recursos de renúncia de receitas da União, nos termos previstos na LRF.

As informações apresentadas neste Anexo Especial sobre Gestão de Políticas de Renúncias de Receitas (AGRE) têm como objetivo **fomentar a publicidade, a transparência e o controle social** sobre a gestão dos recursos de renúncias fiscais (equivalentes às despesas públicas, portanto merecem atenção da sociedade).

Ademais, objetivam subsidiar os órgãos de controle interno e externo com informações relevantes para analisar a conformidade e o desempenho das unidades jurisdicionadas (UJs) responsáveis pela operacionalização das referidas políticas. Consequentemente, auxiliarão no julgamento da gestão, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por meio dos processos anuais de contas, nos termos do art. 71, inc. II, da Constituição Federal/88, e do art. 1º, inc. I, da Lei 8.443/92.

Por alimentar o processo de prestação de contas, o AGRE é apresentado como anexo ao Relatório de Gestão Anual do órgão ou entidade, ou seja, o documento no qual a UJ compartilha como seus objetivos foram alcançados ou dificultados por fatos ou decisões ocorridos na sua gestão, antecipando os esclarecimentos às questões ou dúvidas que possam proceder dos órgãos de controle, de orçamento e finanças, ou da própria sociedade, ao buscar conhecer o desempenho da gestão da UJ no exercício contemplado.

Nesse contexto, esse documento deve ser visto como complemento às informações do Relatório de Gestão Anual, com foco na gestão das políticas públicas cujo financiamento decorre de renúncias tributárias, e não do orçamento anual.

ITEM 1 - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ) e da(s) política(s) pública(s) de renúncia de receitas sob sua gestão

Quadro 1 – Identificação da UJ e políticas de renúncias de receitas geridas

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação			Código SIORG: 075234
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação			
Denominação Abreviada: Setec			
Código SIORG: 075234	Código LOA: 24101		Código SIAFI: 240115- SETEC
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão público da administração direta			CNPJ: 01.263.896/0029-65
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 7511-6/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2033-7800	(061) 2033-7765	
Endereço Eletrônico: setec@mcti.gov.br			
Página na Internet: http://www.mcti.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 3º andar, sala 387, CEP 70067-900- Brasília-DF			
Políticas Públicas de Renúncia de Receitas sob gestão da UJ			
Nome	Lei(s)	Decreto(s)	Subunidade responsável
Lei do Bem	Nº 11.196, de 21 de novembro de 2005	Decreto Nº 5.798, de 7 de junho de 2006	CGIT/SETEC/MCTI

1.1. Identidade funcional

Identificação dos principais administradores com atribuições relacionadas à gestão de políticas de renúncia de receitas.

Quadro 2 – Identificação dos gestores de políticas de renúncias de receitas geridas

Cargo	Nome	CPF	Período de gestão	Vínculo com o serviço público federal*
Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	Eronildo Braga Bezerra	026.220.412-68	15-12-2015 Atual	EFETIVO
Coordenador-Geral de Inovação Tecnológica	Carlos Alberto Lima Neri	042.090.106-00	29-08-2014 Atual	Comissão (04/2014)
Coordenador de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico	Aristeu Gomes Tininis	092.227.688-92	NOV/2014 Atual	EFETIVO

ITEM 2 - AMBIENTE DE ATUAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Instruções de preenchimento: sugere-se não ultrapassar cinco páginas para este item.

2.1. Ambiente de atuação da unidade

a) caracterização e comportamento do mercado de atuação: Participam dos incentivos fiscais referentes a Lei do Bem, empresas que trabalhem sob regime de lucro real, que não tenham tido prejuízo fiscal no ano base, e que tenham desenvolvido atividades de P, D&I, devidamente comprovadas.

b) A ameaça mais importante se mantém na instabilidade macroeconômica nos últimos anos, que tem contribuído diretamente nos valores investidos em P, D&I.

c) O relacionamento da CGIT com as empresas se dá através do preenchimento do formulário eletrônico, preenchido e enviado pelas empresas, e com posterior análises que seguem os conteúdos das Portarias 715 e 788 MCTI de 2014, disponíveis no site do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

d) Os riscos de mercado estão relacionados com a acirrada concorrência do mercado internacional e a estratégia para minimizá-lo é a ampla divulgação das possibilidades de incentivos fiscais ao desenvolvimento de tecnologias e inovações no mercado nacional.

e) Observa-se que a principal mudança de cenário ocorrida nos últimos exercícios foi o aumento de clareza por parte das empresas, que passam a entender que o investimento em pesquisa desenvolvimento e inovação gera maior competitividade, agregação de valores a produtos, processos e/ou serviços, gerando maior renda e oportunidades para as empresas.

No âmbito da economia propriamente dito, o crescimento do PIB decresceu de 4,3% ao ano - de 2005 a 2010, para 2% anuais em 2011 a 2013 e a expansão do investimento caiu de 9,2% para 2,3 % ao ano acarretando reflexos negativos diretamente na produção brasileira.

2.2. Planejamento Estratégico

Planejamento Estratégico

É um processo que envolve gestores de todos os níveis da organização e, normalmente prevê o futuro da organização, em relação ao longo prazo. De forma genérica, consiste em se ter o domínio e/ou conhecimento do que se deve executar e de que forma deve ser executado.

Comumente, o Planejamento é dividido em três estágios, a saber:

Planejamento Estratégico (fase de elaboração da estratégia);

Planejamento Tático; e

Planejamento Operacional.

No caso particular da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – SETEC, apesar de ainda não ter um Planejamento Estratégico podemos afirmar que, no caso particular da Coordenação de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico – COID (parte integrante da Coordenação Geral de Inovação Tecnológica – CGIT), desde o ano de 2009, tem realizado esforços no sentido de dispor de um “plano de trabalho” e de definir “metas” e identificar alguns “indicadores nas áreas de ciência e tecnologia” visando a consecução dos seus objetivos. Os relatórios anuais são publicados no sítio eletrônico do MCTI.

Neste sentido, as ações programadas encontram-se respaldadas em duas ações básicas:

- Plano de Trabalho traduzido pelo planejamento de atividades operacionais estratégicas para o alcance dos objetivos da unidade gestora (COID); e
- Elaboração de estudo prospectivo para definição de identificação de indicadores de C&T e de metas.

No primeiro caso, a Coordenação Geral de Inovação Tecnológica – CGIT, desde de 2009, vem realizando reuniões internas para discutir, avaliar e acompanhar o planejamento de atividades operacionais estratégicas das suas 3 (três) coordenações saber: **Incentivos ao desenvolvimento Tecnológico, propriedade Intelectual e Cooperação Tecnológica.**

No segundo caso, a COID optou por elaborar um estudo de projeção a longo prazo, onde foram adotadas algumas premissas ou cenários construídos a partir de diferentes percentuais (%) de crescimentos reais do PIB, dos índices de inflação e crescimento anual dos dispêndios em P&D estimado pelo percentual médio de crescimento ocorrido entre os anos de 2006 a 2009.

2.3. Informações complementares

Descrever as gestões realizadas junto à Secretaria-Executiva do MCTI e outras instâncias (a exemplo de Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria da Receita Federal e outros) com o objetivo de aprimorar a operacionalização das políticas de renúncia de receitas sob responsabilidade da UJ.

Criação de grupo de trabalho, com representantes da SEPIN/SETEC em conjunto com a SEXEC no sentido de propor subsídios para a elaboração do planejamento estratégico, aprimorar a operacionalização das políticas de renúncia de receitas, atendendo ao disposto no acordo 3695/2013 – TCU, relativo aos itens 9.1.1 e 9.1.2.

Informar as principais conquistas obtidas junto à Secretaria-Executiva do MCTI e outras instâncias (a exemplo de Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria da Receita Federal e outros) em relação a medidas externas de apoio ao aprimoramento da operacionalização das políticas de renúncia de receitas sob responsabilidade da UJ, decorrentes das gestões realizadas em exercícios anteriores.

Os trabalhos do grupo de trabalho se encontram em andamento, sendo que as discussões e contribuições dos participantes tem sido salutar para o aprimoramento dos trabalhos da COID.

Informar medidas concretas de atuação e envolvimento da alta direção (coordenadores-gerais e secretários) para consecução de objetivos relacionados à Lei do Bem, tais como: participação em grupos de trabalho, expedição de atos relacionados ao tema, realização de negociações com outras unidades e esferas de governo, resultados alcançados em suas gestões, entre outros.

A partir das várias mudanças ocorridas nos cargos de direção deste Ministério, este item está comprometido.

ITEM 3 – RESULTADOS DA GESTÃO E DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

3.1. Objetivo Estratégico nº 1 Descrição

Nome do objetivo	Atingir o patamar de R\$ 20 bilhões de investimento em PDI até 2016.
Responsável	Aristeu Gomes Tininis
Definição geral	Atingir o patamar de R\$ 20 bilhões de investimento em PDI até o ano base de 2016, no âmbito da Lei do Bem, com renúncia na ordem de R\$ 3,2 Bilhões. Tal patamar será verificado anualmente, pelas informações prestadas pelas empresas no FormP&D, onde pode ser observado a simplicidade, economicidade, mensurabilidade e auditabilidade dos valores informados.

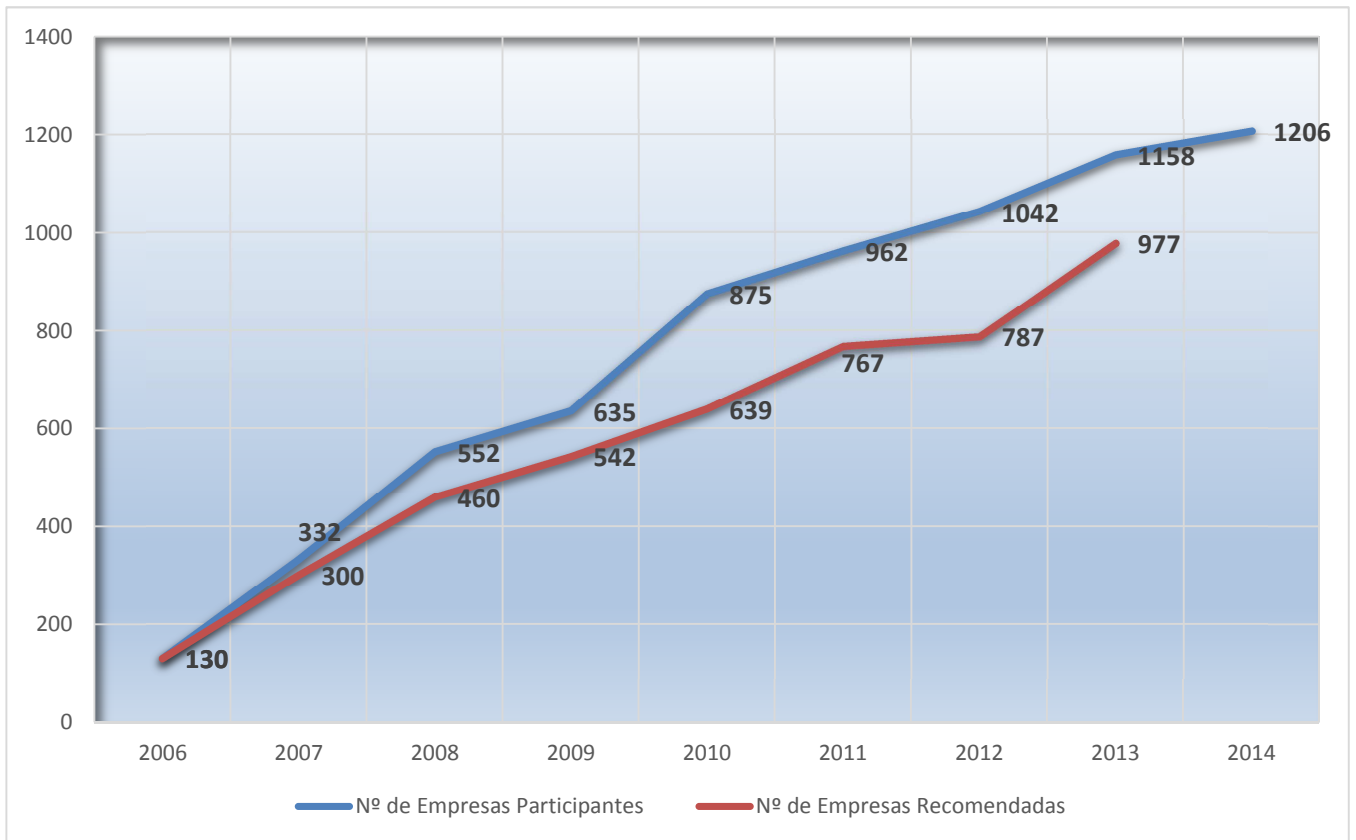
b) Análise

1. Descrição e balanço das atividades empreendidas no exercício, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico.

Não existe formalmente um plano estratégico, porém foram publicadas duas Portarias em 2014 (Portarias 715 e 788 de 2014), nas quais podem ser observados com total transparência os procedimentos de acolhimento, análise e divulgação dos resultados inerentes a Lei do Bem de cada ano.

2. Gráficos dos indicadores nos últimos exercícios.

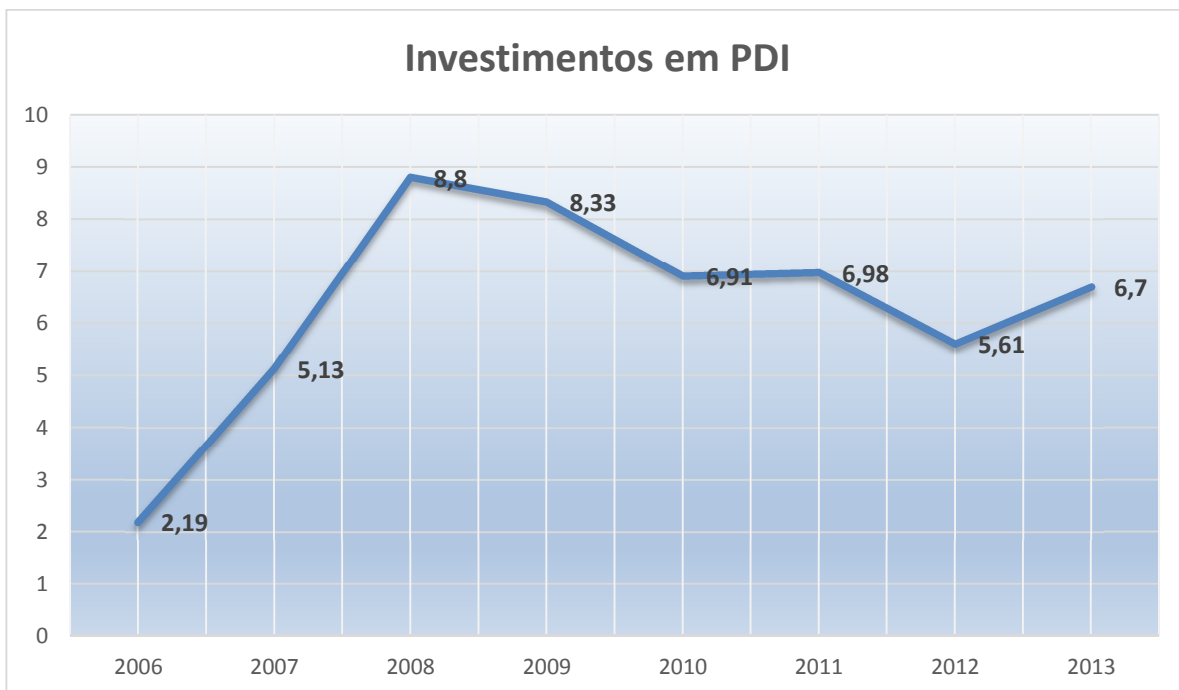
Gráfico 1 - Empresas participantes dos incentivos fiscais da Lei do Bem (aos dados do número de empresas classificadas agregou-se as empresas reenquadradas)



Fonte: SETEC MCTI

Gráfico 2 - Valores de investimentos em PDI das empresas participantes dos incentivos fiscais da Lei do Bem.

Observação: As análises referentes as 1206 empresas que apresentaram formulários ao MCTI, estão em processo de análise e tais informações serão disponibilizadas em relatório futuro – estimado para 07/2016.



3. O número de empresas participantes tem aumentado em média 10% ao ano, nos últimos 3 anos, porém os investimentos em PDI não seguem o mesmo comportamento. Tal situação será mostrada no item 5,6 tabela 01 do presente anexo, bem como as tabelas referentes aos demais indicadores.

Tabela 1 - Comparativo de indicadores dos três últimos exercícios analisados.

ANOS	Nº de empresas		Investimento em P&D (R\$ Milhões)		Renúncia Fiscal (R\$ Milhões)	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
2010	650	670	10.130	6.914	1.850	1.790
2011	770	787	12.185	6.983	1.980	1.441
2012	890	820	14.240	5.615	2.060	1.107
2013	1000	977	16.123	6.739	2.380	1.582

4. Análise da evolução temporal dos indicadores da tabela em comparação com as previsões (metas).

c) Conclusão

Avaliação de resultados e impactos socioeconômicos da política a partir da análise dos indicadores.

O número de empresas participantes tem aumentado em média 10% ao ano, nos últimos 3 anos, porém os investimentos em PDI não seguem o mesmo comportamento, provavelmente em virtude da instabilidade macroeconômica vivida pelo Brasil nos últimos anos.

Principais desafios a serem enfrentados nos próximos exercícios.

- Dinamizar e corrigir as falhas operacionais e sistemáticas no sentido de eliminar os riscos.
- Manutenção dos Comitês de Apoio Técnico devido a dificuldades orçamentárias.

Medidas ou estratégias planejadas para melhorar o desempenho das públicas de renúncia de receitas por meio do aperfeiçoamento operacional e/ou ações administrativas internas de responsabilidade da UJ.

- Aprimorar o conteúdo do FORMPD, com vistas a diminuir as dúvidas de entendimento a respeito das atividades de PDI.
- Intensificar a divulgação dos incentivos da Lei do Bem, por meio de palestras, workshops, entre outros recursos didáticos.

Propostas de alteração para aperfeiçoamento do marco normativo da política pública.

Não se aplica para o ano base 2013.

ITEM 4 – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO DA LEI DO BEM (LEI 11.196/2005)

4.1. Principais avanços na gestão das renúncias tributárias

4.2. Informatização de Processos de Trabalho

O quadro abaixo engloba a resposta aos itens 4.1 e 4.2.

Evento de Risco	Ação implementada	Etapas	Responsável	Data de		Produtos
				Início	Fim	
R1 (Extremamente Elevado 80)	Da análise de todo o material objeto do levantamento realizado pelo respeitável Tribunal de Contas da União – TCU e que levou à lavratura do acórdão 3695/2013, o MCTI concluiu que o TCU não considerou a transversalidade da política pública do Capítulo III da Lei do Bem, pois não separou nas atribuições de competências para diminuição dos riscos elencados quais são do MCTI e quais são da Receita Federal do Brasil. Cabe à RFB definir se a renúncia de cada empresa beneficiada é devida ou não. Esta competência (tributária) é exclusiva da RFB e também é dela o banco de dados que contém as informações das empresas que preencheram a Ficha 46 da DPIJ, a qual identifica as empresas que utilizaram estes incentivos. De posse das informações desta ficha, a qual o MCTI não tem permissão de acesso, e também das informações recebidas do MCTI com a lista das empresas que enviaram as informações no prazo legal, em obediência à legislação, a RFB consegue extrair aquelas que foram omisas em entregar o FORMP&D.	Criar procedimento de entrega de documentação para RFB	Caroline	01/10/2014	16/01/2015	Procedimento padrão para entrega de documentos para RFB
		Validar procedimento	Lima	19/01/2015	23/01/2015	
		Implementar procedimento	Lima	26/01/2015	30/01/2015	
R2 (Extremamente Elevado 64)	As informações serão prestadas por um único servidor via e-mail institucional, incentivos.fiscais@mct.gov.br, após formular uma resposta junto como Coordenador da área.	Criar procedimento padrão de resposta aos questionamentos	Aristeu	02/03/2015	02/04/2015	Procedimento padrão de resposta aos interessados
		Validar procedimento	Lima	06/04/2015	17/04/2015	
		Implementar procedimento	Lima	20/04/2015	01/05/2015	Procedimento padrão de atualização do FAC
		Criar procedimento padrão de atualização do FAC contendo as respostas às perguntas	Aristeu	02/03/2015	02/04/2015	
		Validar procedimento	Lima	06/04/2015	17/04/2015	
R3 (Médio 24)	O FORMPD ficará aberto até 31 de julho para que as empresas possam retificar e anexar documentação complementar. O MCTI tomará essa mesma providência todos os anos no período em que o sistema FORMPD fica ativo para preenchimento (de abril a 31 de julho)	Implementar procedimento	Lima	20/04/2015	01/05/2015	Empresas poderão fazer quantas modificações desejarem até o dia 31 de julho
		Criar procedimento padrão	Aristeu	28/04/2014	02/05/2014	
		Validar procedimento	Lima	05/05/2014	09/05/2014	
		Implementar procedimento	Lima	12/05/2014	15/05/2014	
R4 (Elevado 32)	Procedimento padrão para Pedido de Reconsideração dos formulários, após envio de Parecer, com prazo para manifestação da empresa e posterior criação de Parecer Complementar.	Criar procedimento de Pedido de Reconsideração	Aristeu	22/04/2014	02/05/2014	Procedimento de Pedido de Reconsideração
		Criar procedimento de recebimento de documentação	Aristeu	05/05/2014	16/05/2014	
		Criar portaria	Aristeu	19/05/2014	23/05/2014	
		Enviar portaria	Conjar	26/05/2014	13/06/2014	
		Enviar portaria para Ministro	Prata	16/06/2014	20/06/2014	
		Publicar portaria	Ministro	23/06/2014	27/06/2014	
		Validar procedimento	Lima	30/06/2014	04/07/2014	
		Implementar procedimento	Lima	07/07/2014	15/07/2014	
		R5 (Extremamente Elevado 80)	Inserir no FORMP&D elementos de preenchimento obrigatório que minimizem a superficialidade das informações, como aumentar a quantidade de informações obrigatórias para detalhamento do projeto. Esta ação está sendo implementada no FORMP&D de 2014, ano base 2013. Criar Procedimento de Revisão da Análise Individual de cada técnico pelo coordenador e do coordenador pelo coordenador geral em caso de divergência constatada. Criar Procedimento de Análise e Construção do Parecer. Envio dos pareceres às empresas e RFB, podendo assim o parecer elaborado pelo MCTI, ser questionado, em procedimento do Risco 4 (Pedido de Reconsideração), assim como a RFB entender a motivação do MCTI e em fiscalização obter entendimento diverso.	Definição dos novos campos obrigatórios	Aristeu	
Criar ordem de serviço para modificação do FORMP&D	Juliana			10/02/2014	14/02/2016	
Modificar código fonte com as modificações indicadas	CGTI			17/02/2014	11/04/2016	
Receber e testar sistema	Juliana			14/04/2014	24/04/2016	
Disponibilizar sistema para as empresas	Lima			25/04/2014	25/04/2016	
Procedimento de Revisão das Análises Individuais	Aristeu			05/01/2015	16/01/2015	
Validar procedimento	Lima			19/01/2015	23/01/2015	
Implementar procedimento	Lima			26/01/2015	30/01/2015	
Criar Procedimento de Análise e Construção do Parecer	Aristeu			22/04/2014	23/05/2014	
Validar procedimento	Lima			26/05/2014	30/05/2014	
R6 (Extremamente elevado 64)	Transformar o relatório de análise, de um check-list com comentário global sobre o programa para um relatório de análise, preferencialmente eletrônico, em que sejam analisados e motivados todos os projetos, inclusive com envio às empresas do parecer criado por meio dos comentários do avaliador para que esta possa requerer, em sede de Pedido de Reconsideração, uma renúncia, por meio de informações adicionais a serem prestadas pela empresa, num prazo de 30 dias, determinado em Portaria.	Detalhamento do módulo administrativo eletrônico	Aristeu	06/10/2014	28/11/2016	Módulo Administrativo de análise
		Criar ordem de serviço para modificação do FORMP&D	Juliana	01/12/2014	23/12/2016	
		Modificar código fonte com as modificações indicadas	CGTI	13/01/2015	10/04/2016	
		Receber e testar sistema	Juliana	13/04/2015	30/04/2016	
		Disponibilizar sistema para os servidores	Lima	04/05/2015	08/05/2016	
R7 (Extremamente elevado 64)	Criar Procedimento de Revisão das Análises Individuais, definido no Risco 5	Implementar procedimento R5	Lima	22/04/2014	30/01/2015	Procedimento de Revisão das Análises Individuais
R8 (Extremamente elevado 60)	Cabe à RFB verificar erro, fraude ou irregularidade em questões tributárias e realizar cruzamento com as informações detalhadas recebidas do MCTI, conforme procedimento detalhado no Risco 1	Implementar procedimento R1	Lima	01/10/2014	31/01/2015	Procedimento padrão para entrega de documentos para RFB
R9 (Extremamente elevado 100)	Cabe à RFB realizar o cruzamento entre as informações contidas na DPIJ (Ficha 46) e às enviadas pelo MCTI através do procedimento detalhado no Risco 1	Implementar procedimento R1	Lima	01/10/2014	31/01/2015	Procedimento padrão para entrega de documentos para RFB
R10 (Elevado 40)	A lei permite que sejam usufruídos concomitantemente, inclusive para os mesmos projetos, visto que os tributos renunciados incidem sobre bases de cálculo diferentes. Assim, a parte da redução de IPI prevista na Lei do Bem não é extensiva às empresas que fazem uso da Lei de Informática. Vide art. 26 da Lei do Bem	Realizar consulta com a CONJUR para consolidação do entendimento	Lima	02/06/2014	27/06/2014	Consolidação do entendimento acerca da dívida
R11 (Extremamente elevado 60)	A respeito de recebimento de informações não fidedignas em relação ao conteúdo e/ou valores dos dispêndios, cabe à RFB por ter competência legal em matéria tributária verificar erro, fraude em relação à eventual renúncia indevida de tributos. Assim, cabe à RFB realizar o cruzamento com a declaração das empresas receptoras, assim como a verificação por meio de fiscalização da veracidade das informações.	Implementar procedimento R1	Lima	01/10/2014	31/01/2015	Procedimento padrão para entrega de documentos para RFB
R12 (Extremamente elevado 60)	A respeito de recebimento de informações não fidedignas em relação ao conteúdo e/ou valores dos dispêndios, cabe à RFB por ter competência legal em matéria tributária verificar erro, fraude em relação à eventual renúncia indevida de tributos. Assim, cabe à RFB realizar o cruzamento com a declaração das empresas receptoras, assim como a verificação por meio de fiscalização da veracidade das informações.	Implementar procedimento R1	Lima	01/10/2014	31/01/2015	Procedimento padrão para entrega de documentos para RFB
R13 (Extremamente elevado 60)	As empresas não serão mais classificadas no Relatório. Todas serão todas listadas como beneficiárias. Todas receberão Parecer individualizado com as informações sobre os problemas identificados, listados por projetos, por dispêndios e sobre os incentivos utilizados, assim como uma indicação no caso de as informações recebidas sinalizarem, para o MCTI, que estão de acordo com a legislação	Criar procedimento de classificação das empresas para divulgação no relatório Validar procedimento Implementar procedimento	Caroline Lima Lima	05/01/2015 19/01/2015 26/01/2015	16/01/2015 23/01/2015 30/01/2015	Procedimento padrão para classificação das empresas que terão os nomes publicados no relatório de utilização dos incentivos fiscais
R14 (Extremamente elevado 60)	O procedimento a ser criado para minimizar o Risco 13 atenderá também a este risco.	Implementar procedimento R13	Lima	05/01/2015	30/01/2015	Procedimento padrão para classificação das empresas que terão os nomes publicados no relatório de utilização dos incentivos fiscais
R15 (Extremamente elevado 100)	Cabe à RFB verificar erro, fraude ou irregularidade em questões tributárias e realizar cruzamento com as informações detalhadas recebidas do MCTI, conforme procedimento detalhado no Risco 1	Implementar procedimento R1	Lima	01/10/2014	30/01/2015	Procedimento padrão para entrega de documentos para RFB

R16 (Extremamente elevado 100)	O procedimento a ser criado para minimizar o R13 atenderá também a este risco.	Implementar procedimento R13	Lima	05/01/2015	31/01/2015	Procedimento padrão para classificação das empresas que terão os nomes publicados no relatório de utilização dos incentivos fiscais
R17 (Extremamente elevado 100)	O procedimento a ser criado para minimizar o R4 atenderá também a este risco.	Implementação procedimento Risco 4	Lima	22/04/2014	15/07/2014	Procedimento de Pedido de Reconsideração
R18 (Extremamente elevado 60)	Em toda reunião participam ao menos 2 servidores do MCTI. Todas as informações são recebidas de forma eletrônica e todos os pareceres serão enviados a todas as empresas e à RFB.	Criar procedimento padrão de reunião	Caroline	16/06/2014	04/07/2014	Procedimento padrão de reunião
		Validar procedimento	Lima	07/07/2014	11/07/2014	
		Implementar procedimento	Lima	14/07/2014	18/07/2014	
R19 (Extremamente elevado 64)	A RFB emite as certidões de regularidade fiscal para as empresas e recebe as declarações de IR, podendo não permitir que as empresas que apresentem irregularidade fiscal preencham a ficha dos incentivos fiscais. Caso a RFB permita que empresas irregulares preencham, a RFB pode realizar os cruzamentos para fiscalizar as empresas. Cabe à RFB verificar erro, fraude ou irregularidade em questões tributárias e realizar cruzamento com as informações detalhadas recebidas do MCTI, conforme procedimento detalhado no Risco 1	Implementar procedimento R1	Lima	01/10/2014	31/01/2015	Procedimento padrão para entrega de documentos para RFB
R20 (Extremamente elevado 64)	A RFB emite as certidões de regularidade fiscal para as empresas e recebe as declarações de IR, podendo não permitir que as empresas que apresentem irregularidade fiscal preencham a ficha dos incentivos fiscais. Caso a RFB permita que empresas irregulares preencham, a RFB pode realizar os cruzamentos para fiscalizar as empresas. Cabe à RFB verificar erro, fraude ou irregularidade em questões tributárias e realizar cruzamento com as informações detalhadas recebidas do MCTI, conforme procedimento detalhado no Risco 1	Implementar procedimento R1	Lima	01/10/2014	31/01/2015	Procedimento padrão para entrega de documentos para RFB
R21 (Médio 24)	Modificar o FORMP&D para que todo novo documento seja recebido pelo mesmo e exista controle de quantas cópias dos formulários foram produzidas, e nome da pessoa que imprimiu no rodapé das páginas, para manter o controle das informações. Treinamento de todo novo servidor que tenha contato com o FORMP&D para que o mesmo mantenha o cuidado com os documentos, ressaltando o dever de todo servidor de resguardar o sigilo de informações confidenciais, conforme código de ética dos servidores. Manter todos os formulários impressos em armário de acesso limitado, trancado a chave e com câmeras de filmagem.	Detalhamento da modificação do FORMP&D	Caroline	05/01/2015	23/01/2015	FORMP&D com modificações sugeridas
		Criar ordem de serviço para modificação do FORMP&D	Juliana	16/01/2015	06/02/2015	
		Modificar código fonte com as modificações indicadas	CGTI	09/02/2015	10/04/2015	
		Receber e testar sistema	Juliana	13/04/2015	30/04/2015	
		Disponibilizar sistema para os servidores	Lima	04/05/2015	08/05/2015	
R22 (Extremamente elevado 64)	Criar no módulo administrativo do FORMP&D log de registro de modificações.	Detalhamento da modificação do FORMP&D	Caroline	06/10/2014	28/11/2014	Log de registro implementado no FORMP&D
		Criar ordem de serviço para modificação do FORMP&D	Juliana	01/12/2014	23/12/2014	
		Modificar código fonte com as modificações indicadas	CGTI	13/01/2015	10/04/2015	
		Receber e testar sistema	Juliana	13/04/2015	30/04/2015	
		Disponibilizar sistema para os servidores	Lima	04/05/2015	08/05/2015	
R23 (Elevado 48)	Criar documento de solicitação de novos servidores, baseado no aumento da carga de trabalho.	Criar documento de solicitação de novos servidores, baseado no aumento da carga de trabalho	Lima	07/04/2014	15/04/2014	Documento de solicitação de atendimento de carga de trabalho
		Envio de documento da Secretaria ao Departamento de Recursos Humanos do MCTI	Prata	15/04/2014	02/05/2014	
		Enviar solicitação ao MPOG	RH	05/05/2014	31/10/2014	
		Realizar novos concursos	RH	03/11/2014	27/11/2015	
R24 (Elevado 48)	Realização de seminários e eventos. Melhoria constante do FAQ disponibilizado no site do MCTI. Disponibilização no site da imagem do FORMP&D para as empresas terem acesso às informações que deverão preencher. Melhoria contínua dos campos com comentários e esclarecimentos do FORMP&D Modificação do fluxo de atividades da Coordenação. Realização de avaliação de efetividade da política	Atividade contínua	Lima	Atividade Contínua	Atividade Contínua	Melhoria contínua dos serviços/produtos da COID
R25 (Médio 20)	Implementação do processo definido no Risco 23	Implementar processo Risco 23	Lima	07/04/2015	27/11/2015	Documento de solicitação de atendimento de carga de trabalho

4.3. Recursos Humanos

a) Quadro de pessoal

Equipe da Coordenação Geral de Inovação Tecnológica - CGIT

Carlos Alberto Lima Neri

Coordenador Geral de Inovação Tecnológica;
Analista em Ciência & Tecnologia;

Área de formação:

- Engenheiro Agrônomo;
- Pós- Graduado em Administração Pública (FGV)

Tempo de serviço no MCTI: desde 1990;

Tempo de serviço na CGIT: desde de Agosto 2007

Atividades realizadas:

- Coordenador da CGIT ;
- Análise dos formulários; (atividade finalística)
- Atendimento as empresas; (atividade meio)

Aristeu Gomes Tininis

Coordenador de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico- COID;

Professor EBTT;

Área de formação:

- Licenciatura em Química;
- Doutorado Direto em Química (UNESP-IQ- Araraquara);

Tempo de serviço no MCTI: desde Novembro de 2014;

Tempo de serviço na CGIT: desde Novembro de 2014;

Atividades realizadas:

- Coordenador da COID;
- Análise dos formulários; (atividade finalística)
- Atendimento as empresas; (atividade meio)

Leonardo Burle Gripp Cotta (deixou o MCTI em ago/2015)

Coordenador Substituto de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico- COID;
Tecnologista;

Área de formação:

- Engenheiro de Controle e Automação- Mecatrônica;
- Especialista em Gestão Estratégica da Inovação e Gestão do Conhecimento;

Tempo de serviço no MCTI: desde Março de 2013

Tempo de serviço na CGIT: desde Março de 2013

Atividades realizadas:

- Análise dos formulários; (atividade finalística)
- Atendimento as empresas; (atividade meio)

Caroline Viriato Memória

Analista em Ciência & Tecnologia;

Área de formação:

- Graduada em Direito;
- Pós- Graduada em Direito Tributário e Direito do Trabalho;
- Mestra em Administração Pública;

Tempo de serviço no MCTI: desde Junho de 2009;

Tempo de serviço na CGIT: desde Junho de 2009

Atividades realizadas:

- Análise dos formulários; (atividade finalística)
- Atendimento as empresas; (atividade meio)
-

Daniela dos Reis Alves (deixou a equipe em jan/2016)

Tecnologista

Área de formação:

- Bacharel em Ciência da Computação;
- Especialista em Gestão de Projetos;
- Mestre em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação;

Tempo de serviço no MCTI: desde Março de 2013;

Tempo de serviço na CGIT: desde Março de 2013;

Atividades realizadas:

- Análise dos formulários; (atividade finalística)
- Atendimento as empresas; (atividade meio)

Jerônimo Goulart Cardozo

Assistente em Ciência & Tecnologia

Área de formação:

- Técnico em Contabilidade;
- Licenciado em História;

Tempo de serviço no MCTI: desde Março de 2013;

Tempo de serviço na CGIT: desde Março de 2013;

Atividades realizadas:

- Apoio a análise dos formulários; (atividade meio)

- Apoio ao atendimento as empresas; (atividade meio)

Juliana do Amaral Soares

Assistente em Ciência & Tecnologia

Área de formação:

- Bacharel em Sistemas de Informação;

Tempo de serviço no MCTI: desde Março de 2013;

Tempo de serviço na CGIT: desde Março de 2013;

Atividades realizadas:

- Apoio ao acompanhamento dos sistemas de Informática e dos indicadores; (atividade meio)
- Apoio ao atendimento as empresas; (atividade meio)

Eder Angelo Sanches

Coordenador Substituto de Incentivos ao Desenvolvimento Tecnológico- COID;
Tecnologista;

Área de formação:

- Engenharia Elétrica;
- Mestrado em Sistemas Mecatrônicos (em andamento).
-

Tempo de serviço no MCTI: desde Fevereiro de 2013

Tempo de serviço na CGIT: desde Ago de 2015.

Atividades realizadas:

- Análise dos formulários; (atividade finalística)
- Atendimento as empresas; (atividade meio)

Cristiane Pereira Ilha

Analista;

Área de formação: Administração e Direito.

- Pós Graduação em Administração Pública.
-

Tempo de serviço no MCTI: desde Maio de 2009

Tempo de serviço na CGIT: desde Nov de 2014

Atividades realizadas:

- Análise dos formulários; (atividade finalística)
- Atendimento as empresas; (atividade meio)

b) Avaliação

A equipe de pessoal é pequena frente aos objetivos almejados. Com a publicação da Portaria 788/2014 MCTI, que estabelece a criação dos comitês de apoio técnico (CATs), melhorou a análise das atividades de PDI das empresas. As análises do ano base 2013 se encerraram em 12/2015.

Apresentar eventuais mudanças quantitativas e qualitativas na força de trabalho e períodos de afastamento de quaisquer colaboradores com impacto na rotina das subunidades encarregadas da gestão da Lei do Bem. Existe o pleito da SETEC junto aos dirigentes do MCTI, no sentido de reforçar a contratação de mais analistas. Quando do afastamento de colaboradores, as atividades são devidamente distribuídas entre os encarregados da gestão da Lei do Bem.

Não foram efetuados treinamentos no exercício pela equipe.

4.4. Normatização e Procedimentos

Síntese das inovações normativas de qualquer nível (leis, decretos, regulamentos, portarias, resoluções, portarias interministeriais etc.) relacionadas às regras da Lei do Bem ocorridas no exercício.

- **Instrução Normativa Nº 1.187, de 29 de agosto de 2011**

Disciplina o Capítulo III da Lei do Bem

- **LEI COMPLEMENTAR - Nº 123, de 14 de dezembro de 2006**

Capítulo X - Estímulo à Inovação

- **Portarias nºs 715 e 788 (2014) MCTI**

Disciplinam a criação de comitês de apoio técnico e possibilidade de pedido de reconsideração dos pareceres.

Síntese das inovações realizadas no último exercício em termos de normatização de rotinas e/ou procedimentos administrativos da unidade, com objetivo de aprimoramento de controles administrativos (e.g. manuais de procedimentos, instruções de serviço, fluxogramas de atividades, construção de bancos de dados, roteiros de análise etc.).

Vide respostas aos itens 4.1 e 4.2.

Síntese da participação e dos resultados (finais ou parciais) da atuação da Coordenação Geral de Inovação Tecnológica (CGIT) na Comissão Técnica Interministerial do Marco Legal da Inovação, cujo objetivo é a identificação e a proposição de medidas de interesse comum que contribuam para a implementação e o aperfeiçoamento da Lei 11.196/2005 (Lei do Bem). Caso a comissão não esteja mais em funcionamento, explicar os motivos para sua desativação e as medidas práticas adotadas para suceder suas atribuições, se for o caso.

Fruto desta comissão observa-se importantes esforços junto ao Congresso Nacional no sentido de conduzir a uma profunda revisão e ampliação da Lei de Inovação, por exemplo, a edição da Lei 12.813/2013 que trata de aperfeiçoar os mecanismos de relação universidade – empresa. O MCTI está envidando esforços no sentido de reativar a Comissão Técnica Interministerial do Marco Legal da Inovação.

ITEM 5 – DADOS E INDICADORES DE GESTÃO DA LEI DO BEM (LEI 11.196/2005)

Instruções de preenchimento: sugere-se não ultrapassar quinze páginas para este item.

5.1. Dados Gerais

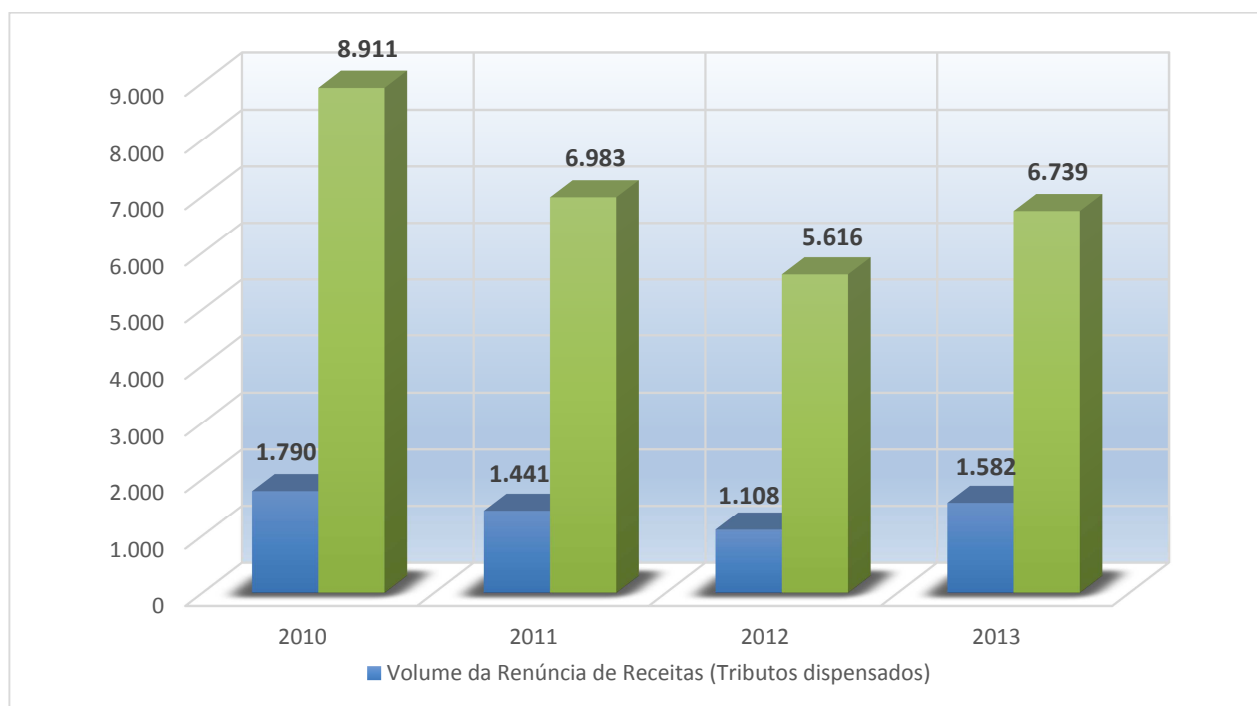
a) *Volume de renúncia fiscal e contrapartidas (investimentos em PD&I)*

Dar transparência aos valores renunciados e investidos a título de contrapartida. Explicar em nota os casos em que os valores indicados são preliminares por dependerem de análise e aceitação dos dispêndios por parte do MCTI.

Tabela 2 – Valores Renunciados e Contrapartida do benefício fiscal

Ano-base*	Número de empresas beneficiadas	Volume da renúncia de receitas (Tributos dispensados)	Contrapartida (Investimento em PD&I)
2010	670	1790	8911
2011	787	1441	6983
2012	820	1107	5615
2013	977	1582	6.739
TOTAIS	3254	5920	28248

Gráfico 3 – Valores Renunciados e Contrapartida do benefício fiscal: apresentar gráfico de linhas com os números da tabela acima, com valores dispostos no eixo Y e os anos-base no eixo X. Apresentar número de empresas beneficiadas com gráfico de linhas sobreposto.



b) Perfil e valores do setor apoiado e da política pública

Apresentar tabela com os seguintes dados relativos ao último exercício cuja informação esteja disponível e ao imediatamente anterior (informar a quais exercícios se refere). Indicar, em nota, as fontes das informações.

Tabela 3 – Dados básicos sobre relevância e materialidade da política pública.

	2011	2012	2013
Total de empresas beneficiárias	787	820	977
Total de empresas beneficiárias com faturamento positivo	772	988	1094
Nº de empresas beneficiárias cuja origem do capital é nacional	504	541	643
Nº de empresas beneficiárias cuja origem do capital é estrangeira	243	240	285
Nº de empresas beneficiárias cuja origem do capital é misto	40	39	49
Receita Líquida Total das empresas beneficiadas	R\$ 1.170.294.066,43	R\$ 1.097.102.926,82	R\$ 1.384.461.541,72
Quantidade de projetos de PD&I realizados pelas empresas beneficiárias	16.024	14.693	14.673
Valor dispendido em projetos de PD&I pelas empresas beneficiárias x1000	R\$ 6.729.535,95	R\$ 5.487.659,86	R\$ 6.742.108,98
Valor dispendido em recursos humanos em projetos de PD&I pelas empresas beneficiárias x 1000	R\$ 4.107.548,05	R\$ 3.211.102,17	R\$ 5.082.290,65

Quantidade de empresas que introduziram produto tecnologicamente novo ou significamente aperfeiçoado para empresa, mas já existente no mercado nacional	459	519	620
Quantidade de empresas que introduziram produto tecnologicamente novo ou significamente aperfeiçoado para o mercado nacional	390	386	504
Quantidade de empresas que introduziram processo tecnologicamente novo ou significamente aperfeiçoado para empresa, mas já existentes no mercado nacional	308	350	431
Quantidade de empresas que introduziram processo tecnologicamente novo ou significamente aperfeiçoado para o mercado nacional	216	238	266
Quantidade de empresas que introduziram serviço tecnologicamente novo ou significativamente aperfeiçoado para empresa, mas já existente no mercado nacional.	69	70	53
Quantidade de empresas que introduziram serviço tecnologicamente novo ou significativamente aperfeiçoado, para o mercado nacional	75	51	42
Quantidade de empresas que pleiteara patentes, registros e cultivares ou outros direitos de propriedade intelectual no ano-base de referência	168	175	182
Quantidade de empresas que pleitearam patente, registros de cultivares ou outros direitos de propriedade intelectual durante a utilização dos benefícios da Lei do Bem	-	-	-
Renúncia Fiscal do IR	R\$ 1.059.191,66	R\$ 814.402,54	R\$ 1.163.438,69
Renúncia Fiscal do IPI	R\$ 328,73	R\$ 285,03	R\$ 419,66
Renúncia Fiscal da CSLL	R\$ 381.309,00	R\$ 293.184,91	R\$ 418.837,93
Total de Recursos Humanos vinculados às beneficiárias	1.644.028	1.630.287	2.013.240
Recursos Humanos Nível Superior	∞	∞	∞

Recursos Humanos em PD&I	56.249	51.698	60.092
Recursos Humanos em PD&I de nível superior	48.097	44.458	47.066

c) Perfil dos dispêndios dos projetos de PD&I por modalidade

Apresentar tabela com o perfil dos dispêndios dos projetos de PD&I, de acordo com as destinações possíveis previstas na lei.

Tabela 4 – Perfil dos dispêndios dos projetos de PD&I

x R\$1.000,00

Rúbricas	Ano Base		
	2011	2012	2013
1. Recursos Humanos	4.107.548,05	3.211.102,17	5.082.290,65
2. Serviços de Terceiros (Somatório 2.1 + 2.2 +2.3)	1.762.189,75	1.740.210,36	2.245.600,70
2.1. Contratados (Somatório U + I + I)	680.359,20	828.315,61	1.082.216,65
2.1.a. Universidades	349.461,13	352.657,20	335.703,28
2.1.b. Instituições de Pesquisa	328.733,43	474.654,02	744.476,04
2.1.c. Inventores Independentes	2.164,64	1.004,39	2.037,33
2.2. Valores Transferidos (Somatório M + E + I)	93.277,12	131.272,93	214.297,15
2.2.a. Micro Empresas	38.551,75	59.551,25	102.450,26
2.2.b. Empresas de Pequeno Porte	54.333,02	70.381,33	110.959,08
2.2.c. Inventor Independente	392,35	1.340,36	887,82
2.3. Outros (Decreto 5.798/2006, art. 2º, inc. II, alínea "e")	988.553,43	780.621,82	949.086,90
3. Material de consumo	939.614,02	532.551,61	704.739,02
4. Remessa por Tecnologias do Exterior (inciso V do art. 3º do Decreto nº 5.798/06)	∞	∞	∞
5. Dispêndio em ICT ou por entidades científicas e tecnológicas privadas sem fins lucrativos (Lei 11.196/2005, art.19-A)	-	-	-
6. Total de Custeio (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	6.809.351,83	5.483.864,14	8.032.630,37
7. Bens Intangíveis (art. 17, IV da Lei 11.196/05)	22.471,31	9.242,09	11.483,22
8. Equipamentos Nacionais	91.422,59	90.774,70	41.280,60
9. Equipamentos Importado	56.777,79	31.553,98	63.167,58
10. Material Permanente	3.108,37	454,97	-
11. TOTAL DE DISPÊNDIOS DE CAPITAL (7+8+9+10)	173.780,06	132.025,75	115.931,40
12. TOTAL GERAL	6.983.131,89	5.615.889,88	8.148.561,77

* $t - 1$ = ano-base anterior ao de referência do relatório de gestão, considerando a defasagem de envio das informações em relação à gestão; $t - 2$ = dois anos-base anteriores ao de referência do relatório de gestão, e assim sucessivamente. Ao preencher a tabela definitiva, substituir os códigos pelos exercícios (2014, por exemplo).

Avaliar os motivos de eventual concentração ou desconcentração no perfil dos dispêndios por modalidade, conforme tabela acima.

d) Perfil de uso das modalidades legais de deduções fiscais

Apresentar tabela com os valores declarados pelas empresas beneficiadas (com FormP&D aprovado após análise técnica do MCTI) sobre as deduções utilizadas, conforme fundamento legal, no respectivo ano-base.

Tabela 5 – Perfil das renúncias tributárias por modalidade legal (Lei 11.196/2005)

x R\$1.000,00

Rubricas	Ano Base		
	2011	2012	2013
1. DEDUÇÃO, para efeito de apuração do lucro líquido, da soma dos dispêndios de custeio realizados no Ano Base (art. 3º, I) - Pesquisadores, Serviço de Terceiro, Apoio Técnico e Material de Consumo	6.825.089,10	6.421.030,83	8.011.858,31
2. DEDUÇÕES ADICIONAIS			
2.1. DEDUÇÃO, para efeito de apuração do lucro líquido e da base de cálculo da CSLL, de até 60% da soma dos dispêndios realizados no Ano Base (art. 8º ou art. 16 - caso de atividade de informática e automação)	3.784.536,64	3.195.743,35	4.263.473,74
2.2. Mais 20%, no caso de incremento do número de pesquisadores contratados com dedicação exclusiva no Ano Base acima de 5%, em relação à média dos pesquisadores com contrato no ano anterior (inc. I do §1º do art. 8º ou art. 16 - caso de atividade de informática e automação) - se aplicável	417.037,25	457.376,85	673.626,03
2.3. Mais 10%, no caso de incremento do número de pesquisadores contratados com dedicação exclusiva no Ano Base em até 5%, em relação à média dos pesquisadores com contrato no ano anterior (inc. II do §1º do art. 8º ou art. 16 - caso de atividade de informática e automação) - se aplicável.	27.261,86	18.042,71	13.360,04
2.4. Sem prejuízo das deduções adicionais anteriores, mais 20%, no caso de patente concedida ou cultivar registrado (§4º do art. 8º) - se aplicável	6216,36	3.659,63	4.552,03
2.5. De 50% a 250% dos dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica executada por ICT (inc. I do §1º do art. 19A da Lei nº 11.196/05)	1714,55	2.886,04	250,00
3. TOTAL DE DEDUÇÕES (3) = 2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5	4.236.766,66	3.677.708,58	4.955.261,84
4. REDUÇÕES DO IPI			
4.1. 50% do IPI incidente sobre equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos nacionais destinados à PD&I (inc. II do art. 3º)	84,99	214,77	182,13
4.2. 50% do IPI incidente sobre equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos importados destinados à PD&I (inc. II do art. 3º)	243,74	132,76	210,41
5. TOTAL DA REDUÇÃO DO IPI (4) = 4.1 + 4.2	328,73	132,76	392,55
6. REDUÇÃO a zero da alíquota do IR na fonte incidente sobre as remessas ao exterior destinadas aos pagamentos de registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares (inc. VI do art. 3º)	738,68	2131,33	1.715,83
7. TOTAL DOS INCENTIVOS (7) = 3 + 5 + 6	4.237.834,06	2.131,33	4.957.370,22
8. DEPRECIAÇÃO ACELERADA INTEGRAL			
8.1. Dos equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos destinados à PD&I (inc. III do art. 3º)	173.626,98	218.178,40	70.726,31

8.2. Dedução do saldo não depreciado dos equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos destinados à PD&I, no ano em que for concluída a sua utilização(art. 9º)	5384,29	6.728,40	10.398,67
9. TOTAL DE DEPRECIAÇÃO ACELERADA INCENTIVADA(8) = 8.1 + 8.2	179.011,27	224.906,80	81.124,98
10. AMORTIZAÇÃO ACELERADA			
10.1. Dedução dos dispêndios relativos à aquisição de bens intangíveis destinados à PD&I, no Ano Base (inc. IV do art. 3º)	13.400,21	3.119,01	10.684,07
10.2. Dedução do saldo não amortizado dos dispêndios relativos à aquisição de bens intangíveis destinados à PD&I, no ano em que for concluída a sua utilização (art. 9º)	-	-	-
11. TOTAL DA AMORTIZAÇÃO ACELERADA (10.1 + 10.2)	13.400,21	3.119,01	10.684,07
12. Total da depreciação e amortização acelerada (9+11)	192.411,48	228.025,81	91.809,05

* $t - 1$ = ano-base anterior ao de referência do relatório de gestão, considerando a defasagem de envio das informações em relação à gestão; $t - 2$ = dois anos-base anteriores ao de referência do relatório de gestão, e assim sucessivamente. Ao preencher a tabela definitiva, substituir os códigos pelos exercícios (2014, por exemplo).

Avaliar de forma crítica os motivos de eventual subutilização de modalidades legais de benefício, se for o caso, bem como os motivos prováveis que dão causa ao fato.

Apresentar tabela com os valores da tabela anterior divididos pelo número de empresas beneficiadas (FormP&D aprovado após análise técnica do MCTI) no respectivo ano-base.

Tabela 6 – Perfil das renúncias tributárias por modalidade legal (Lei 11.196/2005) per capita

x R\$1.000,00

Rubricas	Ano Base		
	2011	2012	2013
1. DEDUÇÃO, para efeito de apuração do lucro líquido, da soma dos dispêndios de custeio realizados no Ano Base (art. 3º, I) - Pesquisadores, Serviço de Terceiro, Apoio Técnico e Material de Consumo	6.985,76	6.572,19	8.200,47
2. DEDUÇÕES ADICIONAIS			
2.1. DEDUÇÃO, para efeito de apuração do lucro líquido e da base de cálculo da CSLL, de até 60% da soma dos dispêndios realizados no Ano Base (art. 8º ou art. 16 - caso de atividade de informática e automação)	3.873,63	3.270,98	4.363,84
2.2. Mais 20%, no caso de incremento do número de pesquisadores contratados com dedicação exclusiva no Ano Base acima de 5%, em relação à média dos pesquisadores com contrato no ano anterior (inc. I do §1º do art. 8º ou art. 16 - caso de atividade de informática e automação) - se aplicável	426,85	468,14	689,48
2.3. Mais 10%, no caso de incremento do número de pesquisadores contratados com dedicação exclusiva no Ano Base em até 5%, em relação á média dos pesquisadores com contrato no ano anterior (inc. II do §1º do art. 8º ou art. 16 - caso de atividade de informática e automação) - se aplicável.	27,90	18,47	13,67
2.4. Sem prejuízo das deduções adicionais anteriores, mais 20%, no caso de patente concedida ou cultivar registrado(§4º do art. 8º) - se aplicável	6,36	3,75	4,66
2.5. De 50% a 250% dos dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica executada por ICT(inc. I do §1º do art. 19A da Lei nº 11.196/05)	1,75	2,95	0,26
3. TOTAL DE DEDUÇÕES (3) = 2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5	4.336,51	3.764,29	5.071,92
4. REDUÇÕES DO IPI			
4.1. 50% do IPI incidente sobre equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos nacionais destinados à PD&I (inc. II do art. 3º)	0,09	0,22	0,19
4.2. 50% do IPI incidente sobre equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos importados destinados à PD&I (inc. II do art. 3º)	0,25	0,14	0,22
5.TOTAL DA REDUÇÃO DO IPI (4) = 4.1 + 4.2	0,34	0,14	0,40
6. REDUÇÃO a zero da alíquota do IR na fonte incidente sobre as remessas ao exterior destinadas aos pagamentos de registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares (inc. VI do art. 3º)	0,76	2,18	1,76
7. TOTAL DOS INCENTIVOS (7) = 3 + 5 + 6	4.337,60	2,18	5.074,07
8. DEPRECIACÃO ACELERADA INTEGRAL	-	-	-
8.1. Dos equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos destinados à PD&I (inc. III do art. 3º)	177,71	223,31	72,39
8.2. Dedução do saldo não depreciado dos equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos destinados à PD&I, no ano em que for concluída a sua utilização(art. 9º)	5,51	6,89	10,64

9. TOTAL DE DEPRECIAÇÃO ACELERADA INCENTIVADA(8) = 8.1 + 8.2	183,23	230,20	83,03
10. AMORTIZAÇÃO ACELERADA			
10.1. Dedução dos dispêndios relativos à aquisição de bens intangíveis destinados à PD&I, no Ano Base (inc. IV do art. 3º)	13,72	3,19	10,94
10.2. Dedução do saldo não amortizado dos dispêndios relativos à aquisição de bens intangíveis destinados à PD&I, no ano em que for concluída a sua utilização (art. 9º)	-	-	-
11. TOTAL DA AMORTIZAÇÃO ACELERADA (10.1 + 10.2)	13,72	3,19	10,94
12. Total da depreciação e amortização acelerada (9+11)	196,94	233,39	93,97

* $t - 1$ = ano-base anterior ao de referência do relatório de gestão, considerando a defasagem de envio das informações em relação à gestão; $t - 2$ = dois anos-base anteriores ao do relatório de gestão, e assim sucessivamente. Ao preencher a tabela definitiva, substituir os códigos pelos exercícios (2014, por exemplo).

5.2. Demanda por benefícios fiscais da Lei do Bem

a) Rotatividade de empresas beneficiárias (turnover)

Indicador 1 – Rotatividade de empresas beneficiárias ano a ano

Informar índices de rotatividade conforme fórmula abaixo, para cada um dos três últimos três anos-base:

$$IRt = \left[\frac{A + B}{2} \times 100 \right] / C$$

Onde:

IRt = Índice de Rotatividade no ano-base 2013,

A = quantidade de empresas novas que apresentaram formulário FormP&D no ano-base 2013, ou seja, que não haviam se beneficiado da Lei do Bem no ano-base 2012, mas se beneficiaram no último exercício;

380 Empresas

B = quantidade de empresas que deixaram de apresentar formulário FormP&D no ano-base 2013, isto é, deixaram de se beneficiar da Lei do Bem no respectivo exercício, mas haviam se beneficiado em 2012

223 Empresas

C = número de empresas beneficiadas pela Lei do Bem no último ano-base 2013 considerar beneficiárias cujos formulários FormP&D foram aceitos após análise técnica conclusiva.

977 Empresas

IRt (Índice de Rotatividade no ano-base 2013) = 26,71

SETOR	QT DE EMPRESAS
Agroindústria	3
Alimentos	31
Bens de Consumo	22
Construção Civil	5
Eletroeletrônica	24
Farmacêutica	7
Mecânica e Transporte	87
Metalurgia	9
Mineração	4
Moveleira	4
Outros	88

REGIÃO	QT DE EMPRESAS
CENTRO-OESTE	8
NORDESTE	15
NORTE	6
SUDESTE	237
SUL	114
TOTAL	380

Papel e Celulose	5
Química	18
Software	53
Telecomunicações	6
Têxtil	14
Total	380

Indicador 1 – Rotatividade de empresas beneficiárias ano a ano

Informar índices de rotatividade conforme fórmula abaixo, para cada um dos três últimos três anos-base:

$$IRt = \left[\frac{A + B}{2} \times 100 \right] / C$$

Onde:

IRt = Índice de Rotatividade no ano-base 2012,

A = quantidade de empresas novas que apresentaram formulário FormP&D no ano-base 2012, ou seja, que não haviam se beneficiado da Lei do Bem no ano-base 2011, mas se beneficiaram no último exercício;

299 Empresas

B = quantidade de empresas que deixaram de apresentar formulário FormP&D no ano-base 2012, isto é, deixaram de se beneficiar da Lei do Bem no respectivo exercício, mas haviam se beneficiado em 2011

219 Empresas

C = número de empresas beneficiadas pela Lei do Bem no último ano-base 2012 considerar beneficiárias cujos formulários FormP&D foram aceitos após análise técnica conclusiva.

820 Empresas

IRt (Índice de Rotatividade no ano-base 2012) = 31,58

SETOR	QT DE EMPRESAS
Agroindústria	3
Alimentos	32
Bens de Consumo	14
Construção Civil	6
Eletroeletrônica	20
Farmacêutica	8
Mecânica e Transporte	42
Metalurgia	12
Mineração	4
Moveleira	6
Outros	71
Papel e celulose	4
Química	30
Software	39
Telecomunicação	3
Têxtil	5
TOTAL	299

REGIÃO	QT DE EMPRESAS
Centro-Oeste	5
Nordeste	14
Norte	7
Sudeste	188
Sul	85
TOTAL	299

IRt = Índice de Rotatividade no ano-base 2011,

A = quantidade de empresas novas que apresentaram formulário FormP&D no ano-base 2011, ou seja, que não haviam se beneficiado da Lei do Bem no ano-base 2010, mas se beneficiaram no último exercício;

305 Empresas

B = quantidade de empresas que deixaram de apresentar formulário FormP&D no ano-base 2011, isto é, deixaram de se beneficiar da Lei do Bem no respectivo exercício, mas haviam se beneficiado em 2010

218 Empresas

C = número de empresas beneficiadas pela Lei do Bem no último ano-base 2011 considerar beneficiárias cujos formulários FormP&D foram aceitos após análise técnica conclusiva.

787

IRt (Índice de Rotatividade no ano-base 2011) = 33,22

SETOR	QT DE EMPRESAS
Agroindústria	6
Alimentos	24
Bens de Consumo	20
Construção Civil	4
Eletroeletrônica	27
Farmacêutica	10
Mecânica e Transporte	42
Metalurgia	16
Mineração	5
Moveleira	6
Outros	79
Papel e Celulose	4
Petroquímica	3
Química	22
Software	32
Telecomunicações	1
Têxtil	4
TOTAL	305

REGIÃO	QT DE EMPRESAS
Centro-Oeste	12
Nordeste	22
Norte	8
Sudeste	180
Sul	83
TOTAL	305

b) Rotatividade de dispêndios de P&D como consequência da rotatividade de empresas (turnover de PD&I)

Indicador 2 – Rotatividade de dispêndios de PD&I sob a égide da Lei do Bem

Informar índices de rotatividade conforme fórmula abaixo, para cada um dos três últimos três anos-base:

$$RPt = \left[\frac{VA + VB}{2} \times 100 \right] / VC$$

Onde:

RPt = Índice de Rotatividade de dispêndios de PD&I no ano-base 2013 como consequência da rotatividade de empresas (turnover de PD&I);

VA = valor total (R\$) dos investimentos em PD&I de empresas novas que apresentaram formulário FormP&D no ano-base 2013, ou seja, que não haviam se beneficiado da Lei do Bem no ano-base 2012, mas se beneficiaram no último exercício;

R\$ 2.452.060.658,63

VB = valor total (R\$) dos investimentos em PD&I de empresas que deixaram de apresentar formulário FormP&D no ano-base 2013, isto é, deixaram de se beneficiar da Lei do Bem no respectivo exercício, mas haviam se beneficiado em 2012;

R\$ 841.706.740,90

VC = valor total (R\$) dos investimentos em PD&I de empresas beneficiadas pela Lei do Bem no último ano-base – considerar beneficiárias cujos formulários FormP&D foram aceitos após análise técnica conclusiva.

R\$ 6.739.942.273,82

RPt (Índice de Rotatividade de dispêndios de PD&I no ano-base 2013 como consequência da rotatividade de empresas) = 24,43

RPt = Índice de Rotatividade de dispêndios de PD&I no ano-base 2012 como consequência da rotatividade de empresas (turnover de PD&I);

VA = valor total (R\$) dos investimentos em PD&I de empresas novas que apresentaram formulário FormP&D no ano-base 2012, ou seja, que não haviam se beneficiado da Lei do Bem no ano-base 2011, mas se beneficiaram no último exercício;

R\$ 905.008,21

VB = valor total (R\$) dos investimentos em PD&I de empresas que deixaram de apresentar formulário FormP&D no ano-base 2012, isto é, deixaram de se beneficiar da Lei do Bem no respectivo exercício, mas haviam se beneficiado em 2011;

R\$ 848.981,11

VC = valor total (R\$) dos investimentos em PD&I de empresas beneficiadas pela Lei do Bem no último ano-base – considerar beneficiárias cujos formulários FormP&D foram aceitos após análise técnica conclusiva.

R\$ 5.615.904,91

RPt (Índice de Rotatividade de dispêndios de PD&I no ano-base 2012 como consequência da rotatividade de empresas) = 15,62

Avaliação sobre os principais entraves que dificultam entrada e os que geram saída de empresas do regime de benefícios fiscais da Lei do Bem. Avaliar o padrão de empresas (segundo porte, setor de atuação ou outras características) que costumam ser instáveis quanto ao usufruto da Lei do Bem, isto é, que saíram ou entraram recentemente do regime de benefícios fiscais ora tratados.

SETOR	INVESTIMENTO EM PD&I
Agroindústria	11.829,37
Alimentos	40.031,46
Bens de Consumo	20.267,85
Construção Civil	27.304,04
Eletroeletrônica	67.350,71
Farmacêutica	49.019,29
Mecânica e Transporte	74.350,49
Metalurgia	139.749,48
Mineração	34.519,87
Moveleira	5.887,55
Outros	268.511,23
Papel e celulose	6.689,75
Química	45.846,48
Software	96.447,35
Telecomunicação	13.973,44
Têxtil	3.229,86
TOTAL	905.008,21

REGIÃO	INVESTIMENTO EM PD&I
Centro-Oeste	5.408,72
Nordeste	18.862,56
Norte	23.175,24
Sudeste	706.225,53
Sul	151.336,16
TOTAL	905.008,21

c) Rotatividade de dispêndios de P&D como consequência da rotatividade de empresas (turnover de PD&I)

Indicador 2 – Rotatividade de dispêndios de PD&I sob a égide da Lei do Bem

Informar índices de rotatividade conforme fórmula abaixo, para cada um dos três últimos três anos-base:

$$Rpt = \left[\frac{VA + VB}{2} \times 100 \right] / VC$$

Onde:

Rpt = Índice de Rotatividade de dispêndios de PD&I no ano-base 2011 como consequência da rotatividade de empresas (turnover de PD&I);

VA = valor total (R\$) dos investimentos em PD&I de empresas novas que apresentaram formulário FormP&D no ano-base 2011, ou seja, que não haviam se beneficiado da Lei do Bem no ano-base 2010, mas se beneficiaram no último exercício;

R\$ 733.154,56

VB = valor total (R\$) dos investimentos em PD&I de empresas que deixaram de apresentar formulário FormP&D no ano-base 2011, isto é, deixaram de se beneficiar da Lei do Bem no respectivo exercício, mas haviam se beneficiado em 2010;

R\$ 848.981,11

VC = valor total (R\$) dos investimentos em PD&I de empresas beneficiadas pela Lei do Bem no último ano-base – considerar beneficiárias cujos formulários FormP&D foram aceitos após análise técnica conclusiva.

R\$ 6.983.148,72

Rpt (Índice de Rotatividade de dispêndios de PD&I no ano-base 2011 como consequência da rotatividade de empresas) = 22,65

Avaliação sobre os principais entraves que dificultam entrada e os que geram saída de empresas do regime de benefícios fiscais da Lei do Bem. Avaliar o padrão de empresas (segundo porte, setor de atuação ou outras características) que costumam ser instáveis quanto ao usufruto da Lei do Bem, isto é, que saíram ou entraram recentemente do regime de benefícios fiscais ora tratados.

SETOR	INVESTIMENTO EM PD&I
Agroindústria	2.629,30
Alimentos	41.770,06
Bens de Consumo	20.996,06
Construção Civil	5.465,95
Eletroeletrônica	129.315,67
Farmacêutica	31.091,86
Mecânica e Transporte	81.370,07
Metalurgia	52.123,17
Mineração	14.507,52
Moveleira	2.600,38
Outros	284.646,79
Papel e Celulose	9.830,25
Petroquímica	613,88
Química	16.321,11
Software	32.927,07
Telecomunicações	3.018,30
Têxtil	3.927,14
TOTAL	733.154,56

REGIÃO	INVESTIMENTO EM PD&I
CENTRO-OESTE	32.357,62
NORDESTE	34.266,84
NORTE	14.518,91
SUDESTE	559.753,52
SUL	92.257,67
TOTAL	733.154,56

d) Estabilidade de empresas no regime da Lei do Bem

Indicador 3 – Estabilidade de empresas no regime da Lei do Bem

Informar índices de estabilidade conforme fórmula abaixo, para cada um dos três últimos três anos-base:

$$IEt = \frac{EE}{[z + y + z]/3} \times 100$$

Onde:

IEt = Índice de Estabilidade de Empresas no regime da Lei do Bem entre 2012 e 2010 (horizonte de três anos-base)

EE = quantidade de empresas estáveis no regime da Lei do Bem, ou seja, que apresentaram formulário FormP&D nos anos-base 2012, 2011 e 2010 – mantém-se no regime da Lei do Bem há pelo menos três anos;

402 Empresas

z = número de empresas beneficiadas pela Lei do Bem no ano-base 2013 – considerar beneficiárias cujos formulários FormP&D foram aceitos após análise técnica conclusiva.

977 Empresas

x = número de empresas beneficiadas pela Lei do Bem no ano-base 2012 – considerar beneficiárias cujos formulários FormP&D foram aceitos após análise técnica conclusiva.

820 Empresas

y = número de empresas beneficiadas pela Lei do Bem no ano-base 2011 – considerar beneficiárias cujos formulários FormP&D foram aceitos após análise técnica conclusiva.

787 Empresas

IEt (Índice de Estabilidade de Empresas no regime da Lei do Bem entre 2012 e 2010) = 46,67

Avaliação do padrão de empresas (segundo porte, setor de atuação ou outras características) que costumam ser estáveis quanto ao usufruto da Lei do Bem, isto é, que se mantêm há pelo menos três anos nesse regime de benefícios fiscais.

SETOR	QT DE EMPRESAS
Agroindústria	8
Alimentos	23
Bens de Consumo	27
Construção Civil	7
Eletroeletrônica	34
Farmacêutica	25
Mecânica e Transporte	71
Metalurgia	23
Mineração	12
Moveleira	7
Outros	78
Papel e Celulose	8
Petroquímica	1
Química	50
Software	23
Telecomunicações	3
Têxtil	2
TOTAL	402

ORIGEM DO CAPITAL CONTROLADOR	QTDE EMPRESAS
Estrangeiro	129
Misto	23
Nacional	250
TOTAL	402

REGIÃO	QT DE EMPRESAS
Centro-Oeste	6
Nordeste	17
Norte	4
Sudeste	249
Sul	126
TOTAL	402

5.3. Dados Complementares

Apresentar tabelas, diagramas ou dados especificados nos itens abaixo, segundo formato usual nos relatórios anuais da utilização dos incentivos fiscais do MCTI:

a) número de empresas que declararam ter usufruído o benefício, por região geográfica, no exercício de referência do relatório de gestão e nos dois anteriores, em confronto com a quantidade de empresas habilitadas após análise técnica do ministério;

Região	Nº Empresas que declararam ter usufruído o Benefício Fiscal			Nº de Empresas Habilitadas		
	Ano Base 2011	Ano Base 2012	Ano Base 2013	Ano Base 2011	Ano Base 2012	Ano Base 2013
Sudeste	567	634	711	476	505	604
Sul	324	332	362	251	257	307
C-Oeste	18	17	22	13	12	16
Norte	16	18	19	13	12	13
Nordeste	37	41	44	34	34	37
Totais	962	1042	1158	787	820	977

b) número de empresas que declararam ter usufruído do benefício fiscal para a área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I), por atividade econômica, nos três exercícios anteriores e o total dessas empresas que foram habilitadas após análise técnica do ministério;

Setor	Nº Empresas que declararam ter usufruído o Benefício Fiscal			Nº de Empresas Habilitadas		
	Ano Base 2011	Ano Base 2012	Ano Base 2013	Ano Base 2011	Ano Base 2012	Ano Base 2013
Agroindústria	16	12	14	13	12	13
Alimentos	74	82	83	57	68	71
Bens de Consumo	66	65	71	54	52	59
Construção Civil	13	14	16	13	11	16
Eletroeletrônica	77	80	87	65	62	72
Farmacêutica	40	43	49	37	42	39
Mecânica e Transportes	178	180	207	157	127	189
Metalurgia	52	54	48	43	50	43
Mineração	13	18	20	13	18	19
Moveleira	30	30	23	21	24	15
Papel e Celulose	16	17	18	15	17	17
Petroquímica	5	1	1	4	1	1
Química	76	99	107	66	98	96
Software	88	116	139	59	71	98
Telecomunicação	15	14	13	2	3	9
Textil	13	14	17	10	6	17
Outras Indústrias	190	203	245	153	158	203
Totais	962	1042	1158	782	820	977

c) montante (R\$) de recursos financeiros aplicados a título de contrapartida pelas empresas habilitadas, segmentado por despesas de custeio e de capital, segregado por região geográfica, nos três exercícios anteriores, em confronto com os montantes renunciados nesse período;

x R\$1.000,00

Região	Ano Base 2011			
	Despesas de Custeio	Despesas de Capital	Total de Investimento	Renúncia Fiscal
CENTRO-OESTE	37.775,38	2.227,56	40.002,94	8.732,48
NORDESTE	120.789,01	2.323,78	123.112,79	29.969,36
NORTE	22.505,71	288	22.793,71	5.338,34
SUDESTE	5.581.019,31	130.577,38	5.711.596,70	1.142.001,65
SUL	1.047.262,42	38.380,17	1.085.642,59	254.787,57
Totais	6.809.351,83	173.796,90	6.983.148,72	1.440.829,39

Região	Ano Base 2012			
	Despesas de Custeio	Despesas de Capital	Total de Investimento	Renúncia Fiscal
CENTRO-OESTE	30.538,43	-	30.538,43	6.773,78
NORDESTE	99.166,64	3.004,01	102.170,65	23.865,40
NORTE	158.412,22	8,42	158.420,65	42.296,41
SUDESTE	4.279.868,63	119.804,44	4.399.673,06	817.662,65
SUL	915.893,24	9.208,88	925.102,12	217.274,25
Totais	5.483.879,16	132.025,75	5.615.904,91	1.107.872,49

Região	Ano Base 2013			
	Despesas de Custeio	Despesas de Capital	Total de Investimento	Renúncia Fiscal
CENTRO-OESTE	87.589,65	-	87.589,65	18.337,78
NORDESTE	155.762,73	2.319,14	158.081,87	38.261,39
NORTE	302.784,00	-	302.784,00	78.665,48
SUDESTE	4.960.480,59	63.405,01	5.023.885,60	1.180.601,25
SUL	1.137.559,83	32.207,25	1.169.767,08	266.920,93
Totais	6.644.176,79	97.931,40	6.742.108,20	1.582.786,82

d) montante (R\$) de recursos financeiros aplicados a título de contrapartida pelas empresas habilitadas, segmentado por despesas de custeio e de capital, segregado por atividade econômica, nos três exercícios anteriores, em confronto com os montantes renunciados nesse período;

x
x R\$1.000,00

Setor	Ano Base 2011			
	Despesas de Custeio	Despesas Capital	Total	Renúncia Fiscal
Agroindústria	56.353,88	-	56.353,88	11.608,03
Alimentos	121.897,61	2.051,89	123.949,50	26.635,57
Bens de Consumo	344.687,77	1.428,86	346.116,63	86.279,81
Construção Civil	62.904,08	869,22	63.773,29	13.824,25
Eletroeletrônica	497.200,61	3.941,72	501.142,33	111.809,89
Farmacêutica	327.352,11	8.664,25	336.016,37	76.393,11
Mecânica e Transportes	2.820.899,23	60.957,69	2.881.856,91	553.832,33
Metalurgia	174.451,30	17.487,54	191.938,84	38.865,14
Mineração	54.466,78	6.097,83	60.564,61	12.340,52
Moveleira	31.445,15	3.302,47	34.747,63	6.978,59
Papel e Celulose	38.505,87	58,62	38.564,50	9.338,50
Petroquímica	750.834,12	39.607,48	790.441,60	153.273,90
Química	285.372,08	909,74	286.281,81	66.698,23
Software	230.179,46	5.972,18	236.151,64	55.892,56
Telecomunicação	50.621,37	1.140,24	51.761,61	13.658,49
Têxtil	12.825,06	380,95	13.206,00	2.655,97
Outras Indústrias	949.355,36	20.926,22	970.281,57	200.744,49
Totais	6.809.351,83	173.796,90	6.983.148,72	1.440.829,39

Setor	Ano Base 2012			
	Despesas de Custeio	Despesas Capital	Total	Renúncia Fiscal
Agroindústria	75.243,79	-	75.243,79	18.726,37
Alimentos	194.040,61	865,93	194.906,54	43.890,88
Bens de Consumo	405.462,14	4.883,13	410.345,26	103.283,43
Construção Civil	84.528,26	-	84.528,26	18.267,79
Eletroeletrônica	488.714,41	10.225,31	498.939,71	119.305,66
Farmacêutica	429.324,00	17.356,55	446.680,54	99.267,76
Mecânica e Transportes	1.052.319,54	6.183,12	1.058.502,66	258.631,53
Metalurgia	222.476,33	6.922,29	229.398,62	46.910,54
Mineração	138.233,70	1.219,44	139.453,14	32.340,99
Moveleira	21.447,22	367,43	21.814,65	4.551,76
Papel e Celulose	44.410,78	-	44.410,78	10.056,74
Petroquímica	759.335,87	20.900,74	780.236,61	194,48
Química	331.721,43	981,78	332.703,21	81.195,07
Software	291.455,87	711,56	292.167,43	71.953,36

Telecomunicação	11.586,11	-	11.586,11	2.577,08
Têxtil	8.445,04	52,23	8.497,27	1.647,37
Outras Indústrias	925.134,07	61.356,25	986.490,32	195.071,67
Totais	5.483.879,16	132.025,75	5.615.904,91	1.107.872,49

Setor	Ano Base 2013			
	Despesas de Custeio	Despesas Capital	Total de Investimento	Renúncia Fiscal
Agroindústria	85.172,70	-	85.172,70	20.614,93
Alimentos	99.222,42	10.872,14	110.094,56	22.419,98
Bens de Consumo	453.302,73	2.179,67	455.482,40	106.548,90
Construção Civil	112.833,32	-	112.833,32	25.958,03
Eletroeletrônica	748.805,84	5.116,34	753.922,18	183.446,96
Farmacêutica	358.109,27	21.198,45	379.307,72	84.759,93
Mecânica e Transportes	2.370.545,11	5.291,51	2.375.836,62	563.193,77
Metalurgia	171.923,11	291,00	172.214,11	37.985,46
Mineração	255.113,48	8.229,54	263.343,01	62.174,49
Moveleira	21.916,71	4.480,65	26.397,36	5.351,75
Papel e Celulose	32.873,78	32,42	32.906,21	7.888,64
Petroquímica	-	-	-	110,85
Química	472.109,87	1.214,81	473.324,68	116.958,54
Software	277.157,60	367,08	277.524,68	69.273,20
Telecomunicação	43.760,57	5.107,24	48.867,80	10.044,89
Têxtil	18.289,01	21,57	18.310,58	4.453,42
Outras Indústrias	1.123.041,29	33.528,99	1.156.570,27	261.603,10
Totais	6.644.176,79	97.931,40	6.742.108,20	1.582.786,82

e) montante (R\$) das renúncias tributárias segmentado por região geográfica, nos três exercícios anteriores (t-1, t-2 e t-3);

x R\$1.000,00

Região	Ano Base		
	2011	2012	2013
CENTRO-OESTE	8.732,48	6.494,11	18.337,78
NORDESTE	29.969,36	39.736,81	38.261,39
NORTE	5.338,34	22.685,35	78.665,48
SUDESTE	1.142.001,65	1.497.358,75	1.180.601,25
SUL	254.787,57	223.804,87	266.920,93
Totais	1.440.829,39	1.790.079,88	1.582.786,82

f) quantidade de patentes e de registro de cultivares gerados a partir dos benefícios fiscais da Lei do Bem, conforme declarado pelas empresas beneficiadas, em relação ao último exercício cujos dados dos FormP&D já estejam consolidados, bem como o total acumulado desde a vigência da lei;

g) número de pessoas jurídicas dedicadas exclusivamente à pesquisa e desenvolvimento tecnológico e que fizeram uso dos benefícios da Lei do Bem, em relação ao último exercício cujos dados dos FormP&D já estejam consolidados;

h) número e perfil das ICTs contratadas por pessoas jurídicas beneficiadas pela Lei do Bem, em relação ao último exercício cujos dados dos FormP&D já estejam consolidados.

5.4. Avaliação de benefícios fiscais por meio de formulários FormP&D

a) Situação do estoque de formulários FormP&D

Apresentar tabelas que retratem a situação do estoque de formulários FormP&D analisados, em análise ou pendentes de análise, conforme os seguintes modelos: TABELAS NÃO PREENCHIDAS POR IMPOSSIBILIDADE DE COLETA DE DADOS.

Tabela 8 – Estoque de formulários FormP&D para análise

Ano-base*	Formulários apresentados		Formulários apresentados com análise técnica concluída**		Formulários cuja análise foi objeto de recurso administrativo		Formulários com análise técnica de recurso concluída	
	Qtde. (A)	Valor Total em R\$ (B)	Qtde. (B)	% (B/A)	Qtde. (C)	% (C/A)	Qtde. (D)	% (D/A)
2013	1158		1158	1	720	0,628	720	0,628
TOTAIS								

* $t - 1$ = exercício imediatamente anterior ao de referência do relatório de gestão, e assim sucessivamente. Ao preencher a tabela definitiva, substituir os códigos pelos exercícios (2014, por exemplo).

** Informar, em nota, quantos não foram analisados no mérito por motivos excepcionais (não utilização de benefício, solicitação de exclusão por parte da empresa beneficiária etc.).

Discorrer sobre o tempo médio necessário para análise dos formulários apresentados, data aproximada de conclusão de todas as análises dos formulários FormP&D do último ano-base (considerar eventuais incrementos ou perdas de força de trabalho no ano), bem como o comportamento da demanda das empresas por recursos administrativos em relação ao ano-base anterior.

b) Aceitação de gastos de PD&I

Apresentar tabelas que evidenciem o grau de aceitação ou reprovação de projetos de PD&I apresentados pelas empresas, por valor e por quantidade de projetos. TABELAS NÃO PREENCHIDAS POR IMPOSSIBILIDADE DE COLETA DE DADOS.

Tabela 9 – Estoque de formulários FormP&D para análise

Ano-base*	Formulários apresentados		Índice de valores de dispêndios de PD&I recusados		Índice de quantidade de projetos de PD&I recusados		Índice de quantidade de projetos de PD&I recusados e objeto de recurso	
	Qtde. (A)	Valor Total em R\$ (B)	Valores em R\$ (C)	% (=C/B)	Qtde. (D)	% (=D/A)	Valor em R\$ (E)	% (=E/C)
2013	1158							
TOTAIS								

* $t - 1$ = exercício imediatamente anterior ao de referência do relatório de gestão, e assim sucessivamente. Ao preencher a tabela definitiva, substituir os códigos pelos exercícios (2014, por exemplo).

Discorrer sobre o índice de projetos e valores relativos aos projetos de PD&I recusados, bem como os casos objeto de recurso. Evidenciar os problemas mais comuns que levam os projetos a serem glosados, bem como medidas para evitar a reincidência das impropriedades por parte das empresas.

5.5. Avaliação qualitativa do PD&I incentivado pela Lei do Bem

Realizar análise crítica sobre os resultados dos investimentos em pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica realizados pelas empresas beneficiárias no(s) último(s) ano(s) sempre que possível com o uso de indicadores finalísticos dotados dos atributos desejáveis de confiabilidade, utilidade e mensurabilidade (ref. Portaria-TCU 277/2010, subitem 2.4.3).

Avaliar a conveniência e oportunidade de aproveitar metodologias, índices, dados e resultados já disponíveis no mercado, a exemplo da Pesquisa de Inovação (Pintec), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o *ranking* da escola de negócios *IMD Foundation Board*, ressaltando a forma como esses dados devem ser interpretados no universo mais restrito das beneficiárias da Lei do Bem *versus* amplitude das pesquisas.

Também podem ser informados e comparados ao público da Lei do Bem, por exemplo: taxas de inovação setoriais, quantidade de produtos ou serviços inovadores, número e taxa de crescimento de empresas inovadoras em processos, produtos ou serviços, número e taxa de empresas certificadas por normas técnicas, gastos de PD&I face às vendas/faturamento/valor adicionado, *cases* de sucesso em inovação, técnicos qualificados nos projetos, números de patentes, exportação, implantação de laboratórios, treinamentos em capacitação e formação de recursos humanos de alto nível, qualificação de projetos, trabalhos publicados, assim como formação de mestres e doutores oriundos desses investimentos. Podem ser aproveitadas conclusões de estudos acadêmicos ou técnicos disponíveis no mercado, desde que indicadas as fontes.

5.6. Direcionamento e regionalização dos benefícios socioeconômicos da Lei do Bem

a) Regionalização dos investimentos em PD&I

Apresentar tabela com a quantidade e valor total de projetos de terceiros vigentes no exercício *t-1**. TABELAS NÃO PREENCHIDAS POR IMPOSSIBILIDADE DE COLETA DE DADOS.

Tabela 10 – Distribuição dos projetos de PD&I por tipo e região

UF	Tipo de projeto	Quantidade	Valores (R\$)	Quantidade Total	Total Regional (R\$)
Centro-Oeste	Próprio				
	Contratados				
Nordeste	Próprio				
	Contratados				
Norte	Próprio				
	Contratados				
Sudeste	Próprio				
	Contratados				
Sul	Próprio				
	Contratados				

* *t - 1* = exercício imediatamente anterior ao de referência do relatório de gestão, e assim sucessivamente. Ao preencher a tabela definitiva, substituir os códigos pelos exercícios (2014, por exemplo).

Gráfico – Distribuição dos projetos de PD&I por tipo e região geográfica: apresentar gráfico de pizza com os valores em R\$ da tabela acima, indicando a distribuição geográfica dos investimentos em PD&I da Lei do Bem.

b) Direcionamento dos investimentos em PD&I contratados junto a terceiros

Tabela 11 – Direcionamento dos investimentos em projetos de PD&I contratados ou transferidos a terceiros

*Os valores monetários deverão ser multiplicados por x R\$ 1000,00

Ano Base 2011					
Região	Terceiro envolvido	Quantidade	Valores R\$	Quantidade Total	Total Regional
Centro- Oeste	Universidades	3	2.498,44	27	11.785,97
	Inst. Pesquisa *	22	9.287,53		
	Inventor Independente	0	-		
	Micro e Pequenas Empresas	2	-		
Nordeste	Universidades	12	6.021,51	244	23.807,37
	Inst. Pesquisa	106	14.997,21		
	Inventor Independente	11	148,61		
	Micro e Pequenas Empresas	115	2.640,05		
Norte	Universidades	8	126,78	98	633,60
	Inst. Pesquisa	63	208,71		
	Inventor Independente	7	-		
	Micro e Pequenas Empresas	20	298,11		
Sudeste	Universidades	455	336.484,93	4908	654.183,49
	Inst. Pesquisa	1931	275.631,57		
	Inventor Independente	96	1.579,65		
	Micro e Pequenas Empresas	2426	40.487,34		
Sul	Universidades	192	4.329,46	1197	43.541,16
	Inst. Pesquisa	309	28.608,43		
	Inventor Independente	1	436,38		
	Micro e Pequenas Empresas	695	10.166,89		

Ano Base 2012					
Região	Terceiro envolvido	Quantidade	Valores R\$	Quantidade Total	Total Regional
Centro- Oeste	Universidades	3	505,66	27	6.546,14
	Inst. Pesquisa *	22	5.890,47		
	Inventor Independente	0	-		
	Micro e Pequenas Empresas	2	150,01		
Nordeste	Universidades	12	1.302,53	244	20.202,67
	Inst. Pesquisa	106	13.929,85		
	Inventor Independente	11	211,97		
	Micro e Pequenas Empresas	115	4.758,32		
Norte	Universidades	8	11.834,16	98	116.501,28
	Inst. Pesquisa	63	103.274,00		
	Inventor Independente	7	89,86		
	Micro e Pequenas Empresas	20	1.303,26		
Sudeste	Universidades	455	332.705,44	4908	700.276,42
	Inst. Pesquisa	1931	265.882,82		
	Inventor Independente	96	696,76		
	Micro e Pequenas Empresas	2426	100.991,40		
Sul	Universidades	192	6.309,41	1197	114.721,67
	Inst. Pesquisa	309	85.676,88		
	Inventor Independente	1	5,80		
	Micro e Pequenas Empresas	695	22.729,58		

Ano Base 2013					
Região	Terceiro envolvido	Quantidade	Valores R\$ *	Quantidade Total	Total Regional
Centro- Oeste	Universidades	2	181.675,81	2	181.675,81
	Inst. Pesquisa *	17	4.532.321,11		
	Inventor Independente	-	-		
	Micro e Pequenas Empresas	47	1.759.674,83		
Nordeste	Universidades	21	3.313.767,80	21	3.313.767,80
	Inst. Pesquisa	57	9.685.300,62		
	Inventor Independente	2	17.058,72		
	Micro e Pequenas Empresas	93	3.168.229,44		
Norte	Universidades	3	25.045,00	3	25.045,00
	Inst. Pesquisa	42	6.813.389,98		
	Inventor Independente	0	-		
	Micro e Pequenas Empresas	45	1.716.473,31		
Sudeste	Universidades	757	312.513.354,84	757	312.513.354,84
	Inst. Pesquisa	1530	668.391.478,67		
	Inventor Independente	62	1.319.468,11		
	Micro e Pequenas Empresas	2837	145.413.315,06		
Sul	Universidades	132	19.669.438,41	132	19.669.438,41
	Inst. Pesquisa	849	55.053.549,62		
	Inventor Independente	113	700.804,63		
	Micro e Pequenas Empresas	1520	61.351.641,86		

5.6 AVALIAÇÃO QUALITATIVA DO P,D&I INCENTIVADO PELA LEI DO BEM

Os incentivos fiscais do Capítulo III da do Bem (Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005), além de estimular as empresas a realizarem atividades de P,D&I, tem como foco também a criação de um ambiente favorável à inovação no País fortalecendo, inclusive o Plano de Ação da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2012 - 2015.

A ENCTI prevê para a Macrometa 1 – Elevar Dispêndio Nacional em P,D&I/PIB para 1,80% até o ano de 2014, onde estima-se que 0,90% conte com a participação das empresas e 0,90% seja contrapartida do governo. Nesta composição de esforços de desenvolvimento tecnológico, evidentemente o Capítulo III da Lei do Bem que trata dos investimentos em P,D&I das empresas tem tido participação importante para a construção da referida macrometa 1. Haja vista que, em 2008, os investimentos das empresas nas áreas de P,D&I em relação do PIB Brasil chegou a atingir 0,30%, conforme demonstrado na Tabela 7.

TABELA 7 - INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS NAS ÁREAS DE P&D EM RELAÇÃO AO PIB BRASIL
(Anos 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012)

Anos	Investimento (A)	Invest. – Renúncia Fiscal (B)	PIB (C)	(%) (A/C)	(%) (B/C)
2006	2,19 ⁽¹⁾	1,96	2.410,0 ⁽²⁾	0,09	0,08
2007	5,13 ⁽¹⁾	4,25	2.718,0 ⁽²⁾	0,19	0,16
2008	8,80 ⁽¹⁾	7,22	3.108,0 ⁽²⁾	0,28	0,23
2009	8,33 ⁽¹⁾	6,95	3.328,0 ⁽²⁾	0,25	0,21
2010	8,91 ⁽¹⁾	7,33	3.887,0 ⁽²⁾	0,19	0,14
2011	6,84 ⁽¹⁾	5,44	4.375,0 ⁽²⁾	0,16	0,12
2012	5,34 ⁽¹⁾	4,30	4.713,0 ⁽²⁾	0,11	0,09
2013	6,73 ⁽¹⁾	5,15	4.840,0 ⁽²⁾	0,14	0,11

(1) Fonte: SETEC/MCTI - Valores revisados e corrigidos

(2) Dados do IBGE.

Tendo como marco conceitual a adoção de algumas premissas ou cenários construídos onde se levou em consideração os percentuais médios do crescimento anual do dispêndio em P,D&I, da participação do número de empresas e dos valores de renúncias fiscais ocorridos entre 2006 e 2009, a equipe técnica dos incentivos da Lei do Bem (COID/MCTI) projetou algumas metas para o período de 2009 a 2015, conforme Tabela 8.

TABELA 8 – METAS DO CAPÍTULO III DA LEI DO BEM

ANOS	Nº de empresas		Investimento em P&D (R\$ Milhões)		Renúncia Fiscal (R\$ Milhões)	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
2006	160	130	1.890	2.192	210	229
2007	320	300	4.140	5.138	600	884

2008	440	460	7.200	8.804	1.300	1.582
2009	580	542	8.100	8.331	1.500	1.383
2010	650	670 (*)	10.130	8.911 (*)	1.850	1.790 (*)
2011	770	787 (*)	12.185	6.983 (*)	1.980	1.144 (*)
2012	890	820 (*)	14.240	5.615 (*)	2.060	1.107 (*)
2013	1.000	977	16.123	6.740	2.380	1.583
2014	1.100	-	18.835	-	2.943	-
2015	1.200	-	20.548	-	3.210	-

Fonte: SETEC/MCTI

(*) Valores revisados e corrigidos

(**) Os resultados realizados relativo ao ano de 2014 estarão disponíveis até o mês de junho de 2016.

No âmbito do Capítulo III da Lei do Bem identificamos alguns outros indicadores estratégicos para a análise crítica sobre os resultados dos investimentos em P,D&I, tais como:

TABELA 9 – INDICADORES ESTRATÉGICOS DO P,D&I NO AMBITO DA LEI DO BEM

R\$ Milhão

Ano Base	Indicadores							
	Nº de Produtos e Processos Inovadores		Investimento em PD&I	Receita Líquida	Investimentos em PD&I / Receita Líquida (%)	Nº de Pedidos de Patentes	Nº de Pesquisadores Contratados	
	Produtos	Processos					Mestres	Doutores
2010	803	482	8.914	834.242	0,01	1083	2392	766
2011	849	524	6.983	1.170.294	0,01	2217	2218	721
2012	905	588	5.615	1.015.270	0,01	1933	2215	768
2013	1124	697	6.739	1.384.462	0,01	1596	3359	1017

Indicador: Nº de Produtos e Processos Inovadores Lançados no Mercado

Considerações Preliminares

Os indicadores de C,T&I ora selecionados na Tabela 09 tem por objetivo tratar no âmbito do Capítulo III da Lei do Bem tem como objetivo específico valorizar a divulgação dos resultados qualitativos e quantitativos dos investimentos realizados em P,D&I, cujas ferramenta é de fundamental importância para acompanhar e avaliar as atividades técnico-científicas das empresas beneficiárias da Lei do Bem.

A globalização, a competitividade (como condição de sobrevivência no mercado) e a rapidez das evoluções no campo de C,T&I bem como o agravamento das incertezas no mundo econômico exigem do governo novos modelos de tomada de decisão e de ação. Sem dúvida, cabe aos tomadores de decisão terem a convicção de que não só basta dispor de uma base de dados confiável e efetiva sobre C,T&I, mas também contar com um sistema de indicadores capaz de dar conta da árdua tarefa de bem avaliar a aplicação dos recursos públicos.

Indicador: Nº de Produtos e Processos Inovadores no Mercado

Os bons indicadores geralmente são derivados da estratégia de cada empresa, ou seja, normalmente estão vinculados aos objetivos estratégicos da empresa e tem sempre como pano de fundo a expectativa do que se espera da atividade de inovação. Na verdade, no caso específicos dos indicadores “Nº de Produtos e Processos Inovadores Lançados no Mercado” são importantes para monitorar o desempenho de uma empresa e de evidenciar o que se deseja com a inovação. Obviamente o sistema de medição, por si só, não faz com que a empresa se torne mais inovadora, contudo cria as bases para gestão da inovação.

Vale ressaltar que no Novo Marco Legal (Lei nº 13.243, de 11.01.16) o conceito de inovação foi alterado pelo item IV, do Artigo 2º passando a ter a seguinte redação: “Introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho”.

Indicador: Investimentos em P,D&I/Receita Líquida

À semelhança do que afirmamos no ano anterior apesar do crescimento contínuo de empresas participantes da Lei do Bem, identifica-se que as empresas vinham paulatinamente reduzindo seus investimentos em P,D&I, embora no Ano-Base 2013, tenha-se registrado uma recuperação da ordem de 20% no valor total de investimentos. Tal constatação significa dizer que os efeitos colaterais dos últimos anos gerados pelo próprio cenário macroeconômico, já não vêm desestimulado ou inibindo com tanta severidade novos investimentos em atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica.

Indicador: Número de Pesquisadores Contratados

1º e 2º § estão OK .

Acrescentar o 3º § conforme comentário abaixo

Certamente o número cada vez mais expressivo de empresas que estão aderindo ao Programa dos incentivos fiscais da Lei do Bem, decorre não só da atração pelos benefícios que são concedidos pela referida Lei, mas também pelo reconhecimento das necessidades destas empresas de investirem cada vez mais em P,D&I, inclusive na questão de contratação de recursos humanos qualificados para atender os níveis de exigências cada vez mais sofisticados das demandas dos mercados interno e externo. Pode-se afirmar que é por meio dos avanços tecnológicos que as empresas poderão obter capacidade suficiente para oferecer um melhor serviço ou produto, de forma mais rápida, com preço mais acessível e de melhor qualidade, condicionantes estas imprescindíveis para que as empresas brasileiras obtenham vantagem competitiva perante as demais empresas concorrentes neste mundo globalizado. (1) Sérgio Kannebley Junior; Gerciane Porto, (2012), Incentivos Fiscais à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Brasil: Uma Avaliação das Políticas Recentes, Banco Interamericano de Desenvolvimento, pp 54.

(2) Gerciane Porto (Consultora) e Sergio Kannebley Junior, Vinicios Poloni Sant’Anna e Caroline Memoria (colaboradores), (2014), Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil, Edital 023/2014, SETEC Resultante da Colaboração entre MCTI e a UNESCO, pp. 93.

ITEM 6 – INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA

Instruções de preenchimento: sugere-se não ultrapassar seis páginas para este item.

6.1. Avaliação da UJ sobre o ambiente de gestão de riscos relacionados à gestão das políticas de renúncia de receitas

Consignar os avanços estruturais obtidos pela unidade para fazer frente aos eventos constantes da Matriz de Riscos do TC 015.436/2013-6. Não mencionar riscos específicos, mas medidas estruturais adotadas. Informar se foram adotados procedimentos internos formais de gestão de risco, política de gestão de risco estruturada ou assemelhados (descrever sinteticamente).

Vide resposta aos itens 4.1 e 4.2.

6.2. Avaliação da UJ sobre a qualidade e a suficiência dos controles internos relacionados à gestão das políticas de renúncia de receitas

TABELA 23 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle das Políticas de Renúncia de Receitas					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos das políticas de renúncia de receitas da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ para as políticas de renúncia de receitas são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Os procedimentos e as instruções operacionais de gestão das políticas de renúncia de receitas são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
5. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos e das instruções operacionais das políticas de renúncia de receita.				X	
6. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
7. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência de gestão das políticas de renúncia de receita.					X
8. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ para as políticas de renúncia de receita.					X
Avaliação de Risco das Políticas de Renúncia de Receitas					
9. Os objetivos e metas (em nível operacional) das políticas de renúncia de receitas estão formalizados.				X	
10. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas das políticas de renúncia de receitas.				X	
11. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (internos ou externos) envolvidos nos processos estratégicos das políticas de renúncia de receita, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
12. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
13. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da gestão das políticas de renúncia de receitas ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
14. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
15. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos de gestão das políticas de renúncia de receita.				X	
16. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar				X	

responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					
17. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de documentos críticos ou sigilosos de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle das Políticas de Renúncia de Receitas	1	2	3	4	5
18. Existem políticas e ações claramente estabelecidas, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos das políticas de renúncia de receitas.				X	
19. As atividades de controle das políticas de renúncia de receitas são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
20. As atividades de controle das políticas de renúncia de receitas possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
21. As atividades de controle das políticas de renúncia de receitas são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação das Políticas de Renúncia de Receitas	1	2	3	4	5
22. A informação relevante sobre a gestão das políticas de renúncia de receitas é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
23. As informações consideradas relevantes sobre a gestão das políticas de renúncia de receitas são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
24. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ, em relação à gestão das políticas de renúncia de receitas, é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
25. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos envolvidos na gestão das políticas de renúncia de receitas, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
26. A comunicação das informações sobre a gestão das políticas de renúncia de receitas perpassa todos os níveis hierárquicos, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento das Políticas de Renúncia de Receitas	1	2	3	4	5
27. O sistema de controle interno das políticas de renúncia de receitas é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
28. O sistema de controle interno das políticas de renúncia de receitas tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
29. O sistema de controle interno das políticas de renúncia de receitas tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise crítica e comentários relevantes:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

6.3. Práticas de governança estabelecidas no exercício para o aprimoramento de controles internos das políticas de renúncia de receitas

Expor e avaliar a efetividade das práticas de governança implementadas no exercício para o aprimoramento de controles internos, em relação a, por exemplo: implementação, operacionalização, estabilização, institucionalização, normatização, atualização, automatização (se possível) e abrangência.

Vide resposta aos itens 4.1 e 4.2.

6.4. Avaliação da UJ sobre a qualidade e a suficiência da Política de Segurança da Informação (PSI) para a gestão das políticas de renúncia de receitas

Avaliar a qualidade e suficiência da Política de Segurança da Informação (PSI) da unidade ou do ministério, em termos de confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e irretratabilidade, com vistas à proteção dos sistemas de informação contra a negação de serviço a usuários autorizados, assim como contra a intrusão e modificação desautorizada de dados ou informações, armazenados, em processamento ou em trânsito, abrangendo, inclusive, a segurança dos recursos humanos, da documentação e do material, das áreas e instalações, das comunicações e estrutura computacional, assim como as destinadas a prevenir, detectar, deter e documentar eventuais ameaças a seu desenvolvimento. Mencionar aspectos não sigilosos. Em caso de sigilo, remeter a material à parte, a ser entregue ao TCU junto com o relatório de gestão da UJ.

As informações repassadas pelas empresas via FORMPD estão armazenadas em servidor independente, sendo que somente podem acessar as informações os membros da equipe com senha pessoal.

As informações físicas (em papel) se encontram devidamente armazenadas em armários chaveados, no interior da sala da COID. Está em andamento o aprimoramento do FORMPD junto ao departamento de TI do MCTI.

6.5. Trabalhos realizados pela Controladoria-Geral da União (CGU)

Mencionar trabalhos realizados pela CGU em relação à gestão ou resultados das políticas de renúncia de receitas sob gestão da UJ, compreendendo escopo e período.

Não se aplica.

6.6. Atividades realizadas pelo Assessor de Controle Interno para orientar os gestores na condução das políticas públicas de renúncia de receita (Decreto 3.591/2000, art. 13, inc. I)

Não se aplica.

6.7. Atividades realizadas pelo Assessor de Controle Interno para acompanhar a implementação das recomendações do Sistema de Controle Interno e do TCU no que tange às políticas públicas de renúncia de receita (Decreto 3.591/2000, art. 13, inc. V)

7. Não se aplica.

7.1. Balanço do Plano de Providências para estabelecimento de práticas de gestão de risco nas políticas públicas de renúncia de receitas em parceria com o TCU (TC 015.436/2013-6)

Apresentar estágio em que se encontra o atendimento ao Plano de Providências proposto pela UJ ao TCU para implantação de medidas de gestão de riscos na política da Lei do Bem. Mencionar aspectos não sigilosos. Em caso de sigilo, remeter a material à parte, a ser entregue ao TCU junto com o relatório de gestão da UJ.

Vide resposta aos itens 4.1 e 4.2. As providencias estão sendo devidamente adotadas pela equipe técnica da COID.

ITEM 7 – RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Instruções de preenchimento: sugere-se não ultrapassar duas páginas para este item.

Informar os canais de acesso do cidadão a informações gerenciais e/ou estatísticas sobre a gestão da Lei do Bem.

Site do MCTI: http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/8563/Informacoes_Gerais.html

Informar eventuais trabalhos teóricos (acadêmicos ou não) de avaliação de impactos/resultados das políticas de benefícios da Lei do Bem, executados ou concluídos no exercício pela unidade ou por terceiros (academia, consultorias, instituições contratadas) de conhecimento da Setec/MCTI. Informar como/onde podem ser obtidos. Avaliar utilidade das conclusões para alimentar ajustes estratégicos ou operacionais na política.

Foram realizados dois estudos técnicos intitulados: “Incentivos Fiscais à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Brasil: Uma Avaliação das Políticas Recentes (1)” e “Ampliação e Atualização dos Processos Institucionais de Formulação, Implantação e Avaliação das Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil (2)”.

No primeiro estudo investigou-se a efetividade de instrumentos tributários de incentivos à pesquisa, desenvolvimento e inovação utilizados no Brasil desde o início dos anos de 1990. Foram analisados dois instrumentos “A Lei de Informática (Lei nº 8.248/91 e a Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005). No segundo caso foi realizada uma investigação sobre as empresas beneficiárias da Lei do Bem utilizando-se de estudo qualitativo com entrevistas em profundidade presenciais, por vídeo conferência e por Skype com 20 empresas beneficiárias da Lei do Bem. O estudo também utilizou ferramentas estatísticas e econométricas buscando traçar o perfil das empresas que utilizam o benefício fiscal, assim como analisar a relação entre as características dessas empresas e diversos aspectos relacionados à realização e condução das atividades de P,D&I.

Autoavaliação sobre a imagem da Setec/MCTI perante seus clientes em relação à qualidade da gestão das políticas públicas de renúncia de receitas.

As empresas que mantêm contato com o MCTI, seja telefonico, por email ou em reuniões presenciais demonstram satisfação com o tratamento recebido e geralmente são elogiosas em seus comentários, em face disso imaginamos que a imagem da equipe junto aos “clientes” seja positiva.

Caminhos, no sítio Internet do MCTI, para obtenção de informações sobre atuação da UJ e gestão de suas políticas públicas de renúncia de receitas.

O site do MCTI encontra-se em reformulação geral e devemos ter todas as informações divulgadas dentro dos próximos meses. Atualmente as informações são divulgadas no endereço acima citado.

5. GOVERNANÇA

Este item não se aplica à SETEC uma vez que fica sob a responsabilidade da Secretaria Executiva as estruturas de governança do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A SETEC não possui em sua estrutura conselho de administração, conselho fiscal, comitê de auditoria, unidade de auditoria interna ou de controle interno, comitês de apoio a governança (de gestão de TI, de gestão de pessoas etc), sistema de correição etc.

A SETEC não faz apuração de ilícitos nem conduz processos administrativos disciplinares. Estes processos são realizados pela SPOA/SEXEC e CONJUR/MCTI.

Relacionamento com a Sociedade

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 – CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO

A SETEC mantém como canais de comunicação e-mails institucionais em todas as suas subunidades para assegurar a efetividade da comunicação entre o público externo e a SETEC.

As solicitações de informações de usuários externos são eventuais e, em sua maioria, encaminhadas pela Ouvidoria e pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), do MCTI, subordinados à Secretaria-Executiva.

Encontra-se também à disposição das empresas e-mail institucional para tirar dúvidas sobre a aplicação do Capítulo III da Lei do Bem.

Outra iniciativa apoiada pela SETEC é o SBRT, sistema de informação tecnológica gratuito, em que especialistas de diversas áreas orientam e respondem dúvidas técnicas de micro, pequenas e médias empresas e de pessoas físicas.

6.3 – AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

A SETEC tem se empenhado para atender, dentro de suas possibilidades, as demandas apresentadas pelos usuários, mas não realiza controle estatístico sobre as mesmas, nem possui mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços oferecidos pela Secretaria.

6.4 – MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIAS DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA SETEC

As informações sobre a SETEC encontram-se na página do MCTI – <http://www.mcti.gov.br>.

6.7 – MEDIDAS RELATIVAS À ACESSIBILIDADE

A administração do MCTI adotou todas as medidas para garantir o cumprimento das normas relativas à acessibilidade, conforme determina a legislação em vigor.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO DE 2015

Em 2015, a SETEC sofreu um contingenciamento de R\$ 5.424.750,47 (cinco milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta reais e quarenta e sete centavos) que impactou de forma negativa no alcance dos objetivos e metas previstos, interrompendo ações de fomento que ficaram vinculadas à liberação dos recursos.

A Lei Orçamentária destinou à Ação 20V6 uma dotação inicial de R\$ 16.034.118,00 (dezesesseis milhões, trinta e quatro mil, cento e dezoito reais). Após o contingenciamento o limite para empenho ficou em R\$ 10.609.367,53 (dez milhões, seiscentos e nove mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e três centavos).

Dos R\$ 10.609.367,53 (dez milhões, seiscentos e nove mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e três centavos), a SETEC executou R\$ 9.547.380,15 (nove milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, trezentos e oitenta reais e quinze centavos) por meio de 46 termos de cooperação.

Ainda na Ação 20V6 foram destinadas emendas parlamentares no valor de R\$ 43.874.600,00 (quarenta e três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, seiscentos reais). Ao longo do ano, só foram liberadas 2 emendas no valor total de R\$ 800.000,00: (i) PO 1651 – Fomento a pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo no Município de Jaboatão dos Guararapes – Pernambuco, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e (ii) PO 7036 – Fomento a pesquisa e desenvolvimento voltados à inovação e ao processo produtivo Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI - No Município de Santo Ângelo – Rio Grande do Sul, no valor de R\$ 300.000,00.

Embora houvesse um contexto econômico adverso, a SETEC conseguiu priorizar iniciativas importantes, executando 90% dos recursos.

7.3 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

As informações referentes a este item foram prestadas na Unidade Prestadora de Contas da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), posto que o registro e controle dos bens móveis e imóveis são de competência da área de patrimônio da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL e que a unidade responsável pelo gerenciamento de custos (setorial de custos de órgão superior) é a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), conforme Portaria SEXEC nº 6, de 30.05.2012, também unidade integrante da estrutura da Secretaria Executiva deste Ministério.

7.4 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis

As informações referentes a este item foram prestadas na Unidade Prestadora de Contas da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), posto que o registro e controle dos bens móveis e imóveis são de competência da área de patrimônio da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL e que a unidade responsável pelo gerenciamento de custos (setorial de custos de órgão superior) é a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), conforme Portaria SEXEC nº 6, de 30.05.2012, também unidade integrante da estrutura da Secretaria Executiva deste Ministério.

7.5 INFORMAÇÕES SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira

Subitem 7.5 do Anexo Único da Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015

7.5 – Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade prestadora da conta e de suas subunidades:

a) descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil no âmbito da UPC, identificando a instância responsável pela realização de tal conformidade e as unidades gestoras executoras do SIAFI e fazendo referência à observância da segregação de função no processo de registro da conformidade;

b) Informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício;

c) descrição de ocorrência não sanada até o final do exercício de referência do relatório de gestão, indicando as justificativas da não regularização.

A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

A Conformidade Contábil tem como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, a Conformidade dos Registros de Gestão, o Manual SIAFI Web e outros instrumentos que subsidiam o processo.

O registro da Conformidade Contábil compete a profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com as suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI para este fim.

No que se refere ao registro da Conformidade Contábil das Unidades Gestoras da Administração Direta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação a responsabilidade é de competência da Setorial Contábil de Órgão Superior que é a unidade de gestão interna do Ministério responsável pelas orientações, bem como pelo acompanhamento contábil das Unidades Gestoras Executoras da administração direta e dos órgãos e entidades vinculadas, portanto, não cabendo discussão no que se refere à segregação de função neste processo.

As responsáveis pelo registro são: a Coordenadora de Contabilidade e Programação Financeira titular e sua respectiva substituta, designadas pelas Portarias SPOA nº 159, de 06/20/2010 e nº 44, de 07/04/2014.

O registro é realizado, mensalmente, mediante análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial em cada Unidade Gestora Executora, podendo ser registrada com restrição ou sem restrição, após as principais análises abaixo relacionadas:

- Transação BALANCETE – contas contábeis com saldo invertido, alongado, irrisório e outros;

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis

- Transação CONDESAUD – consulta desequilíbrio de equação de auditor: permite identificar as inconsistências detectadas pelas equações cadastradas nos sistemas, em função de lançamentos ou saldos nas contas e itens de demonstrativo;
- Transação CONCONFREG – consulta conformidade de registros de gestão;
- Transação CONDEMCON – consulta inconsistências ou desequilíbrios nas demonstrações contábeis.

No âmbito Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – SETEC – Unidade Gestora executora no SIAPF nº 240115, demonstro abaixo, o quantitativo de restrições registradas durante o exercício de 2015:

UG	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANUAL
240115 SETEC	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12

Justificativa: Durante o exercício a unidade apresentou ocorrência de ressalva recorrente por Termo de Execução Descentralizada – TED a comprovar com data expirada, contudo a unidade têm envidado todos os esforços junto às áreas técnicas responsáveis pela execução para a adequada regularização das pendências dos 10 (dez) termos firmados.

Brasília, DF., 29 de janeiro de 2016.



Eliana Yukiko Takenaka
CRC/DF – 006666/O-1

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis

7.6 DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDEFAL



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade e Programação Financeira

Subitem 7.6 da Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015.

Declaração do contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - SETEC			240115
<p>De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete, auditores contábeis (CONDESAUD) e na conformidade de registros de gestão que consiste na certificação dos registros dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial incluídos no SIAFI e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balancetes Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - SETEC, EXCETO no tocante à restrição registrada na conformidade contábil do mês de dezembro, apresentada na Unidade Gestora Executora 240115-SETEC, conforme abaixo:</p> <p>a) Restrição Contábil 767 – Termo de Cooperação a Comprovar - data expirada.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	29/01/2016
Contador Responsável	 Eliana Yukiko Takenaka	CRC nº	DF-006666/O-1

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis

7.7 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI nº 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2018		PERÍODO Atual	
TÍTULO		EMISSÃO 28/03/2018		PÁGINA 1	
SUBTÍTULO		VALORES EM UNIDADES DE REAL			
ORÇAO SUPERIOR		24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO			
ESPECIFICAÇÃO		INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
		2018	2014	2018	2014
Receitas Orçamentárias				Despesa Orçamentária	
Ordinárias		-	-	Ordinárias	
Vinculadas		-	-	Vinculadas	
Educação		-	-	Educação	
Seguridade Social (Exceto RGPS)		-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	
Operação de Crédito		-	-	Operação de Crédito	
Atenuação de Bens e Direitos		-	-	Atenuação de Bens e Direitos	
Transferências Constitucionais e Leis		-	-	Transferências Constitucionais e Leis	
Previdência Social (RGPS)		-	-	Previdência Social (RGPS)	
Doações		-	-	Doações	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	
Outros Recursos Vinculados a Fundos		-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	
Demais Recursos		-	-	Demais Recursos	
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-	(-) Deduções da Receita Orçamentária	
Transferências Financeiras Recebidas		22.566.833,10	-	Transferências Financeiras Concedidas	
Resultados da Execução Orçamentária		3.316.162,87	-	Resultados da Execução Orçamentária	
Cota Recebida		-	-	Cota Concedida	
Repasso Recebido		-	-	Repasso Concedido	
Sub-repasso Recebido		3.316.162,87	-	Sub-repasso Concedido	
Recursos Antecipados - Recebidos		-	-	Recursos Antecipados - Concedidos	
Valores Diferidos - Bases		-	-	Valores Diferidos - Bases	
Valores Diferidos - Inscrição		-	-	Valores Diferidos - Inscrição	
Corresponsabilidade de Débitos		-	-	Corresponsabilidade de Créditos	
Cota Devolvida		-	-	Cota Devolvida	
Repasso Devolvido		-	-	Repasso Devolvido	
Sub-repasso Devolvido		-	-	Sub-repasso Devolvido	
Independentes da Execução Orçamentária		16.600.400,43	-	Independentes da Execução Orçamentária	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		16.600.400,43	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	
Demais Transferências Recebidas		-	-	Demais Transferências Concedidas	
Movimentação de Saldos Patrimoniais		-	-	Movimentação de Saldos Patrimoniais	
Movimentações para Incorporação de Saldos		-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	
Aporte ao RPPS		-	-	Aporte ao RPPS	
Aporte ao RGPS		-	-	Aporte ao RGPS	
Reccebimentos Extraorçamentários		1.077.389,24	-	Despesas Extraorçamentárias	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		1.465.844,44	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	
Depósitos Restáveis e Valores Vinculados		-	-	Depósitos Restáveis e Valores Vinculados	
Outros Reccebimentos Extraorçamentários		433.524,80	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	
Restituições a Pagar		-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	
Passivos Transferidos		-	-	Pagamento de Passivos Recebíveis	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		-	-	Cancelamento de Débitos do Exercício Anterior	

(2)

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240115 - SECRETARIA DE DESENVOLV. TECNOLÓG. E INOVAÇÃO
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 28/03/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Anecação de Outra Unidade	433.524,80	-	Transferência de Anecação para Outra Unidade	-	-
Varição Cambial	-	-	Varição Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-	Ajuiz Acumulado de Conversão	-	-
Ajuiz Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	-	-			
Saldo do Exercício Anterior	144.467,57	-	Saldo para o Exercício Seguinte	434.317,01	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	144.467,57	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	434.317,01	-
TOTAL	24.170.469,91	-	TOTAL	24.170.469,91	-


Eliana Yukiko Takenaka
 Coord. Contab. e Progr. Financeira
 CPF: 210.645.551-87 (RG/DF - 006666/0-1)
 COCF/CGOF/SPOA/MCTI

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	246115 - SECRETARIA DE DESENVOLV. TECNOLÓG. E INOVAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 29/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO CIRCULANTE	6.484.317,01	1.144.457,57	PASSIVO CIRCULANTE	-	17.210.629,73
Caixa e Equivalentes de Caixa	434.317,01	144.457,57	Obrigações Trabalh., Provid. e Assiat. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos Tributários a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Clientes	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Emprestimos e Financiamentos Concedidos	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
Dévida Ativa Tributária	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	-	17.210.629,73
Dévida Ativa Não Tributária	-	-			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Curto Prazo	-	-			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	6.050.000,00	1.000.000,00			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Trabalh., Provid. e Assiat. a Pag. de Longo Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
			Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	Resultado Diferido	-	-
Estoques	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-	17.210.629,73
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
Investimentos	-	-			
Participações Permanentes	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Participações Avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Red. ao Valor Recuperável de Participações Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Reservas	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimento	-	-	Resultados Acumulados	6.484.317,01	-16.086.172,16
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Resultado do Exercício	22.550.499,17	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Resultado de Exercícios Anteriores	-16.086.172,16	-16.086.172,16
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.484.317,01	-16.086.172,16
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	-	-			
Bens Móveis	-	-			
Bens Móveis	-	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240115 - SECRETARIA DE DESENVOLV. TECNOLÓG. E INOVAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/03/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	-	-			
Bens Móveis	-	-			
(-) Depreciação/Amortização Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível					
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind.	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido					
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	6.484.317,01	1.144.457,67	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.484.317,01	1.144.457,67

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	434.317,01	24.910.629,73	PASSIVO FINANCEIRO	4.093.844,44	32.610.629,73
ATIVO PERMANENTE	6.050.000,00	-23.766.172,18	PASSIVO PERMANENTE	-	-7.700.000,00
SALDO PATRIMONIAL		23.766.172,18	SALDO PATRIMONIAL	2.390.472,57	-

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	13.129.227,11	23.374.257,38
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	13.129.227,11	23.374.257,38
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Convidados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Convidadas e Outros Instrum Conglin	13.129.227,11	23.374.257,38
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	13.129.227,11	23.374.257,38

ad

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SURTÍTULO	240113 - SECRETARIA DE DESENVOLV. TECNOLÓG. E INOVAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

EMISSÃO 28/03/2016	PÁGINA 3
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-3.689.927,43
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-3.689.927,43


Eliana Yukiko Takenaka
 Coord. Contab. e Progr. Financeira
 CPF: 210.645.551-87 CNJ/DF - 006666/0-1
 COC/FCGOF/SPOA/MCTI

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240115 - SECRETARIA DE DESENVOLV. TECNOLÓG. E INOVAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 28/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	39.792.797,53	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos		
Taxas		
Contribuições de Melhoria		
Contribuições		
Contribuições Sociais		
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		
Contribuição de Iluminação Pública		
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		
Venda de Mercadorias		
Vendas de Produtos		
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		
Variáveis Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Juros e Encargos de Mora		
Variáveis Monetárias e Cambiais		
Descontos Financeiros Obtidos		
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		
Aportes do Banco Central		
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		
Transferências e Delegações Recebidas	22.148.633,10	22.148.633,10
Transferências Intergovernamentais		
Transferências Intergovernamentais		
Transferências das Instituições Privadas		
Transferências das Instituições Multigovernamentais		
Transferências de Condições Públicas		
Transferências do Exterior		
Eexecução Orçamentária Delegada de Entes		
Transferências de Pessoas Físicas		
Outras Transferências e Delegações Recebidas		
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	17.210.629,73	
Reavaliação de Ativos		
Ganhos com Alienação		
Ganhos com Incorporação de Ativos		
Ganhos com Desincorporação de Passivos		
Reversão de Redução no Valor Recuperável		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	433.624,80	
Variável Patrimonial Aumentativa e Classificar		
Resultado Positivo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		

Red

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240115 - SECRETARIA DE DESENVOLV. TECNOLÓG. E INOVAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 28/03/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	433.524,00	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	17.242.298,08	-
Pessoal e Encargos		
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Projeção Contribuante	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	121.273,14	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	121.273,14	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Moeda	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	17.126.024,24	-
Transferências Intergovernamentais	17.120.029,24	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		
Reavaliação, Redução e Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-

al

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240116 - SECRETARIA DE DESENVOLV. TECNOLÓG. E INOVAÇÃO
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 28/03/2016	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custo dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
Premiações	66,00	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	88,00	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	22.660.489,17	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014


Eliana Yukiko Takenaka
 Coord. Contab. e Progr. Financeira
 CPF: 210.645.551-87 (RG/DF - 006666/0-1)
 COFC/CGOF/SPOA/MCTI

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240115 - SECRETARIA DE DESENVOLV. TECNOLÓG. E INOVAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 28/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Contribuição de Iluminação Pública				
Receita Patrimonial				
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Receita de Concessões e Permissões				
Compensações Financeiras				
Receita Decoreta do Direito de Exploração de Bens Públicos				
Receita da Cessão de Direitos				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receitas Agropecuárias				
Receita da Produção Vegetal				
Receita da Produção Animal e Derivados				
Outras Receitas Agropecuárias				
Receitas Industriais				
Receita da Indústria Extrativa Mineral				
Receita da Indústria de Transformação				
Receita da Indústria de Construção				
Outras Receitas Industriais				
Receitas de Serviços				
Transferências Correntes				
Transferências Intergovernamentais				
Transferências de Instituições Privadas				
Transferências do Exterior				
Transferências de Pessoas				
Transferências de Convênios				
Transferências para o Combate à Fome				
Outras Receitas Correntes				
Multas e Juros de Mora				
Indenizações e Restituições				
Receita de Dívida Ativa				
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização DIFOT de RPPS				
Res. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS				
Receitas Correntes Diversas				
RECEITAS DE CAPITAL				

ed

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 28/03/2015	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240115 - SECRETARIA DE DESENVOLV. TECNOLÓG. E INOVAÇÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integração do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Abatimento Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTÓTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTÓTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT	-	-	1.565.203,66	1.565.203,66
TOTAL	-	-	1.565.203,66	1.565.203,66
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Resgatados	-	-	-	-

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240116 - SECRETARIA DE DESENVOLV. TECNOLÓG. E INOVAÇÃO
ORÇAO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSION 28/03/2015	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	1.265.203,66	121.359,22	121.359,22	-1.265.203,66
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	1.265.203,66	121.359,22	121.359,22	-1.265.203,66
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	300.000,00	-	-	-300.000,00
Investimentos	-	-	300.000,00	-	-	-300.000,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	1.565.203,66	121.359,22	121.359,22	-1.565.203,66
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	1.565.203,66	121.359,22	121.359,22	-1.565.203,66
TOTAL	-	-	1.565.203,66	121.359,22	121.359,22	-1.565.203,66

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	900.000,00	1.250.000,00	250.000,00	250.000,00	-	1.900.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	900.000,00	1.250.000,00	250.000,00	250.000,00	-	1.900.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	500.000,00	5.050.000,00	4.800.000,00	4.800.000,00	-	750.000,00
Investimentos	500.000,00	5.050.000,00	4.800.000,00	4.800.000,00	-	750.000,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.400.000,00	6.300.000,00	5.050.000,00	5.050.000,00	-	2.650.000,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-

(Handwritten signature)

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240116 - SECRETARIA DE DESENVOLV. TECNOLÓG. E INOVAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 28/03/2016	PÁGINA 4
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-


Eliana Yukiko Takenaka
 Coord. Contab. e Progr. Financeira
 CPF: 210.645.551-87 (RJ/DF - 00666/0-1)
 COCF/CGOF/SPOA/MCTI

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 28/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240115 - SECRETARIA DE DESENVOLV. TECNOLÓG. E INOVAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	289.859,44	-
INGRESSOS	22.682.167,90	-
Receitas Derivadas e Originárias		
Recosta Tributária	-	-
Recosta de Contribuições	-	-
Recosta Patrimonial	-	-
Recosta Agropecuária	-	-
Recosta Industrial	-	-
Recosta de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas		
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	22.682.167,90	-
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	22.148.633,10	-
Amecação de Outra Unidade	-433.524,80	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
OARP - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-22.292.298,46	-
Pessoal e Demais Despesas	-121.359,22	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240115 - SECRETARIA DE DESENVOLV. TECNOLÓG. E INOVAÇÃO
ORGÃO SUPERIOR	24000 - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 20/03/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitación	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-121.359,22	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-5.050.000,00	-
Intergovernamentais	-5.050.000,00	-
A Estados ou Distrito Federal	-4.500.000,00	-
A Municípios	-550.000,00	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-17.120.936,24	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecatlação para Outra Unidade	-17.120.936,24	-
Varição Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-

(Handwritten signature)

Desempenho Financeiro e Informações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	240115 - SECRETARIA DE DESENVOLV. TECNOLÓG. E INOVAÇÃO
ORGAO SUPERIOR	24000 - MINISTERIO DA CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO ANUAL
EMISSÃO 28/03/2016	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição do Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integração do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	209.869,44	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	144.457,57	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	434.317,01	-


Eliana Yukiko Takenaka
Coord. Contab. e Progr. Financeira
CPF: 210.645.551-07 CRC/DF - 006666/0-1
COCF/CGOF/SPOA/MCTI

Áreas Especiais da Gestão

8. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

8.1 GESTÃO DE PESSOAS

8.1.1.2 INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS SOBRE A ESTRUTURA DE PESSOAL

A SETEC finalizou o ano de 2015 com um total de 51 funcionários, conforme distribuição da força de trabalho abaixo.

QUADRO 8.1.1.2.1 – ESTRUTURA DE PESSOAL DA SETEC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	-	50	10	10
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	49	9	10
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	44	9	8
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	2	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	3	1	2
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	1	-	-
4. Empregados Públicos	-	1	-	1
5. Total de Servidores (1+2+3+4)		51	11	11

Fonte: SETEC Situação apurada em 31/12

Áreas Especiais da Gestão

QUADRO 8.1.1.2.2– DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA DA SETEC

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	16	28
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	16	28
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		2
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		3
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		1
4. Empregados Públicos	1	
5. Total de Servidores (1+2+3+4)	17	34

Fonte: SETEC – Situação apurada em 31/12

QUADRO 8.1.1.2.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA SETEC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	19	1	2
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	18	1	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	13	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	2	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	3	1	2
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	1	-	-
1.2.6. Empregados Públicos	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	-	6	4	4
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	6	4	4
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	-	26	5	6

Fonte: SETEC – Situação apurada em 31/12

Áreas Especiais da Gestão

8.1.2 DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL

QUADRO 8.1.2.1 – DESPESA DO PESSOAL DA SETEC

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2015									
	2014									
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2015	2.509.434,60		2.160.578,52	97.168,32		10.260,00			
	2014	2.565.205,08		2.035.811,40	100.046,64		79.855,92			
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada REQ/EX.PROV/DESCENT										
Exercícios	2015	533.721,60				38.407,60				
	2014	1.051.993,92				77.424,85				
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2015	102.656,40								
	2014									
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2015									
	2014									
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2015									
	2014									
Empregados Públicos										
Exercícios	2015	170.545,20								
	2014									

Fonte: CGRH/SPOA/MCTI

8.1.5 PESSOAL REQUISITADO DOS QUADROS DE ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

A SETEC finalizou o ano de 2015 com 3 servidores requisitados: um da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), um da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e um do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

8.1.11 – CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES PARA PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Na estrutura do MCTI existe uma unidade gestora (UG) que executa os contratos de cooperação técnica. A UG fica na Assessoria de Acompanhamento e Avaliação das Atividades Finalísticas (ASCAV), subordinada à Secretaria Executiva. Cabe à UG a gestão do contrato - recebimento dos Termos de Referências, verificação prévia dos TRs, lançamento de editais, contratação, execução das despesas e prestação de contas.

Áreas Especiais da Gestão

A SETEC identifica suas necessidades, como elaboração de estudos, pesquisas, documentos para publicação, etc. e encaminha à UG um Termo de Referência. Após os procedimentos de análise, lançamento de editais e recebimento de currículos (CV), a UG encaminha para a SETEC os CVs para que a Secretaria faça análise curricular e entrevistas, seguindo os critérios definidos pelo UG (pontuação e roteiro de entrevistas). Após esta etapa a Secretaria encaminha ficha de avaliação para a UG com o resultado apurado e a UG providencia a contratação.

Outra função é a verificação dos produtos apresentados pelos consultores. A Secretaria recebe os produtos, aprova ou recusa, elabora Nota Técnica e envia para a UG, que é a responsável pelo pagamento.

Em 2015 foi encerrado o Prodoc Unesco – Projeto 914BRZ2018, intitulado “Ampliação e atualização dos processos institucionais de implantação, formulação e avaliação de políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil”. Na modalidade consultor por produto a SETEC contratou 15 consultores para realização de estudos e prospecção nas temáticas de energia, celulose e papel, nanotecnologia, Sibratec e incentivo às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas brasileiras.

No âmbito da cooperação técnica Diálogos Setoriais Brasil-União Europeia, cuja unidade gestora fica no Ministério do Planejamento, Orçamento e Administração, foram executados 9 projetos, sendo 2 na área de biocombustíveis, 2 de energia, 1 de petróleo e gás, 1 de nanotecnologia e 1 em propriedade intelectual.

8.4 – GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

A SETEC participa da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável - CGPGLS do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, que tem como atribuições (i) propor ações, orientações ou deliberar sobre: a) monitoramento e revisão do Plano de Gestão de Logística Sustentável; b) gestão de processos internos para implantação de ações de logística sustentável; c) critérios e práticas de sustentabilidade nas aquisições, contratações, utilização dos recursos públicos, desfazimento e descarte; d) critérios, métodos e processos para a eficiência na execução do gasto e combate ao desperdício dos recursos públicos; e e) estratégias de sensibilização, capacitação e divulgação das ações elencadas. Em 2015 não houve reunião da Comissão.

8.5 GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS

8.5.3 PROGRAMAS E FUNDOS SETORIAIS

Os Fundos Setoriais foram criados a partir de 1999 por um conjunto de Leis. São fontes de financiamento com objetivo de promover o desenvolvimento e a pesquisa tecnológica no País em áreas específicas da indústria. Além dos Fundos Verticais foram instituídos também fundos transversais como o Fundo Verde-Amarelo, que rege a interação universidade-empresa, e o Fundo de Infraestrutura, que gera recursos para a melhoria nos Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs).

Os recursos dos Fundos são provenientes de contribuições incidentes sobre o resultado da exploração de recursos naturais pertencentes à União, parcelas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de Contribuição de Intervenção no Domínio

Econômico (CIDE) incidente sobre os valores que remuneram o uso ou aquisição de conhecimentos tecnológicos/transfêrencia de tecnologia do exterior. Exceto o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), gerido pelo Ministério das Comunicações, os recursos dos demais Fundos são alocados no FNDCT e administrados pela FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos.

Cada Fundo Setorial tem o seu Comitê Gestor, presidido por representante do MCTI e integrado por representantes dos ministérios afins, agências reguladoras, setores acadêmicos e empresariais, além das agências do MCTI, a FINEP e o CNPq.

Os Comitês Gestores definem diretrizes, ações e planos de investimentos dos Fundos. Em 2004, foi estabelecido o Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais com o objetivo de gerenciar os recursos. Este novo Comitê é formado pelos presidentes dos Comitês Gestores, pelos presidentes da FINEP e do CNPq, sendo presidido pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação. Cabe ao Comitê de Coordenação orientar os programas estratégicos das ações transversais baseadas na política adotada pelo MCTI. As receitas dos Fundos Setoriais, em geral, são aplicadas em projetos selecionados por meio de chamadas públicas, cujos editais são lançados pela FINEP e pelo CNPq.

A SETEC preside três Comitês Gestores dos Fundos Setoriais do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT): (i) Comitê Gestor do Fundo Setorial de Energia Elétrica (CT-ENERG), Comitê Gestor do Fundo Setorial de Recursos Minerais (CT-MINERAL) e Comitê Gestor do Fundo Setorial Inovar-Auto (CT-INOVAR-AUTO). Em 2015, não houve reunião dos Comitês Gestores.

O CT-ENERG, criado pela Lei nº 9.991/2000, tem como objetivos de: (i) estimular a pesquisa e a inovação voltadas para a busca de novas alternativas de geração de energia com menores custos e melhor qualidade; (ii) desenvolvimento e aumento da competitividade da tecnologia industrial nacional, com aumento do intercâmbio internacional no setor de P&D; (iii) formação de recursos humanos na área; (iv) fomento à capacitação tecnológica nacional. A origem dos recursos é 0,75% a 1% sobre o faturamento líquido de empresas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

O CT-MINERAL, criado pela Lei nº 9.993/2000, tem como finalidade o desenvolvimento e difusão de tecnologia, pesquisa científica, inovação, capacitação e formação de recursos humanos para o setor mineral, principalmente para micro, pequenas e médias empresas, e estímulo a pesquisa técnico-científica de suporte à exploração mineral. A origem dos recursos é 2% da compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM), paga pelas empresas do setor mineral detentoras de direitos de mineração.

O CT-INOVAR-AUTO, criado pelo Decreto nº 7.819/2012, tem como objetivo utilizar os recursos colocados no FNDCT pelas empresas habilitadas que não investiram o valor mínimo necessário do seu faturamento em pesquisa e desenvolvimento para aplicação em projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação e de capacitação de recursos humanos exclusivamente no âmbito da indústria automotiva nacional. A origem dos recursos são as empresas do setor automotivo. Arrecadação pelo não atingimento das metas compromissadas no P&D das empresas, fruto dos incentivos concedidos em função do lucro presumido.

A SETEC coordena o Programa Nacional de Apoio às Incubadoras de Empresas e aos Parques Tecnológicos, que apoia às incubadoras de empresas e os parques

Áreas Especiais da Gestão

tecnológicos. O Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação – PRÓ-INOVA, que estimula o desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação no País, disseminando informações, mobilizando e apoiando as empresas na identificação e utilização dos instrumentos e programas mais adequados às suas necessidades, o Programa Sistema Brasileiro de Tecnologia – SIBRATEC, cuja finalidade principal é proporcionar condições para o aumento da taxa de inovação das empresas brasileiras.

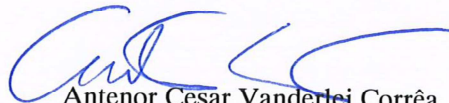
20 DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADES

20.1 – INTEGRIDADE E COMPLETUDO DAS INFORMAÇÕES DOS CONTRATOS E CONVÊNIOS NOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

DECLARAÇÃO

Eu, Antenor Cesar Vanderlei Corrêa, CPF nº 266.442.151-49, Coordenador de Cooperação Tecnológica, exercido na SETEC declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 31 de março de 2016



Antenor Cesar Vanderlei Corrêa
266.442.151-49

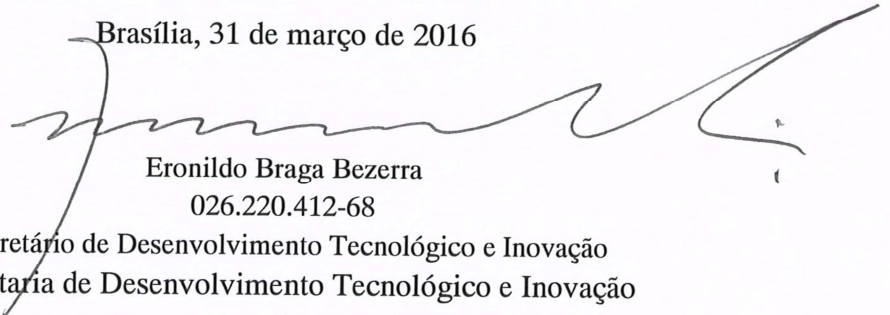
Coordenador de Cooperação Tecnológica
Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - SETEC

20.2 INTEGRIDADE E COMPLETUDO DOS REGISTROS DE INFORMAÇÕES NO SISTEMA DE APRECIACÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizadas no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, 31 de março de 2016



Eronildo Braga Bezerra

026.220.412-68

Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

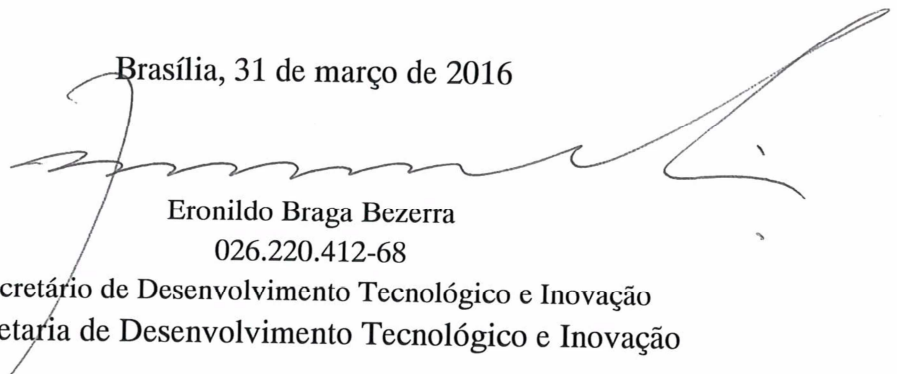
Anexos e Apêndices

20.3 INTEGRIDADE E COMPLETUDO DO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DA LEI 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da SETEC obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta Coordenação Geral de Recursos Humanos – SPOA para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Brasília, 31 de março de 2016



Eronildo Braga Bezerra
026.220.412-68

Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

QUADRO 20.3.1 INTEGRIDADE E COMPLETUDO DO ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DA LEI Nº 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR	50		
	Não cumpriram a obrigação			

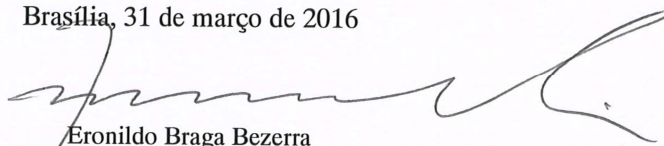
Anexos e Apêndices

20.4 INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações para monitoramento do PPA exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Brasília, 31 de março de 2016



Eronildo Braga Bezerra

026.220.412-68

Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação